



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM**

ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES

**O SUJEITO E A LEITURA:
UMA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL ATRAVÉS DAS NARRATIVAS
AUTOBIOGRÁFICAS DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI E OS QUADRINHOS
CASTANHA DO PARÁ (2018), DE GIDALTI JR.**

**GOIÂNIA
2020**



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[X] Dissertação [] Tese

2. Nome completo do autor

André Roberto Custódio Neves

3. Título do trabalho

O SUJEITO E A LEITURA: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a Lei e os quadrinhos Castanha do Pará (2018), de Gidalti Jr.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por Andre Roberto Custodio Neves, Técnico em Audiovisual, em 05/01/2021, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Andréa Pereira Dos Santos, Professora do Magistério Superior, em 05/01/2021, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador 1790046 e o código CRC DD1A8194.

ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES

O SUJEITO E A LEITURA:
uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito
com a lei e os quadrinhos Castanha do Pará (2018), de Gidalti Jr.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de Pesquisa: Mídia e Cultura

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos

GOIÂNIA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Neves, André Roberto Custódio.

N518s O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a lei e os quadrinhos Castanha do Pará (2018), de Gidalti Jr. / André Roberto Custódio Neves. - 2020.
123 f.: il. color.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade Federal de Goiás, PPGCOM, Goiânia, 2020.

1. Comunicação. 2. Interação social. 3. CREAS. 4. Quadrinhos.
inclusiva. I. Santos, Andréa Pereira dos. II. Título.

CDU: 316.77

Elaborada pela Bibliotecária Keyla de Faria – CRB-1/3227.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 34/2020 da sessão de Defesa de Dissertação de **ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES**, que confere o título de Mestre(a) em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos quinze dias de dezembro de 2020, a partir das catorze horas, por *webconferência*, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “ **O SUJEITO E A LEITURA: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a Lei e os quadrinhos Castanha do Pará (2018)**”, de **Gidalti Jr.**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Andréa Pereira dos Santos (PPGCOM/FIC/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Lígia Maria Moreira Dumont (PPGCI/ECI/UFGM), membro titular externo; Professora Doutora Rosana Maria Ribeiro Borges (PPGCOM/FIC/UFG), membro titular interno, cuja participação de todos ocorreu através de videoconferência. Durante a arguição os membros da banca não fizerem sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato [aprovado(a)] pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Andréa Pereira dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos quinze dias de dezembro de 2020.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por Andréa Pereira Dos Santos, Professor do Magistério Superior, em 15/12/2020, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior, em 15/12/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Lígia Maria Moreira Dumont, Usuário Externo, em 15/12/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1728223 e o código CRC 679FEE4C.

ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES

O SUJEITO E A LEITURA: UMA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL ATRAVÉS DAS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI E OS QUADRINHOS CASTANHA DO PARÁ (2018), DE GIDALTI JR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de mestre.

Dissertação avaliada pela Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos - Presidente
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – FIC/UFG
Professora-orientadora

Prof.^a Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – FIC/UFG
Membro Interno

Prof.^a Dra. Lígia Maria Moreira Dumont
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI / ECI / UFMG
Membro Externo

A meu pai Deoclides (vulgo, Seu Didi) pelas orações e confiança. Amo muito o senhor!

À minha mãe Irani (*in memoriam*). Graças à sua instrução, amor e fé, trilho esta jornada pelo conhecimento do qual a senhora ficaria orgulhosa. Sinto muitas saudades!

À minha esposa Ana Paula, que desde o começo acreditou em mim, a despeito da minha própria insegurança. Quando me julgava incapaz, você segurou em minhas mãos e se juntou a mim nesta jornada, crendo que Deus daria o suporte necessário em todas as horas. Amo.t!

Aos meus filhos, Felipe e Sarah, meus fiéis parceiros mirins nesta jornada do herói. Obrigado pela paciência de vocês, papai ama demais!

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente àquele que me concedeu a vida e deu-me a oportunidade de crescer em graça e conhecimento. Ao meu Deus, Senhor e Pai que, com toda Sua sabedoria e amor conduziu-me nesta jornada de aprendizagem e descobertas.

Aos colegas professores e técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM/UFG) pelas dicas valiosas na sala de aula e fora dela também.

À professora Andréa Pereira dos Santos, minha colega de trabalho, parceira em várias atividades junto à Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG) e, agora, orientadora desta dissertação. Sou grato por acreditar no potencial desta pesquisa, pois enquanto estive sob sua orientação superei muitos desafios que contribuíram para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Obrigado pela confiança e respeito.

À professora Rosana Maria Borges Ribeiro, que apresentou valiosas sugestões para a realização da pesquisa relacionada a este trabalho.

Ao professor Rubem Borges Teixeira Ramos, *nerd* de carteirinha e especialista em quadrinhos, que contribuiu de maneira ímpar nos estudos sobre narrativas sequenciais.

À professora Lígia Maria Moreira Dumont, por ler este trabalho e contribuir com valiosas sugestões e dicas para aprimorar os estudos.

Aos amigos do curso de Mestrado, Josué dos Santos e Roldão Alves de Barros Júnior, pela amizade, apoio, risadas e desabafos compartilhados. Vocês podem até não perceber, mas ensinaram bastante sobre respeito, reciprocidade e empatia.

Vamos celebrar a aberração
De toda a nossa falta de bom senso
Nossa descaso por educação
(Perfeição, Legião Urbana).

“Uma barriga que ronca é mais forte
do que os livros da escola”.
(Kiko, menor em conflito com a Lei).

RESUMO

Apresenta, analisa e discute as experiências e interações sociais entre menores em conflito com a Lei e a leitura de histórias em quadrinhos, enquanto processo de construção e desenvolvimento do ser humano. Especificamente, questiona se pode haver uma relação de identificação e produção de significados ou até mesmo ressignificações a partir da leitura da narrativa sequencial Castanha do Pará, realizada por menores em conflito com a Lei. Para tanto, a pesquisa busca contemplar e interpretar como um objeto da comunicação social e das mídias pode abarcar conceitos e informações que geram impactos sociais nestes sujeitos através da leitura de gêneros ficcionais, identificando os contextos sociais e motivações que venham a provocar reflexões mediante suas realidades sociais, investigando o estabelecimento das práticas de leitura, formação leitora e promoção do desenvolvimento sociocultural. Para fundamentar a pesquisa, os principais teóricos consistem dos seguintes autores: Thompson (1999), Chartier (2003), Dumont (2001; 2006; 2007), Santos (2014), Ramos (2019), Eco (2011), Geertz (2008), Vergueiro (2009), Iser (1999), Thiolent (1986) e Foucault (2013), além do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (2006), Conselho Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2012) e Declaração dos Direitos Humanos (1948). A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa a partir de uma pesquisa-ação, buscando diálogo com os menores em conflito com a Lei por meio de entrevistas, questionários, mediação de leitura, discussões acerca da obra e realização de uma narrativa autobiográfica, ou seja, expressões artísticas através de desenhos, escrita ou oralização das experiências com essa leitura e o mundo real. Os resultados finais apontam para o fato de que as interações com a história em quadrinhos despertou nos adolescentes novas formas de pensamento, ressignificação de seus papéis na sociedade, geração de sentidos ocasionados pelos impactos sociais da história e formação leitora a partir de influências da família. Os estudos também apontam para a capacidade de interpretação dos conteúdos presentes tanto nos textos quanto nas imagens dos quadrinhos, pois o cenário desta narrativa sequencial evoca sentimentos, fatos e eventos que ao serem narrados pelos menores contribuem para a reflexão e introjeção de conhecimento.

Palavras-chaves: Sujeito. Leitura. Narrativas autobiográficas. Quadrinhos.

ABSTRACT

It presents, analyzes and discusses the experiences and social interactions between minors in conflict with the Law and reading comic books, as a process of construction and development of human beings. Specifically, it questions whether there can be a relationship of identification and production of meanings or even reframing from the reading of the sequential narrative *Castanha do Pará*, carried out by minors in conflict with the Law. Therefore, the research seeks to contemplate and interpret as an object of social communication and the media can encompass concepts and information that generate social impacts in these subjects through the reading of fictional genres, identifying the social contexts and motivations that may provoke reflections through their social realities, investigating the establishment of reading practices, reader training and promoting socio-cultural development. To support the research, the main theorists consist of the following authors: Thompson (1999), Chartier (2003), Dumont (2001; 2006; 2007), Santos (2014), Ramos (2019), Eco (2011), Geertz (2008), Vergueiro (2009), Iser (1999), Thiollent (1986) and Foucault (2013), in addition to the Child and Adolescent Statute - ECA (1990), National Council for the Rights of Children and Adolescents - Brasil (2006), National Council for Social and Educational Assistance - SINASE (2012) and Declaration of Human Rights (1948). The methodology used was a qualitative approach based on an action research, seeking dialogue with minors in conflict with the Law through interviews, questionnaires, reading mediation, discussions about the work and the realization of an autobiographical narrative, that is, artistic expressions through drawings, writing or oralization of experiences with this reading and the real world. The final results point to the fact that interactions with the comic book aroused new ways of thinking in adolescents, redefining their roles in society, generating meanings caused by the social impacts of the story and reading training based on family influences. The studies also point to the ability to interpret the contents present both in the texts and in the images of the comics, as the scenario of this sequential narrative evokes feelings, facts and events that, when narrated by the minors, contribute to the reflection and introjection of knowledge.

Keywords: Subject. Lecture. Autobiographical Narratives. Comic Book.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da entrada do CREAS	56
Figura 2 - Vista interna do CREAS – Recepção	58
Figura 3 - Vista interna do CREAS – Brinquedoteca	59
Figura 4 - Vista interna do CREAS – Espaço para acompanhamento	60
Figura 5 - Castanha perseguido por um policial.....	65
Figura 6 - Policial persegue Castanha pelas ruas de Belém-PA.....	67
Figura 7 - Castanha apanha do padrasto.....	72
Figura 8 - Personagens antropomórficos.....	73
Figura 9 - Castanha, ônibus e a transformação	74
Figura 10 - Desenho do Loirinho	76
Figura 11 - Texto do Loirinho	77
Figura 12 - Castanha sofre nas mãos do padrasto	80
Figura 13 - Desenho e texto do Dunga.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo dos tipos de pesquisa	48
Quadro 2 - Instituto Pró-Livro – Pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
GO	Goiás
HQ's	Histórias em Quadrinhos
IC	Itaú Cultural
IML	Instituto Médico Legal
IPL	Instituo Pró-Livro
LGBTQ	Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, Queer
n/p	Não paginado
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PET	Programa Educação e Trabalho
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SPAIFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
2 COMUNICAÇÃO, CULTURA E QUADRINHOS: ROMPENDO PARADIGMAS	22
2.1 COMUNICAÇÃO E CULTURA: INTERAÇÕES SOCIAIS	22
2.2 LEITURA: UMA PONTE ENTRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	26
2.3 QUADRINHOS: UMA NARRATIVA EM MOVIMENTO	28
3 DA LEGISLAÇÃO: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	32
3.1 A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PLANO INTERNACIONAL	33
3.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	35
3.3 A DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL A INFÂNCIA	36
3.4 DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	37
3.5 O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	39
3.6 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA PERSPECTIVA DE MICHEL FOUCAULT..	41
4 METODOLOGIA.....	44
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	44
4.2 PESQUISA-AÇÃO: ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	46
4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	48
4.4 ETAPAS DO TRABALHO.....	51
4.4.1 Etapa 1: Entrevista com os adolescentes	51
4.4.2 Etapa 2: Mediação de leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará	53
4.4.3 Etapa 3: Discussões e reflexões acerca da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará	54
4.4.4 Etapa 4: Narrativa autobiográfica.....	54
5 RELATOS E CONSIDERAÇÕES: A RELAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A LEITURA	55
5.1 VISITA AO CREAS	56
5.2 RELATOS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	60
5.2.1 Relato 1: Galego.....	63
5.2.2 Relato 2: Kiko	66
5.2.3 Relato 3: Fumaça	68

5.2.4 Relato 4: Loirinho.....	69
5.2.5 Relato 5: Dunga	78
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ADOLESCENTES	82
5.3.1 Considerações sobre Galego	82
5.3.2 Considerações sobre Kiko.....	86
5.3.3 Considerações sobre Fumaça	89
5.3.4 Considerações sobre Loirinho	91
5.3.5 Considerações sobre Dunga.....	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	108
APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre E Esclarecido (TALE)	111
APÊNDICE C – Instrumentos de coleta de dados	113
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com coordenador do CREAS Noroeste.....	115
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com adolescentes.....	116
ANEXO A – Parecer consubstanciado Nº 3.753.266.....	119
ANEXO B – Termo de compromisso.....	123

INTRODUÇÃO

“O homem transforma inconscientemente objetos ou formas em símbolos e lhes dá expressão.”
(JUNG, 1964, p. 232).

A presente pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG) sob parecer nº 3.753.266, possui como tema “O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a Lei e os quadrinhos Castanha do Pará¹ (2018), de Gidalti Jr.”. Tal inquietação surgiu da necessidade em compreender a leitura deste tipo de objeto midiático como recurso social e reflexivo na vida destes menores, almejando a possibilidade deles externarem suas opiniões e valores por meio de relatos de suas próprias vivências em paralelo com a obra em questão.

Estes adolescentes são acolhidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)², localizado em Goiânia-Goiás, uma instituição pública de assistência social voltada ao atendimento destes e de suas famílias, sendo assistidos por todos os ângulos sociais e psicológicos. Sobrecarregados de problemas, os menores são submetidos constantemente a situações de violência, abusos morais, sexuais, desestrutura familiar, baixa qualidade de ensino, analfabetismo, baixa perspectiva de vida, depressão, desânimo, tráfico e consumo de drogas, vício e fuga da realidade, entre outras dificuldades de ordem pública.

Diante da situação desses jovens, partiu-se da seguinte questão problema, “pode existir uma relação de identificação e produção de significações a partir da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará realizada por menores em conflito com a Lei?”. Algumas leituras, segundo hipótese, quando associadas à realidade do sujeito, podem tornar-se elementos essenciais na reflexão e construção de identidades, bem como na projeção e entendimento do eu e dos conflitos socioculturais que esses indivíduos carregam no decorrer da vida. Essa auto compreensão e reflexão de si possibilitam aos menores em conflito com a Lei repensarem seu papel na sociedade.

Viu-se a possibilidade de causar impactos sociais nestes menores por meio da leitura de histórias em quadrinhos, na expectativa de que pudessem empreender uma jornada reflexiva de produção de sentidos através da arte sequencial, que nada mais é do que imagens

¹ MOURA JR., Gidalti. **Castanha do Pará**. São Paulo: SESI, 2018. 80 p.

² Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/estrutura/interna/id=4975?filtro_simplificado=secretarias

gráficas e textos narrativos que se desdobram no imaginário do leitor apresentando situações próximas da realidade calcadas em metáforas e analogias, sugerindo caminhos, decisões, influenciando ações e produzindo eventos por meio da introjeção de conhecimento.

Eisner (2010) pontua que as histórias em quadrinhos fazem esta junção através de dois recursos importantes na comunicação: palavras e imagens. Tal linguagem icônica se desenvolveu com o tempo a partir da mídia impressa e, mais especificamente, nas tiras de jornais. Atualmente, existem milhares de novas formas de suporte para essas histórias, permitindo novos horizontes criativos para o desenvolvimento deste tipo de mídia.

Pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)³, divulgada em novembro de 2018, concluiu que há no Brasil cerca de 22.640 jovens privados de liberdade, internados em um dos 461 estabelecimentos socioeducativos existentes no país, acusados de terem praticado algum ato infracional. Destes, 3.921 são internos provisórios, ou seja, 17% do total tiveram a liberdade privada sem uma sentença judicial definitiva – isto ocorre, excepcionalmente, segundo o artigo 174, devido à gravidade do ato infracional causado pelo adolescente e a repercussão social que isto pode gerar, servindo o instrumento de internação provisória como garantia da segurança pessoal do adolescente. Já no meio aberto, ou seja, dos que cumprem prestação de serviços à comunidade e/ou liberdade assistida, há 117.207 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Sobre os delitos praticados pelos menores, de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente, “Art. 103. considera-se ato infracional conduta descrita como crime ou contravenção penal. Art. 104. São considerados penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, sujeitos às medidas previstas nesta Lei” (BRASIL, 1990a, n./p.). O ato infracional, portanto, é a ação praticada pela criança ou o adolescente, parecida com as ações definidas como crime ou contravenção, mas que não se caracterizam como delito.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que é “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar [...] direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990a, n./p.).

³ RODRIGUES, Alex. **Brasil tem cerca de 22,6 mil jovens privados de liberdade, diz CNJ**. Empresa Brasil de Comunicação, Brasília, DF, 12 nov. 2018. Seção Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-11/brasil-tem-cerca-de-226-mil-jovens-privados-de-liberdade-diz-cnj>. Acesso em: 17 set. 2019.

Percebeu-se a existência de representações sociais negativas que raramente revelam as causas e situações que levaram tais menores a seguirem pelo caminho do crime. Termos inadequados como delinquente, criminoso e marginal são atribuídos a eles constantemente, porém, nada revelam sobre as questões socioculturais de cada um e o que levou estes menores a trilharem este caminho. Vale notar que a lei especifica que estes termos pejorativos podem ser substituídos por apenas “adolescente em conflito com a Lei”.

Dimenstein (1999, n/p) avalia até que ponto se chegou essa necrose social, pois, se tivesse “[...] que escolher o principal problema social brasileiro, colocaria no topo a incapacidade de educar e integrar milhões de jovens”. Pessoas frustradas, vivendo em locais onde reina a falta de perspectiva, pobreza e, sobretudo, a sensação de não fazer parte de nada, levando estes grupos sociais a uma jornada de crimes e violência – reflexos da falta de políticas públicas eficientes e que tornam o país “uma fábrica de marginais”.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar a possível relação de identificação, produção de sentidos e ressignificações a partir da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará (2018), realizada por menores em conflito com a Lei. Os objetivos específicos foram: compreender como se estabelece a capacidade e presença da leitura destes adolescentes; identificar nos adolescentes, a partir da leitura, a promoção da reflexão social como possibilidade de ressocialização; investigar o possível processo de identificação entre a leitura da história em quadrinhos e a realidade social dos menores; identificar significações produzidas a partir da leitura de Castanha do Pará.

Quadrinhos são artefatos culturais que possuem grande apreço pela sociedade em vários cantos do mundo, que percebem nas aventuras dos personagens tanto uma forma de entretenimento quanto um eficaz recurso de produção de sentidos e metáforas através deste tipo de leitura. Acredita-se que este produto midiático acrescente características relevantes aos leitores, fazendo-os refletir sobre aquilo que é visto e reproduzido na sociedade. Afinal, com uma linguagem que associa escrita e imagem, os quadrinhos abordam temas que proporcionam discussões sobre variados assuntos como injustiças sociais, política e religião, dentre outros.

Para McCloud (2005, p. 9), os quadrinhos são um sistema de histórias narradas e constituídas por “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador.” Dois códigos (visual e textual) atuando em constante intercâmbio, possibilitando reflexões e empatia ao sujeito leitor. Um meio de comunicação com propósito social e relevante, capaz de reelaborar as

ansiedades e expressar o universo subjetivo dos menores a partir de metáforas que refletem o mundo no qual estão inseridos.

A leitura para Santos (2014, p. 21) serve como ponte entre a informação e o conhecimento, afinal “ler não é somente o que está escrito em formato de texto. Ler abarca o visual, os símbolos, formas e vídeos. Ler é conseguir explorar, pelo menos em parte, esse emaranhado de informações presentes na atualidade.”

Vale ressaltar que essas narrativas estão presentes desde os tempos mais remotos, perpassando a humanidade em todo seu tecido histórico e social, conseguindo ir além do comum, percebendo uma variada fonte de informação, cultura e conhecimento. Para Barthes (2001, p. 103-104), “a narrativa zoa da boa e da má literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está sempre presente com a vida.” Por isso, as narrativas sequenciais devem ser levadas em consideração não apenas como mero entretenimento, mas, sobretudo, como um forte elemento constitucional da psique humana.

Eco (2011, p. 11) reforça a ideia, observando que o sentido dos quadrinhos é metafórico e sua linguagem possui elementos iconográficos providos de várias interpretações e sentidos. Para o autor, é possível “falar de valores, as condições objetivas das comunicações são aquelas fornecidas pela existência dos jornais, do rádio, da televisão, da música reproduzida e reproduzível, das novas formas de comunicação visual e auditiva”.

Sendo assim, a motivação e justificativa para esta pesquisa foi ao encontro da possibilidade de poder simbólico e narrativo conferido aos quadrinhos como instrumento sociocultural de aquisição de conhecimento, recurso capaz de levar cada sujeito a uma determinada interpretação da sociedade e do mundo através da contextualização. A leitura através dos quadrinhos pode dar vazão à subjetividade dos menores em conflito com a Lei, possibilitando a eles pintar um determinado lugar emocional, transparecer tonalidades afetivas mais ou menos fortes ou simplesmente afrouxar alguns nós inconscientes, tecendo sentimentos e remendando relações.

Eis a possibilidade de apresentar um olhar diferente sobre os menores em conflito com a Lei, oportunizando mudanças através da produção de sentidos e ressignificações de si mesmos. As narrativas sequenciais estão repletas de personagens e histórias que possuem características identificáveis e que se tornam mais próximas da realidade destes adolescentes e seus contextos sociais, tais como: preconceitos, estigmas, problemas socioeconômicos, familiares e a falta de perspectivas quanto ao futuro.

São encontrados, no universo dos quadrinhos, vários gêneros que lidam com temas contemporâneos e narram de maneira relevante histórias e contextos socioculturais através da

junção de textos e imagens. Para Eisner (2010, p. 144-145), “esta é uma forma de arte relacionada ao realismo, porque se propõe a contar histórias” capazes de provocar várias sensações no leitor, além de aproximá-lo de temas que despertem as mais profundas reflexões – histórias que, contextualizadas, colaboram para o exercício da imaginação.

O personagem principal desta história, chamado Castanha, é um adolescente marginalizado pela condição social em que vive: filho de uma família disfuncional, oprimido pelo padrasto que o criou e pelo descaso do Estado, perambula pelas ruas da cidade de Belém, ao redor do mercado Ver-o-Peso, onde tira vantagens das situações na busca de abrigo, alimento e atenção – tal cenário é semelhante a tantos outros existentes no país, com seus contrastes estéticos e desigualdades sociais. A escolha da história em quadrinhos Castanha do Pará ocorreu graças ao aspecto social que a narrativa oferece, apresentando os anseios, dificuldades e perspectivas de um personagem bem próximo da realidade dos menores em conflito com a Lei.

Esta dissertação enquadrou-se na linha de Mídia e Cultura, afinal, a Comunicação sempre foi objeto de interesse de pesquisadores e estudiosos de vários campos do conhecimento, tornando possível a representação da realidade de uma forma mais autêntica. Thompson (1999, p. 20) afirma que “se a comunicação é uma forma de ação, a análise da comunicação deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação e na consideração do seu caráter socialmente contextualizado”.

Assim, toda e qualquer narrativa ficcional flerta com a realidade, possibilitando reflexões significativas pelas trocas de experiências dos indivíduos, viabilizando a identificação e descoberta do seu lugar humanizado no mundo, visualizando a si próprio e os demais nas relações de busca de sentidos. Segundo Bakhtin (2011, p. 139), “o valor biográfico pode organizar não só a narração sobre a vida do outro, mas também o vivenciar da própria vida e a narração sobre a minha própria vida pode ser forma de conscientização”. Assim, o papel destas narrativas é extrapolar as barreiras do ordinário e comum, fazendo com o que o leitor possibilite empreender jornadas de conhecimento através da subjetividade inerente nestas histórias.

Partindo para os capítulos, a dissertação começou com Comunicação, cultura e quadrinhos: rompendo paradigmas, dedicado a discussões dos conceitos relacionados aos meios de comunicação enquanto manifestações do conhecimento humano, sendo as mídias observadas do ponto de vista da produção, reprodução e intercâmbio de sentidos, identificação e desenvolvimento sociocultural. Na busca por uma compreensão humanizada, os sujeitos tentam ressignificar seu mundo através das possibilidades de interação social com

os objetos da mídia e que, no caso dos quadrinhos, objeto de estudo desta dissertação, faz-se presente a todo tempo enquanto artefato cultural e reflexivo.

O capítulo intitulado Da legislação: o Estatuto da Criança e do Adolescente apresentou os conceitos referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a) e sua relação com as medidas socioeducativas em meio aberto, além da observância das garantias resguardadas aos menores em seu envolvimento nos atos infracionais. Outro ponto de destaque foi com relação à abordagem da instituição social CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), responsável pelo acompanhamento e ressocialização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

A Metodologia aprofundou-se nos conceitos da pesquisa-ação como trajeto percorrido dentro da análise da relação entre conhecimento e ação, com a participação recíproca entre o pesquisador e os menores em conflito com a Lei. Também foram apresentadas as estratégias de coleta de dados e informações sobre os adolescentes e suas formas expressão, vivências e relações com as práticas de leitura. Os instrumentos utilizados na pesquisa compreendem as experiências vividas pelos adolescentes na possibilidade de gerar identificação e ressignificação de sentidos, para uma possível mudança de perspectiva através dos impactos sociais oriundos da leitura das histórias em quadrinhos.

Em Relatos e Considerações: a relação dos adolescentes em conflito com a Lei e a leitura, apresentou-se as falas dos menores em conflito com a Lei contextualizadas com a história em quadrinhos Castanha do Pará e como se desencadearam os processos de identificação e geração de sentidos através desta leitura. A pesquisa apresentou, também, depoimentos dos profissionais do CREAS que descreveram aspectos relacionados à rotina dos adolescentes. No final do capítulo, foram tecidas considerações acerca das vivências destes adolescentes em meio às adversidades e como isto afeta o comportamento e formação leitora de cada um.

Nas Considerações finais, foram apresentados os resultados alcançados pela pesquisa. O processo de identificação, geração de sentidos, ressignificações, discussões e reflexões geradas pelos adolescentes em conflito com a Lei a partir da leitura dos quadrinhos trouxeram luz às questões socioculturais importantes que, geralmente, são negligenciadas pelas esferas da sociedade.

2 COMUNICAÇÃO, CULTURA E QUADRINHOS: ROMPENDO PARADIGMAS

“Em todas as sociedades, os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e conteúdo simbólico.”
(THOMPSON, 1999, p. 35)

Este capítulo delineou o caminho teórico destinado à pesquisa. No tópico “Comunicação e cultura: interações sociais”, apresentou-se discussões em torno dos processos de crescimento e desenvolvimento sociocultural através da receptividade dos produtos da mídia. Na busca por definições e geração de sentidos, os sujeitos procuram ressignificar a si mesmos através dos conteúdos presentes nos objetos da comunicação e a difusão de temas relevantes para a sociedade, na tentativa de compreensão do comportamento humano e suas interações com os meios.

No tópico “Leitura de histórias em quadrinhos: uma ponte entre informação e conhecimento” demonstrou-se a capacidade de aproximação, absorção e introjeção de conhecimento através deste objeto da mídia e a elevação do pensamento dos leitores a patamares distintos dos demais. A leitura das narrativas sequenciais se apresenta enquanto fenômeno social, comunicacional e histórico, cercadas de características, estruturas e formas utilizadas como recurso para a promoção de reflexões acerca do papel dos indivíduos na sociedade e podendo causar impactos sociais relevantes.

“Quadrinhos: uma narrativa em movimento” é o tópico que discorreu sobre as histórias em quadrinhos – mídia escolhida para análise contextual da pesquisa – como narrativa que envolve os leitores de várias camadas sociais distintas que, ao interagir com tais produtos midiáticos, são impactados por este universo de imagens, textos e contextualizações que evocam realidades bem próximas do cotidiano.

2.1 COMUNICAÇÃO E CULTURA: INTERAÇÕES SOCIAIS

As manifestações do conhecimento humano, objeto de estudo de várias correntes teóricas existentes, agregam diversos níveis de formação cultural e crítica aos indivíduos presentes na sociedade – seja na filosofia, política e religião, dentre outros. Neste sentido, as teorias comunicacionais se ligam à forma como a sociedade moderna se comporta diante dos suportes midiáticos existentes, afetando a rotina da sociedade e transformando-a de maneira irreversível.

Apesar da persistência de certos preconceitos e pensamentos ideológicos que se fazem presentes no mundo contemporâneo, é fato que a comunicação se transformou ao longo de décadas, tornando-se objeto de estudo de várias linhas de pesquisa. Teorias que versam sobre a alienação através dos meios de comunicação e o entretenimento vazio são cada vez mais frágeis e constantemente submetidas a refutações, fazendo-se necessário lançar mão de estudos aprofundados para a compreensão das relações da mídia com os indivíduos na sociedade.

Thompson (1999) estuda a influência da mídia na formação das sociedades modernas, enxergando o mundo sócio-histórico não apenas como um campo-objeto a ser observado, mas, sim, um campo-sujeito construído por indivíduos que em suas rotinas diárias estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e o mundo ao redor por um viés sociocultural.

O autor percebe os meios de comunicação como carentes de interpretações, sentidos e poder – numa quase-interação mediada⁴, surge a possibilidade de elevação intelectual e ganhos na reelaboração social do caráter simbólico dos indivíduos. Ao analisar os meios de comunicação e sua relação com os indivíduos, Thompson (1999) sustenta a ideia de que o desenvolvimento das sociedades modernas tornou o processo de formação individual mais aberto e reflexivo, haja vista o leque de formas simbólicas e subjetivas que as mídias oferecem. Para o autor:

Devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas (THOMPSON, 1999, p. 31).

Na teoria social da mídia, os meios de comunicação estão cada vez mais voltados para o crescimento e desenvolvimento sociocultural, com Thompson apoiando o discurso de que “em todas as sociedades os seres humanos se ocuparam da produção e intercâmbio de

⁴ Para Thompson (1999), existem três formas ou tipos de interação: face a face, mediada e quase-interação mediada. Esta última refere-se às relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, cinema, internet etc.). Segundo o autor, “no caso da quase-interação mediada, as formas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores potenciais” (Ibid., p. 79). Os indivíduos, nesta situação social, se conectam uns aos outros num processo de intercâmbio simbólico e comunicacional.

conteúdos simbólicos” (*Ibid.*, p. 35). Afinal, o ser humano “é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu”, referenciando Geertz (2008, p. 15).

Na medida em que as interpretações e ressignificações da vida social se organizam, os meios de comunicação se reestruturam numa teia de significados repleta de informações que são desveladas e guiam os indivíduos através de fios condutores, designando papéis sociais a cada um ou, como preferir, agentes transformadores de sua própria prática social. Geertz (2008) descreve da seguinte forma:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 4).

Ramos (2019) corrobora o pensamento de Geertz, afinal:

O comportamento humano pode assumir por vezes um ou mais viéses complexos, frutos de estruturas conceituais as quais o indivíduo se encontra exposto no seu cotidiano, sobrepostas ou amarradas. Para tanto, Geertz defendia a análise do fenômeno cultural através de uma interpretação calcada na ideia de cultura como um conjunto de estruturas, ou melhor, de teias de significado, que um indivíduo concede para uma ação que desempenha ou um evento de que toma parte (RAMOS, 2019, p. 72).

Os estudos destes autores se aproximam da teoria social de Thompson sobre os meios de comunicação, pois diz respeito a uma maior receptividade dos produtos midiáticos, sugerindo processos de contextualização das mensagens, na qual os indivíduos buscam sentido e ressignificações através dos impactos sociais ocasionados pelas mídias. Ainda, segundo Thompson (1999):

As ações simbólicas podem provocar reações, liberar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva. Usarei o termo “poder simbólico”, para me referir a esta capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 1999, p. 24).

Tal poder simbólico pode ser conferido nos temas sociais contemporâneos, tornando-se relevantes para a sociedade – injustiças, desigualdades, política, saúde, economia e educação expressam as condições em que o mundo se encontra e possibilita novas maneiras de observar a natureza humana e procurar por novas soluções. Pois, enquanto ação humana, a

comunicação está em permanente interação com a vida social, afetando o seu desenvolvimento e sendo afetada por ela.

Os produtos da mídia atendem ao cumprimento de guiar os indivíduos nestas teias de significação, podendo causar impacto social relevante por meio da difusão de formas simbólicas e, portanto, deve-se considerar as histórias em quadrinhos como meio de comunicação, arte e cultura que agregam valores na produção de sentidos, explorando metáforas, analogias e contextos sociais que possibilitam identificação e ressignificações de sentidos nos indivíduos. A isto, Thompson (1999) afirma:

Muitos fenômenos sociais são formas simbólicas e formas simbólicas são construções significativas que, embora possam ser analisadas pormenorizadamente por métodos formais ou objetivos, inevitavelmente apresentam problemas qualitativamente distintos de compreensão e interpretação (THOMPSON, 1999, p. 358).

Televisão, cinema, séries, livros, aplicativos de *smartphones* e/ou *tablets* e quadrinhos são objetos que fazem parte da rotina diária de grande parte da sociedade e podem ser explicadas a partir do conceito de apropriação e análise contextualizadas das mídias, permitindo aos indivíduos darem maior sentido às mensagens e incorporá-las em suas vidas através das trocas de experiências e informações. Faz todo sentido, portanto, que os quadrinhos sejam vistos pelo olhar sociocultural, pois “se a comunicação é uma forma de ação, a análise da comunicação deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação e na consideração do seu caráter socialmente contextualizado” (THOMPSON, 1999, p. 37).

Bakhtin (2011, p. 139) afirmou que “o valor biográfico pode organizar não só a narração sobre a vida do outro, mas também o vivenciamento da própria vida” e a humanidade já provou que as narrativas sócio-históricas são construídas pelas grandezas e misérias humanas. No caso da história presente em Castanha do Pará, esta possui características próximas da realidade dos adolescentes em conflito com a Lei que se tornam relevantes para a sociedade ao trazer reflexões, análises e discursos passíveis de apropriação.

A despeito de estereótipos e preconceitos, a questão primordial não é ser contra ou a favor dos meios de comunicação, porém, reconhecer as mudanças qualitativas nestes meios, perceber as contribuições para a sociedade e o desenvolvimento sociocultural humanizado, com as formas simbólicas destes meios instaurando diálogos possíveis entre sujeitos e objetos – ocasionando, assim, a quebra de paradigmas de formas de pensamento retrógrados e comportamentos estanques.

Já dizia Freire (1993, p. 104), “ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo [...] a nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente.” Ou seja, fazendo-se aos poucos na prática social, sobretudo, buscando o crescimento e desenvolvimento pessoal como meta para alcançar novos patamares. Afinal, desde tempos mais remotos da oralidade, perpassando pelos meios impressos até os mais novos campos da comunicação eletrônica, a mídia é entendida como um processo de produção, reprodução e compartilhamento dos aspectos socioculturais e comportamentais dos indivíduos.

2.2 LEITURA: UMA PONTE ENTRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A leitura, de modo geral, pode influenciar no comportamento dos indivíduos agregando valor informativo, reflexivo e de conhecimento para além do simples entretenimento, num processo de formação e desenvolvimento que afeta várias camadas sociais, fazendo com que os indivíduos começem a perceber o mundo para além do simples preto e branco.

Muitas complexidades são percebidas no mundo contemporâneo e questionamentos socioculturais tomam a atenção das mídias, informando e tencionando os indivíduos a manifestarem suas indagações ou posicionamentos diante da sociedade. Portanto, a relação existente entre os sujeitos e a leitura acarreta na produção de novos significados e interpretações. Santos (2014) corrobora com tal entendimento:

A leitura é a ponte entre a informação e o conhecimento. Entretanto, ler não é somente o que está escrito em formato de texto. Ler abarca o visual, os símbolos, formas e vídeos. Ler é conseguir explorar, pelo menos em parte, esse emaranhado de informações presentes na atualidade (SANTOS, 2014, p. 21).

Neste sentido, a leitura caracteriza-se como importante fenômeno sociocultural que, segundo Reblin (2011), possui relação direta com os valores e suas representações:

[...] pela minha experiência no estudo das narrativas e da narratividade humana – isto é, no ato de contar histórias – e suas relações no processo de invenção do mundo e na elaboração da personalidade, eu poderia apontar para a seguinte direção: existe [...] uma relação entre as histórias e o público-leitor. A pergunta é se os valores e os preceitos defendidos interferem de alguma forma na constituição da personalidade de seus leitores. [...] as histórias podem sim contribuir para o processo de amadurecimento das crianças tanto ao abordar arquétipos quanto ao lidar com emoções e apresentar soluções simbólicas para os problemas que as crianças – bem como pessoas de outras faixas etárias – enfrentam no cotidiano (REBLIN, 2011, p. 21).

Impulsionado pela leitura, o sujeito humaniza suas relações com o universo circundante e a si mesmo, mudando sua própria visão acerca do mundo e suas idiossincrasias. Temer e Nery (2013) afirmam:

O indivíduo é definido como ser interpretativo, instituidor de sentidos. Para compreender a realidade que o cerca, o homem re-significa códigos e significados que utiliza de forma combinada e alternada, de acordo com seu substrato cultural e sua necessidade de sobrevivência (TEMER; NERY, 2013, p. 107).

A verdadeira efetivação da leitura necessita, entretanto, partir de algum atrativo, familiaridade ou contextualização para se chegar à decodificação dos sinais alfabéticos e, consequentemente, à compreensão do texto. Assim, o leitor será capaz de fazer uma leitura de mundo eficiente e que será finalmente percebida como algo que vai ao encontro de seu interesse, de sua vivência ou pelo contrário, não lhe desperta a atenção (DUMONT, 2001, p. 43).

Vale mencionar que os conteúdos historicamente determinados e culturalmente organizados são introjetados por meio da interação sociocultural, pois esses conteúdos da experiência histórica do homem, mesmo que consolidados em criações materiais, são refletidos nas formas verbais e imagéticas de comunicação entre as pessoas e tais conteúdos. Ademais, o papel da leitura é ser uma ferramenta nobre capaz de levar cada indivíduo a uma determinada interpretação da sociedade e do mundo, através da contextualização. Citando Dumont (2001):

As implicações do contexto onde se produz uma ação e onde se produz um texto, ou mesmo uma obra de arte, um discurso, uma teoria, enfim, onde e quando qualquer produção ou ação humana se efetiva, devem constituir o primeiro acesso para interpretar e entender qualquer manifestação de um sujeito, ou de uma coletividade (Ibid., p. 44).

Portanto, a leitura e sua aplicabilidade são fomentadas através de três fatores considerados propulsores na efetivação da mesma: o contexto do leitor, a subjetividade e o sentido que a leitura fornece. Segundo a autora, todo tipo de leitura agrupa valores, a priori, seja científico ou entretenimento – não existe leitura inferior ou simplesmente casual.

A leitura pode ser um dos meios mais enriquecedores já existentes, em que os indivíduos entram em contato com lendas, contos e demais narrativas (como as histórias em quadrinhos) agregando vários sentidos e informações, despertando interesse, curiosidade e contribuindo para o desenvolvimento sociocultural e crítico.

2.3 QUADRINHOS: UMA NARRATIVA EM MOVIMENTO

Característicos dos meios de comunicação solidificados através da arte, cultura e comunicação, as histórias em quadrinhos são apreciadas por boa parte dos indivíduos que consomem, colecionam e se identificam com estas obras. As aventuras contidas nos gibis, com personagens variados, mascarados ou não, heróis, anti-heróis e vilões com apelos emocionais e cargas dramáticas que ultrapassam as complexas linhas do bem e do mal, despertam a empatia e curiosidade nos leitores.

Através da identificação com determinados personagens e seus contextos históricos e políticos, os leitores deste tipo de literatura – um dos poucos gêneros que unem textos e imagens de forma simbiótica – são impactados pelos seus conteúdos, contribuindo para um gradativo letramento que perpassa a mais tenra infância até o desenvolvimento do pensamento sociocultural e humanizado.

Essa qualidade narrativa permite ao leitor usar a imaginação e viajar entre várias jornadas de descobertas, aprender valiosas lições através da produção e reprodução do conhecimento, compartilhar informações, despertar novas percepções, interpretações e subjetividades em suas rotinas e até melhorar sua relação com o mundo. Gasque e Ramos (2012) afirmam que:

Os [...] quadrinhos precisam estar sempre muito bem sintonizados com seu público leitor para que o mecanismo de troca de percepções entre emissor (autor, desenhista) e receptor (leitor) reflita a realidade e o cotidiano. Isso ocorre mediante o processo de intertextualidade, em que os eventos e situações que despertaram a atenção dos autores são colocados em contato com os parâmetros exibidos pelos leitores, estabelecendo-se um canal de comunicação que pode fidelizar a relação autor-leitor e o próprio ato da leitura ao longo de vários anos. Eles assumem também um papel importante como possíveis formadores de conceitos e opiniões, porque são capazes, em sua obra, de empregar percepções e interpretações do pensamento subjetivo. Essas noções, quando em sintonia com a realidade do leitor, permitem a ele reforçar conceitos e conhecimentos previamente adquiridos ou mesmo refletir acerca do que está sendo veiculado (GASQUE; RAMOS, 2012, p. 7).

McCloud (2005, p. 20), em sua própria conceituação, apresenta os quadrinhos como “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”, conferindo ao leitor um papel decisivo ao colocá-lo como parte determinante da obra. Afinal, além de ser absorvido por este tipo de leitura repleto de metáforas e analogias, também se insere valores universais que contribuem em sua relação com o mundo – em outras palavras, o leitor torna-se participante e formador de opiniões. Porém, infelizmente, Vergueiro e Ramos (2009) expõe:

Houve um tempo, não tão distante assim, em que levar histórias em quadrinhos para a sala de aula era motivo de repreensão por parte dos professores. Tais publicações eram interpretadas como leitura de lazer e, por isso, superficiais e com conteúdo aquém do esperado para a realidade do aluno. Dois dos argumentos muito usados é que geravam ‘preguiça mental’ nos estudantes e afastavam os alunos da chamada ‘boa leitura’ (VERGUEIRO; RAMOS, p. 9).

O autor explica que educadores do passado atribuíram valores pejorativos aos quadrinhos como, por exemplo, serem prejudiciais ao processo de ensino e aprendizagem, exposição de ação e violência gratuita, receio de que crianças e adolescentes pudessem imitar as condutas dos personagens e incitação da prática de crimes. Além de perturbar a mente do leitor ao ponto de não saber a distinção entre a realidade e a fantasia, alienando-o do processo de crescimento e desenvolvimento social. Rama e Vergueiro (2010) relatam que o argumento utilizado era de que as histórias em quadrinhos traziam

[...] prejuízos ao rendimento escolar e poderia, inclusive, gerar consequências ainda mais aterradoras, como o embotamento do raciocínio lógico, a dificuldade para a apreensão de ideias abstratas e o mergulho em um ambiente imaginativo prejudicial ao relacionamento social e afetivo de seus leitores (RAMA; VERGUEIRO, 2010, p. 16).

Os quadrinhos sofreram grandes represálias por parte de pensadores de destaque, como Frederic Wertham (1895-1981), que propagou várias ideias negativas através do livro “A sedução do inocente” (1954) em que descrevia os efeitos nefastos que, segundo ele, os quadrinhos causavam na vida das crianças.

O autor afirmava que aqueles que liam histórias em quadrinhos possuíam distúrbios comportamentais que culminavam em desajustes sociais. A publicação de Wertham despertou no Congresso Norte-Americano, mais precisamente na figura emblemática do senador Joseph McCarthy, uma perseguição contra tudo que pudesse ofender ou ferir a moral, costumes e valores norte-americanos – vale notar que neste período os Estados Unidos da América (EUA) travavam uma guerra contra os comunistas em 1950, buscando cada vez mais valer-se dos costumes e modo de vida americano. Codespoti (2013) afirma que:

Em 1954, Wertham foi chamado para depor sobre delinquência juvenil, na subcomissão do senado dos Estados Unidos, justamente em virtude dos “méritos” do livro *Sedução do Inocente*. O resultado direto da investigação foi a criação do Comic Code Authority, o código de censura dos quadrinhos e a falência da E. C. Comics, na época a mais relevante editora de quadrinhos dos Estados Unidos, especializada em histórias policiais e de terror (CODESPOTI, 2013, n./p.).

Décadas mais tarde, Tilley (2012) conduziu uma pesquisa que refuta o livro de Wertham. Investigando os casos relatados na obra, a pesquisadora encontrou falhas grosseiras, assim como manipulação de dados e informações privilegiando os interesses próprios do autor em detrimento de uma pesquisa séria e profunda. Segundo a autora:

[...] A Sedução de Wertham incluiu inúmeras falsificações e distorções. Este trabalho documenta exemplos específicos de como Wertham manipulou, exagerou, comprometeu e fabricou evidências — especialmente as evidências que ele atribuiu a pesquisa clínica realizada pessoalmente com jovens — para ganhos retóricos. Eu defendo que Wertham privilegiou seus próprios interesses quanto aos elementos culturais da psiquiatria social e da higiene mental ao custo da ciência praticada de forma sistemática e confiável, uma ação que, não obstante, serviu para lhe desacreditar tanto quanto as suas alegações quanto as histórias em quadrinhos (TILLEY, 2012, p. 386).

Mesmo diante de sérias acusações, enfrentando preconceitos passados e presentes, as histórias em quadrinhos tornaram-se objetos da comunicação admiradas por grande parte da sociedade devido às potencialidades de análises pelo viés educacional, artístico e cultural. Petit (2009) percebe nessas nuances uma busca do ser humano por compreensão, sentidos e ressignificações por meio destes gêneros ficcionais da literatura.

A autora reconhece que a ficção e o imaginário são fenômenos que coexistem na experiência humana, sendo encontradas nas leituras de mitos, contos, lendas, romances e, sobretudo, quadrinhos – objeto de estudo desta dissertação – em que se abrem outras dimensões de espaço e tempo, por assim dizer, com histórias paralelas ao mundo crível e que possibilitam a construção do pensamento humano. Ela afirma:

A literatura, em particular, sob todas as suas formas (mitos e lendas, contos, poemas, romance, teatro, diários íntimos, histórias em quadrinhos, livros ilustrados, ensaios – desde que sejam “escritos”), fornece um suporte notável para despertar a interioridade, colocar em movimento o pensamento, relançar a atividade de simbolização, de construção de sentido, e incita trocas inéditas. [...] como no caso dos meninos e meninas desmobilizados do conflito armado colombiano⁵, que, a partir do desvio do relato, de uma metáfora poética, passam a se tornar narradores de sua própria história (PETIT, 2009, p. 368).

Nos quadrinhos encontram-se possibilidades de geração de sentidos, melhorias nos aspectos pessoais e comportamentais dos indivíduos, avanços nas capacidades cognitivas de percepção e interação, sugestão de mudanças no mundo à sua volta, formação de opiniões

⁵ Petit refere-se à leitura realizada com jovens colombianos em situação de alta vulnerabilidade e riscos em 2001. Naquele tempo, a pesquisadora Beatriz Helena Robledo narrava histórias para adolescentes que se viam envolvidos no conflito armado entre a guerrilha e as forças paramilitares da Colômbia.

baseadas em situações e paradigmas incorporados ao contexto sociohistórico. Todas estas características foram percebidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que sugeriu a categorização deste meio de comunicação como gênero literário, pois são constitutivas da literatura geral e oferecem aos leitores um suporte midiático de articulação do texto e literariedade (BRASIL, 1997). .

Também Eco (2011, p. 40), em sua análise sobre a leitura das histórias em quadrinhos, destaca conceitos sobre “apocalípticos” e “integrados”, falando a respeito dos detratores e daqueles que absolvem os objetos da comunicação, dos quais os quadrinhos fazem parte. Para os apocalípticos, as mídias desestimulam o público a pensar, tornando-o passivo e conformista e, neste sentido, os meios de comunicação são utilizados para fins de controle e manipulação da sociedade capitalista, gerando um mundo homogêneo e padronizado.

Por outro lado, os integrados elencam vários motivos para absolver os objetos, sendo eles: a) fonte de informação possível a uma parcela da população que sempre esteve distante das informações; b) mensagens veiculadas pelas mídias que contribuem para a formação intelectual do público e c) elemento unificador da intersubjetividade dos diferentes grupos. Conforme dito por ele:

[...] em uma sociedade particularmente nivelada, onde as perturbações psicológicas, as frustrações e os complexos de inferioridade estão na ordem do dia [...] em uma sociedade industrial onde o homem se torna número no âmbito de uma organização que decide por ele [...] em uma sociedade de tal tipo, o herói deve encarnar, além de todo limite pensável, as exigências de poder que o cidadão comum nutre e não pode satisfazer (ECO, 2011, p.246-247).

Este cidadão comum é o herói de seu mundo, capaz de criar, imaginar, pensar e interpretar situações através das metáforas presentes nas obras ficcionais, organizando informações e intervindo no mundo ao seu redor de maneira transformadora. O imaginário detém uma força alegórica sem precedentes, faz com que o leitor se permita viajar e interagir com gêneros literários que despertem suas noções de mundo em busca de sentidos e possibilitem ressignificações, particularmente em situações de crise e violência social, como no caso dos menores em conflito com a Lei e seus confrontamentos diários.

3 DA LEGISLAÇÃO: O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

“Eduquem as crianças, para que não seja necessário punir os adultos.”
(Pitágoras)

Neste capítulo apresentaram-se os direitos fundamentais e a proteção integral das crianças e adolescentes na perspectiva do adolescente em conflito com a Lei em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, abordando a necessidade inquestionável de haver uma integração e cooperação do Estado, família e sociedade para que, de forma conjunta, possam atuar na defesa dos direitos humanos destes menores. Durante a pesquisa, reforçou-se estes valores na mente dos jovens no intuito de ajudá-los a reconhecer seu espaço no mundo e superar determinadas práticas corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído sem levar em conta sua humanidade.

Além de garantir acesso aos direitos e às condições dignas de vida, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) reconhece os menores como sujeitos pertencentes a uma coletividade e que devem compartilhar tais valores. Ressaltando que, de acordo com as diretrizes da legislação brasileira, quando um adolescente (doze a dezoito anos de idade incompletos) comete um ato infracional, deverá ser aplicada medida socioeducativa (BRASIL, 2006, p. 25).

Para além da mera responsabilização, deve ser fundamentada não só o ato a ele atribuído, mas também no respeito à equidade (no sentido de dar o tratamento adequado e individualizado a cada adolescente a quem se atribua um ato infracional), bem como considerar as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas do adolescente. A finalidade da medida socioeducativa é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa.

Este capítulo também apresentou a perspectiva do filósofo Michel Foucault (1926-1984) ao demonstrar como o poder disciplinar e suas relações atribuídas pelos discursos produzidos pela própria organização social em questão e seus movimentos vitimam os sujeitos sem a devida consciência e reflexão (FOUCAULT, 2013). Assim, este capítulo propôs reflexões críticas através de estudos que abordaram temas como política, sociedade e Educação na multifacetada perspectiva de Foucault, bem como uma aproximação com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Neste contexto, de acordo com a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, é priorizado o caráter pedagógico/educativo das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme exposto no artigo 100, deixando claro que na aplicação das medidas são levadas em consideração as necessidades pedagógicas destes sujeitos, preferindo aquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

3.1 A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PLANO INTERNACIONAL

No plano internacional, no que diz respeito à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, pode-se mencionar a Declaração de Genebra de 1924 e, em particular, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A Declaração Universal dos Direitos das Crianças ampliou a proteção dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, podendo ser observado no discurso da Declaração de Genebra, baseado nos cuidados dedicados à infância e passando para o discurso do direito de proteção ao mesmo, sob a autoridade da ONU (UNICEF, 1959).

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) foi estruturada por meio dos princípios da universalização de todos os direitos a todas as crianças, sendo estes: 1) a não discriminação, em sentido amplo do termo; 2) a tutela mais adequada a fornecer o desenvolvimento físico, intelectual, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; 3) o direito ao nome e a nacionalidade; 4) o direito a assistência social, curas médicas adequadas, saúde, alimentação, habitação, recreação; 5) a possibilidade da criança que se encontra em uma situação de menoridade física mental ou social, de receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais dos quais necessita; 6) o direito de crescer sob os cuidados e responsabilidades dos genitores e, em alguns casos, em uma atmosfera de afeto e segurança material, moral e de não ser separado da mãe; 7) o direito a educação que, em nível elementar, deve ser gratuita e obrigatória, contribuindo para a cultura geral da criança, permitindo-lhe desenvolver suas aptidões, seu juízo pessoal e sentido de responsabilidade moral e social e, ainda, o direito de ser guiado por aqueles que detenham a responsabilidade pela sua educação e, em particular, os pais; 8) o direito a proteção e prioridade em receber socorro em quaisquer circunstâncias; 9) o direito de ser protegido contra toda forma de negligência, crueldade e exploração, especialmente, se implementado este último no setor do trabalho; 10) o direito de ser protegido contra as práticas discriminatórias por motivos raciais,

religiosos ou de qualquer outra natureza, e de ser educado no espírito da compreensão, da tolerância e de amizade entre os povos, de paz e fraternidade universal (UNICEF, 1959).

Os direitos assegurados na referida Convenção foram ratificados pelo Decreto nº 99.710/1990 (BRASIL, 1990b). Neste contexto, os Estados signatários comprometeram-se ao tratamento prioritário às crianças e adolescentes com vistas a uma melhor qualidade de vida. Assim, por meio dessa convenção, adotou-se a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.

[...] doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente e consagra uma lógica e uma principiologia própria voltada a assegurar a prevalência e a primazia do interesse superior da criança e do adolescente. Na qualidade de sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento, à criança e ao adolescente é garantia à proteção especial (PIOVESAN, 2003, p. 278).

Neste contexto, a doutrina de proteção integral assegurou um arcabouço no sistema dos Direitos Humanos das crianças e adolescentes, elencando a natureza coercitiva e exigindo dos Estados signatários um dever de agir, não permitindo as violações dos preceitos elencados e, ainda, que estes tomassem medidas necessárias para promover ações em favor das crianças e adolescentes.

Ressaltou-se ainda, a doutrina de proteção integral às crianças e aos adolescentes, sustentada por três pilares, sendo o primeiro, o reconhecimento peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento e titular de proteção especial. O segundo pilar versa sobre o direito a convivência familiar a todas as crianças e adolescentes e o terceiro, a garantia dos Estados signatários em assegurar os direitos insculpidos na Convenção com absoluta prioridade. O adolescente em conflito com a Lei, portanto:

Deixa de ser visto como menor em situação irregular ou delinquente, para ser um sujeito de direitos, principalmente, quando se encontram em situação de cumprimento de medida socioeducativa, sendo que à família, à comunidade e à sociedade em geral cabe zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento socioeducativo, reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico (inclusive orçamentária) (BRASIL, 2006, p. 25).

Inspirado nas Convenções Internacionais, a Constituição Federal Brasileira de 1988 passou a definir em seu artigo 277 que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos na condição de pessoa em desenvolvimento e possuem prioridade absoluta, de tal modo tornar eficaz a doutrina da proteção integral na defesa do interesse da infância (BRASIL, 1988).

3.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90 foi fundamentado no artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988 e trouxe novos seguimentos acerca da percepção das crianças e adolescentes no Brasil. Ressalta-se que o Estatuto foi pautado em documentos das Normativas Internacionais, sendo a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959; a Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989 das Nações Unidas, o que de fato marca o surgimento da doutrina de proteção integral à infância.

Neste contexto, o artigo 1º do regulamento reza que “esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, ou seja, o Estatuto garante como princípio o melhor para o interesse da criança ou adolescente e o Estado deve ser o garantidor das necessidades destes sujeitos em desenvolvimento e titulares de Direitos Fundamentais (BRASIL, 1990a).

O Estatuto da Criança e do Adolescente inaugurou, em 1990, um novo paradigma ético-político e jurídico na sociedade brasileira, pois inseriu os direitos da população infantil e adolescente na agenda contemporânea dos Direitos Humanos. Esta construção foi resultado de um longo processo de mobilização social, que promoveu transformações profundas principalmente na concepção da criança e do adolescente como seres humanos em desenvolvimento, reafirmando a condição peculiar que lhes assegura a proteção integral (VANNUCHI; OLIVEIRA, 2010. p. 24).

Ainda, acrescente-se que as crianças e adolescentes como pessoas em condição de desenvolvimento, segundo o Estatuto, não podem responder pelo cumprimento das leis e obrigações inerentes à cidadania da mesma forma que o adulto, por se tratar de seres em pleno desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e sociocultural Pereira (1996) citado por Antônio Carlos Gomes da Costa (2001, p. 28). Nos artigos 6º e 15º do Estatuto da Criança e do Adolescente está disposto:

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que a ela se dirige as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 15 A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (PEREIRA, 1996 apud COSTA, 2001, p. 28).

Ainda, o Artigo 37 da Convenção sobre os Direitos da Criança:

c) toda criança privada da liberdade seja tratada com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, toda criança privada de sua

liberdade ficará separada dos adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, e terá direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, salvo em circunstâncias excepcionais (BRASIL, 1990b).

O Estatuto da Criança e do Adolescente tornou-se um marco para a sociedade brasileira, não somente por observar normas e condutas de ressocialização destes menores em conflito com a Lei, mas, sobretudo, por buscar melhores condições de vida e dignidade a tais pessoas. A legislação observa e fiscaliza para que cada um destes indivíduos tenha seus direitos respeitados, oportunizando a reabilitação dos mesmos e concedendo-lhes melhores oportunidades de mudança de pensamento que não violem sua dignidade.

3.3 A DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL A INFÂNCIA

A Lei 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atende aos comandos dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988, ratificando a Convenção das Nações Unidas de Direitos da Criança. O Estatuto rompeu com paradigmas e trouxe mudanças significativas ao tratamento dispensando às crianças e aos adolescentes, instituindo a Doutrina da Proteção Integral à Infância.

Sobre a Doutrina de Proteção Integral, Cury, Paula e Marçura (2012) instruem que:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento (CURY; PAULA; MARÇURA, 2012, p. 21).

De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), os artigos 227 da Constituição Federal e Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a corresponsabilidade da família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público em assegurar, por meio de promoção e defesa, os direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988, 1990a).

Para cada um desses atores sociais existem atribuições distintas, porém, o trabalho de conscientização e responsabilização deve ser contínuo e recíproco. Ou seja, família, comunidade, sociedade em geral e Estado não podem abdicar de interagir com os outros e de responsabilizar-se. Para tanto, os papéis atribuídos a esses atores sociais se conjugam e entrelaçam:

(1) A sociedade e o Poder Público devem cuidar para que as famílias possam se organizar e se responsabilizar pelo cuidado e acompanhamento de seus adolescentes, evitando a negação de seus direitos, principalmente, quando se encontram em situação de cumprimento de medida socioeducativa; (2) à família, à comunidade e à sociedade em geral cabe zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento socioeducativo, reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico (inclusive orçamentária) (BRASIL, 2006, p. 25).

Para Cury, Paula e Marçura (2002, p. 36), “a proteção integral deve ser entendida como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos”; estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos adultos encarregados de assegurar esta proteção especial.

Ainda, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelece que a situação do adolescente em conflito com a Lei não restringe a aplicação do princípio constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção e cuidado a esse público, principalmente, àqueles que se encontram numa condição de vulnerabilidade social.

Assim, todos os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (Capítulo II); o direito à convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito à profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V) devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a Lei (BRASIL, 2006).

3.4 DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

De acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), nos Art. 112-114, quando um adolescente comete um ato infracional, deverá ser aplicada medida socioeducativa que vise ressocializar e oportunizar mudanças de comportamento. A medida socioeducativa será aplicada de acordo com a gravidade do ato infracional cometido, as circunstâncias e a capacidade individual do adolescente em cumprir determinada medida, evitando atividades vexatórias e discriminatórias, bem como a observância da necessidade pedagógica, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento do vínculo familiar e

comunitário – em se tratando de adolescente doente ou com qualquer deficiência mental, terá direito ao atendimento individual e especializado (BRASIL, 1990a).

Quanto à prática do ato infracional deve ser considerada a idade do menor na data do fato. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina que as medidas socioeducativas podem ser substituídas a qualquer tempo e aplicadas isolada ou cumulativamente com as medidas protetivas quando possível, com exclusão das medidas de abrigo e colocação em família substituta.

Quando o ato infracional for cometido por criança, deve ser aplicada as medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA e, em caso de adolescentes em conflito com a Lei, devem ser aplicadas as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA, sendo que poderão ser submetidos cumulativamente tanto às medidas de proteção quanto às medidas socioeducativas, caso encontrem-se em situação de risco. É necessário esclarecer que, conforme descrevem os termos do ECA, entende-se por adolescência o período que começa aos doze anos e se estende aos dezoito anos incompletos (BRASIL, 1990a, n./p.).

O conceito de criança, segundo o Artigo 2º, primeira parte da lei 8069/90, é a pessoa que possui até doze anos de idade incompletos e o adolescente é a pessoa que possui entre doze e dezoito anos de idade incompletos (BRASIL, 1990a). Para execução das medidas socioeducativas, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a participação da família, Estado e sociedade.

Para Volpi (2011, p. 21):

O princípio da incompletude institucional, caracterizado pela utilização do máximo possível de serviços (saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, etc.) na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes. As medidas em meio aberto são Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida (VOLPI, 2011, p. 21).

Na medida de liberdade assistida, o orientador social é a pessoa responsável pela execução das tarefas previstas no Art. 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente (promoção social do adolescente e de sua família, supervisão da frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, diligências no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho, etc.) (BRASIL, 1990a, n./p.). Assim, entende-se é que a natureza desta medida é pedagógica, como meio de reorientação social, pois o menor deve ser acompanhado em todas as suas atividades como escola, família e trabalho.

De acordo com Volpi (2011):

A liberdade assistida, manifesta no acompanhamento personalizado, garantindo-se os aspectos de proteção, inserção comunitária, cotidiano, manutenção de vínculos familiares, frequência à escola, inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizantes e formativos (VOLPI, 2011, p. 24).

A medida de Prestação de Serviço à Comunidade tem aplicabilidade prevista no Art. 117 do Estatuto (ECA) e consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (BRASIL, 1990a, n./p.).

As tarefas são atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. A aplicabilidade desta medida depende da prévia aceitação do menor e dos responsáveis, tendo em vista que se for contra a vontade de ambos, poderá representar trabalho forçado, o que é de fato proibido no nosso ordenamento jurídico.

3.5 O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de assistência social, localizado na região Noroeste da cidade de Goiânia-Goiás e atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social e que vivem situações de violação de direitos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social. São atendidas vítimas de trabalho infantil, abandono, indivíduos em situação de rua ou que sofreram violências física, psicológica e/ou sexual, discriminações a partir de orientação sexual ou étnica. Sobretudo, adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e casos de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.

O CREAS exerce importante papel na inclusão e proteção social destes indivíduos e suas famílias que, encontradas em situação de maus tratos e violação de direitos, visa o cumprimento de medidas socioeducativas no intuito de orientar e acompanhar a execução das mesmas sobre tais sujeitos. Sobretudo, destaca-se que este serviço prestado pelo CREAS está inserido no âmbito de uma política socioeducativa, como ocorre na Política da Criança e do Adolescente prevista no Art. 8º da lei nº 12.594/2012 (educação, saúde, assistência social,

cultura, capacitação para o trabalho e esporte), contemplando a possibilidade de participação de entidades não governamentais e demais indivíduos da sociedade (BRASIL, 2012a).

Conforme Digiácomo (2014):

É necessário que os ‘programas socioeducativos’ a serem oficialmente instituídos (para além do atendimento prestado pelo CREAS, como dito) sejam executados não apenas pela equipe técnica que, na forma do citado art. 12 da Lei nº 12.594/2012, os mesmos devem possuir, mas também por um corpo de ‘orientadores’ (vide art. 13 da Lei nº 12.594/2012), que devem ser ‘selecionados e credenciados’ (além de devidamente capacitados) entre pessoas da comunidade (importante lembrar que, na forma do art. 4º, *caput*, da Lei nº 8.069/90, é dever também da comunidade zelar pela plena efetivação dos direitos infanto-juvenis), inclusive da ‘comunidade escolar’, que estejam próximas do adolescente e sua família, de modo a acompanhar – também de perto – a execução da medida e o efetivo cumprimento das atividades previstas em seu ‘Plano Individual de Atendimento’, podendo intervir imediatamente em caso de eventual descumprimento (DIGIÁCOMO, 2014, grifos do autor).

Ainda, o CREAS deve, obrigatoriamente, oferecer o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (SPAIFI), podendo oferecer outros serviços, como abordagem social e serviço para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, o CREAS também oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária. No município de Goiânia/GO, a abrangência dos CREAS é dividida em regiões da capital com cobertura e oferta de atendimento nas regiões Norte, Centro-Sul, Noroeste, Leste e Oeste.

Nesta via, o recorte de pesquisa da dissertação foi realizado na região Noroeste, por orientação do Juiz da Infância e Juventude. Segundo o magistrado, tal região possui maior concentração de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e possui bom trabalho realizado pela equipe do CREAS e que favoreceria na execução da pesquisa.

A visita ao CREAS da região Noroeste foi realizada e houve uma conversa informal com a coordenação e os profissionais que atuam nas medidas socioeducativas da instituição, mostrando receptividade em acolher a pesquisa. Todos perceberam as contribuições que podem ser alcançadas por este trabalho durante o processo de construção e desenvolvimento sociocultural dos menores em suas interações com objetos da comunicação – neste caso, as histórias em quadrinhos como possibilidades de mudanças de comportamento a partir da leitura e seus impactos sociais.

Isto vai de encontro ao que esta dissertação propôs investigar, que é a possibilidade de despertar de novos sentidos e ressignificações nos menores, para que consigam repensar seus papéis e oportunizar condições que lhes ajudem a transpor barreiras e dificuldades impostas.

3.6 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA PERSPECTIVA DE MICHEL FOUCAULT

Como visto anteriormente, por meio das diretrizes do ECA, quando um adolescente comete um ato infracional, deve-se aplicar medida socioeducativa no intuito de ressocialização do mesmo. Neste prisma, percebeu-se que a execução da medida socioeducativa em meio aberto demonstra certo ar punitivo, devido à forma como os adolescentes manifestaram suas opiniões.

Foucault (2013a, p. 122) faz menção a três métodos utilizados pela Lei Penal para manter a segurança e o poder de gestão: “O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação e o indivíduo submetido a uma coerção imediata. O corpo supliciado, a alma cujas representações são manipuladas, o corpo que é treinado”. Quando inseridos nas medidas, os menores não se sentem à vontade e tampouco encontram segurança ou garantias de direito a um molde de educação e oportunidade de qualificação profissional.

Os menores mencionaram que as medidas socioeducativas não trazem mudanças consistentes e não fazem com que se sintam motivados a participar das reuniões de maneira assertiva, causando evasão dos mesmos. Como apontamentos, foram percebidos os efeitos da associação entre o descaso da sociedade, Poder Público, pobreza e, consequentemente, delinquência juvenil.

Foucault (2013a) afirmou:

[...] que nessas condições seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros, que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas (Ibid., p. 261).

Portanto, os jovens pobres e excluídos socialmente destacados nesta pesquisa, os adolescentes em conflito com a Lei, vão sendo moldados pelas relações de poder e disciplinas impostas a eles de cima para baixo. Não apenas reprimindo os indivíduos, mas produzindo realidades vinculadas por meio de práticas estigmatizantes, violentas e que como bem ditas pelo autor, “as luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (Ibid., p. 209).

A proteção a estes indivíduos deve ser articulada com finalidade de estabelecer que todos participem da construção coletiva e que às crianças e adolescentes requerem o reconhecimento de uma tensão, mas não necessariamente de uma contradição, entre pessoa em desenvolvimento e sujeito de direitos, entre proteção e autonomia, questão fundamental.

No entanto, as diretrizes do ECA e do SINASE, não estão seguros em plena eficácia, pois, muitas vezes, se encontram contradições que geram efeitos contrários às crianças e adolescentes, entre as quais se destacam proteção e punição, direitos e violações, assistencialismo e autonomias. Foucault (1999) diz:

[...] o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a norma. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar (FOUCAULT, 1999, p. 302).

Assim, observou-se que a falta de oportunidades e incentivos educacionais aumentaram a possibilidade de retorno à delinquência, estimulando a reincidência. Ainda não se pôde olvidar que, por vezes, esses adolescentes são vítimas de fatores sociais e econômicos que, em muitos casos, os reduzem aos mínimos acessos sociais como, por exemplo, educação, saúde, lazer, emprego. Com isso, Foucault (2013a), apresentou um novo personagem neste cenário social: o delinquente.

O delinquente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato (autor responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente), mas também de estar amarrado a seu delito por um feixe de fios completos (instintos, pulsões, tendências, temperamento) (FOUCAULT, 2013a, p. 239).

Neste ínterim, o adolescente em conflito com a Lei passou ser classificado como um indivíduo que possui um desvio patológico de conduta e que deve ser tratado, observando sua delinquência e periculosidade pela prática do ato infracional. Foucault (2013a), sobre o assunto, tem a dizer que:

À medida que a biografia do criminoso acompanha na prática penal a análise das circunstâncias, quando se trata de medir o crime, vemos os discursos penal e psiquiátrico confundirem suas fronteiras; e aí, em seu ponto de junção, forma-se aquela noção de indivíduo ‘perigoso’ que permite estabelecer uma rede de causalidade na escala de uma biografia inteira e estabelecer um veredito de punição-correção (*Ibid.*, p. 239).

Deve-se atentar, portanto, a uma urgente necessidade de reflexões acerca das medidas socioeducativas em meio aberto para os adolescentes como estratégia no processo de ressocialização, observando a necessidade de criar um ambiente direcionado para o convívio e crescimentos social e não somente um espaço de penalidades e exercício de modelos sociais opressores. Afinal, para Foucault (2013a):

A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não "reprimiria" pura e simplesmente as ilegalidades; ela as "diferenciaria", faria sua "economia" geral. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, que toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação (Ibid., p.258).

Ressaltou-se que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa sofrem, em sua maioria, preconceitos e estigmatizações atribuídos pela sociedade e a mídia. Pôde-se desconfiar de certo descaso dos governantes pela vida dos adolescentes e crianças, resultando no abuso das autoridades constituídas, somadas a políticas públicas que ignoram os direitos mais elementares que o Estatuto da Criança e do Adolescente garante aos mesmos.

Quando problematizados, a medida socioeducativa em meio aberto fracassa em seu propósito educativo e pedagógico, pois há uma gestão de ilegalismos, como expõe Foucault (2013b), más estratégias de gestão social e, possivelmente, dispositivos que produzem, inventam e fabricam adolescentes em conflito com a Lei. As medidas socioeducativas em meio aberto no contexto social destes menores podem ser vistos como uma estratégia sem muita eficácia e que não consegue atender ao contexto social destes indivíduos e suas vulnerabilidades sociais.

4 METODOLOGIA

“Todos os meios são metáforas ativas em seu poder de traduzir a experiência em novas formas.”
(MCLUHAN, 2011, p. 41)

Esta pesquisa se ateve a uma abordagem qualitativa e aproximação com o método de pesquisa-ação, através de instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados, tais como: entrevistas, questionários, mediação de leitura, discussões e reflexões acerca da história em quadrinhos Castanha do Pará, narrativa autobiográfica realizada pelos menores em conflito com a Lei, levantamento bibliográfico e pesquisa documental, a partir de documentos que pudessem contribuir para áreas importantes como, por exemplo, características dos adolescentes em conflito com a Lei, conceitos e legislação das medidas socioeducativas, representações sociais destes sujeitos e suas relações.

Além disso, autores das áreas da Cultura e Comunicação foram pesquisados para o avanço científico da pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. As questões trabalhadas permaneceram no campo da identificação e produção de sentidos, ressignificações, valores, atitudes e aspirações destes adolescentes a partir da interação com a história em quadrinhos em questão. Lembrando que este trabalho foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFG e aprovado com o parecer nº 3.753.266, vide Anexo A.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa deu-se por meio de uma abordagem qualitativa, existe interesse em compreender os grupos sociais e buscar explicação dos porquês existentes nas relações e vivências de menores em conflito com a Lei, tentando encontrar as possíveis motivações relacionadas às práticas de leitura deste grupo específico, sobretudo, de histórias em quadrinhos como recurso gerador de impactos sociais.

A pesquisa qualitativa deve ser entendida como algo que se preocupa com o nível subjetivo e relacional da realidade social destes menores, abordando suas particularidades por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes destes atores sociais. Como explica Minayo (2011):

O sentido da experiência é a compreensão: o ser humano comprehende a si mesmo e ao seu significado no mundo da vida. Por ser constitutiva da existência humana, a experiência alimenta a reflexão e se expressa na linguagem. Mas, a linguagem não traz a experiência pura, pois vem organizada pelo sujeito por meio da reflexão e da interpretação num movimento em que o narrado e o vivido por si estão entranhados na e pela cultura, precedendo à narrativa e ao narrador. Já a vivência é produto da reflexão pessoal sobre a experiência. Embora a experiência possa ser a mesma para vários indivíduos [...] a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história (MINAYO, 2012, p. 622).

Para Goldenberg (1999, p. 34), a pesquisa qualitativa não se preocupa com questões numéricas, mas sim, com o aprofundamento e compreensão das subjetividades dos grupos sociais, sem que “preconceitos e crenças contaminem a pesquisa”. A experiência com os menores em conflito com a Lei abarcou maneiras subjetivas de obtenção do conhecimento através da relação que se estabeleceu com a história em quadrinhos Castanha do Pará, observada através da possibilidade de identificação e ressignificações destes adolescentes.

Nos objetivos, a pesquisa demonstrou caráter exploratório ao proporcionar maior aproximação com a realidade destes sujeitos e familiaridade com seus problemas para a construção de hipóteses. Segundo Sampieri (1991, p. 59), “os estudos exploratórios são feitos, normalmente, quando o objetivo da pesquisa é examinar um tema ou problema de investigação pouco estudado ou que não tenha sido abordado antes.” Esta pesquisa caracterizou-se, portanto, como exploratória a partir do contato com o tema analisado, mediante participação e colaboração dos menores e demais fontes investigadas.

Também, assumiu um estudo de caso juntamente com a pesquisa bibliográfica e documental. Como visto em Yin (2001, p. 24), o estudo de caso está presente em situações que requerem respostas a determinadas questões, como as do tipo “como?” ou “por que?”, quando o pesquisador necessita investigar os fenômenos contemporâneos e complexidades contextualizadas na vida real. Conforme Martins,:

O estudo de caso é próprio para a construção de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real – pesquisa naturalística [...] Sustentada por uma plataforma teórica, reúne o maior número possível de informações, em função das questões e proposições orientadoras do estudo, por meio de diferentes técnicas de levantamento de informações, dados e evidências. Busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e, de maneira engenhosa, descrever, compreender, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo (MARTINS, 2006, p. 10).

Os instrumentos e técnicas de levantamento de dados e informações definidos para esta pesquisa foram: entrevistas com os menores em conflito com a Lei a partir de

questionários elaborados para observância de suas experiências, rotinas pessoais e relações com as práticas de leitura, questionários, mediação de leitura da história em quadrinhos *Castanha do Pará*, discussões e reflexões acerca da história em questão e desenvolvimento de narrativas autobiográficas, que consistiam na realização de desenhos, escrita ou oralização por parte dos adolescentes na tentativa de observar suas opiniões, angústias, medos e aspirações, entre outros fatores importantes para análise.

4.2 PESQUISA-AÇÃO: ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Adotou-se neste trabalho o método de pesquisa-ação, percorrendo o caminho que buscava estabelecer uma relação entre o conhecimento e a ação, com o pesquisador e os adolescentes em conflito com a Lei participando da pesquisa de maneira coletiva e voluntária. Alguns cuidados foram tomados para que fossem garantidos reciprocidade e confiança das pessoas envolvidas na pesquisa, pois não se tratou simplesmente de uma coleta de dados. Gil (2002) expressa que “estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

A respeito do assunto, Thiollent (1986) explica que:

A pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. Parte da informação gerada é divulgada, sob formas e por meios apropriados, no seio da população. Outra parte da informação, cotejada com resultados de pesquisas anteriores, é estruturada em conhecimentos. Estes são divulgados pelos canais próprios às ciências sociais (revistas, congressos, etc.) e também por meio de canais próprios a esta linha de pesquisa (THIOLLENT, 1986, p. 22).

O conceito de pesquisa-ação traz grande contribuição para as discussões acerca da relação entre teoria e prática, pois se trata de um tipo de pesquisa que articula a construção do conhecimento científico em sua dimensão política e social, com a própria investigação se efetivando ao redor da realidade explorada. Resende (2006, p. 514) explica que “assim, à pesquisa-ação são atribuídas leituras que adotam uma perspectiva mais explicativa (experimental) ou mais compreensiva (fenomenológica ou dialética)”. Neste trabalho, a pesquisa-ação voltou-se para as causas das classes populares e suas necessidades, que demandaram um processo investigativo de ação social na possibilidade de encontrar soluções para os problemas coletivos, centradas no agir participativo.

Segundo Thiollent (1986, p. 16), não se trata meramente de um simples levantamento de dados, pois este processo investigativo deve “definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação”. Para estabelecer as relações entre o conhecimento e a ação, Thiollent (1986) ressalta a necessidade de ampla interação entre os atores sociais para que se alcance os dados, informações e conhecimento que possam contribuir para as discussões acerca das questões abordadas. Baldissera (2001) afirma que a pesquisa científica dos processos sociais, tanto objetivos como subjetivos

Deve saber trabalhar o objeto de estudo de forma interdisciplinar, integrante de diferentes concepções teóricas e práticas direcionadas a tomada de consciência coletiva para uma ação, também coletiva, na busca dos interesses dos envolvidos na pesquisa, ou seja, pesquisadores, pesquisados e comunidade. Na pesquisa-ação acontece simultaneamente o “conhecer” e o “agir”, uma relação dialética sobre a realidade social desencadeada pelo processo de pesquisa (BALDISSERA, 2001, p. 24-25).

Este método de investigação-ação agrega variadas técnicas de coleta de dados, interpretação e até mesmo intervenção na solução dos possíveis problemas que surgem no caminho da pesquisa. Dinâmicas de grupo são utilizadas para trabalhar a dimensão coletiva e interativa para produção de sentidos. Tripp (2005) defende que

Em vez de aceitar uma definição mais aberta de pesquisa-ação, tal como 'identificação de estratégias de ação planejada que são implementadas e, a seguir, sistematicamente submetidas a observação, reflexão e mudança' (Grundy; Kemmis, 1982), passei a preferir uma definição mais estrita: 'pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática', e eu acrescentaria que as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc.) (TRIPP, 2005, p. 447).

Portanto, mesmo que se tenha em mente um caminho delineado e organizado por etapas de trabalho – identificação de problemas, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação – tais abordagens necessitam passar pelo crivo de uma revisão e/ou avaliação para se certificar de que a jornada seja segura.

O fato é que a pesquisa-ação necessita de ação tanto em áreas práticas quanto na pesquisa científica. Na tabela abaixo, são apresentadas as comparações entre a pesquisa-ação com relação à prática rotineira e a pesquisa científica – campos comuns ao campo da pesquisa, porém, com algumas diferenças.

Quadro 1 - Quadro comparativo dos tipos de pesquisa

Onze características da pesquisa-ação			
Linha	Prática rotineira	Pesquisa-ação	Pesquisa científica
01	Habitual	Inovadora	Original/financiada
02	Repetida	Contínua	Ocasional
03	Reativa contingência	Pró-ativa estrategicamente	Metodologicamente conduzida
04	Individual	Participativa	Colaborativa/colegiada
05	Naturalista	Intervencionista	Experimental
06	Não questionada	Problematizada	Contratual (negociada)
07	Com base na experiência	Deliberada	Discutida
08	Não articulada	Documentada	Revisada pelos pares
09	Pragmática	Compreendida	Explicada/teorizada
10	Específica do contexto	_____	Generalizada
11	Privada	Disseminada	Publicada

Fonte: Tripp (2005, p. 447).

Dentre alguns aspectos, percebeu-se que a pesquisa-ação é inovadora em seu *modus operandi*, pró-ativa, participativa, problematizada, documentada e compreendida. O que foi avaliado, entretanto, não é se a pesquisa-ação foi melhor do que as outras formas de pesquisa, pois todas possuem seus méritos. Atentou-se para o fato de que pesquisas como esta trazem discussões assertivas que apresentam métodos pertinentes e importantes para o papel social de disseminação de informações e até mesmo intervenções que contribuam para inovação de estratégias visando melhorar as condições sociais de grupos de indivíduos estigmatizados e abrindo os olhos da população para realidades bem próximas das suas.

Como método de identificação, problematização e intervenção social, a pesquisa-ação tornou-se uma estratégia conscientizadora tanto para o pesquisador quanto para o público investigado. Esta pesquisa se colocou diante do objeto de estudos de maneira interdisciplinar, integrando diferentes concepções teóricas e práticas, ocorrendo de forma simultânea entre o conhecer e o agir numa "relação dialética sobre a realidade social desencadeada pelo processo de pesquisa" (BALDISSERA, 2001, p. 25).

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Alguns procedimentos foram necessários durante a pesquisa, tais como a coleta das assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no Apêndice A, para os

pais ou responsáveis e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), no Apêndice B, para os adolescentes – esses documentos foram pessoalmente assinados no CREAS e, portanto, autorizadas participações na pesquisa. Além dos dois termos, alguns instrumentos de coleta de dados no Apêndice C ou técnicas foram utilizados durante a pesquisa, tais como: entrevista com o coordenador do CREAS, vide Apêndice D; entrevistas semiestruturadas com os adolescentes, vide Apêndice E que cumprem medida socioeducativa em meio aberto (foram selecionados 05 adolescentes do sexo masculino entre a faixa etária de 14 a 17 anos para averiguação de suas rotinas e vivências); questionários, mediação de leitura com os adolescentes, discussões e reflexões acerca da mesma e produção de narrativas autobiográficas (desenho, escrita ou oralização) realizada pelos adolescentes a partir da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará.

O TCLE é um documento que contou com o objetivo de participação dos pais e/ou responsáveis, convidando-os para tomar parte da pesquisa. Dentro da análise ética da investigação, este é o documento mais importante segundo Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 466/2012, pois garante ao indivíduo o respeito pleno aos seus direitos.

Como a pesquisa envolveu menores de 18 anos de idade, outro documento foi anexado em conjunto, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE, elaborado numa linguagem acessível e de fácil entendimento para os menores ou para os legalmente incapazes, como segue os itens II.24 e II.25 da resolução CNS nº 466/2012 (BRASIL, 2012b).

Estes documentos foram utilizados para garantir a segurança e proteção dos indivíduos, visto que os mesmos se encontravam em vulnerabilidade social e para que não fossem expostos ou sofressem algum prejuízo emocional e/ou exposições contra suas vontades. Demandou-se especial atenção na elaboração destes documentos, observando características, tais como: concisão, objetividade, linguagem adequada ao nível sociocultural dos participantes, descrição dos procedimentos adotados, identificação dos riscos e desconfortos esperados, preservação do anonimato dos menores, nome do pesquisador e instituição à qual estava afiliado (com endereço e telefone).

Estes documentos foram tão importantes para a pesquisa que, logo no início do trabalho, dúvidas foram esclarecidas para a facilidade e entendimento dos adolescentes e seus responsáveis informando-os de que a participação era totalmente voluntária, podendo a qualquer momento, ser solicitada a recusa ou desistência da participação, sem que acarretasse qualquer ônus ou prejuízo aos mesmos.

As informações fornecidas pelos adolescentes foram utilizadas somente para fins desta pesquisa e tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a

identidade dos mesmos. Qualquer pesquisa que abrange a participação de seres humanos deve respeitar os princípios éticos, como dignidade, liberdade e autonomia do ser humano e não ferir a moral e os costumes dos envolvidos.

Além destes, o Termo de Compromisso Ético, no Anexo B, atendeu às necessidades legais quanto ao comprometimento do pesquisador com relação a informações e dados obtidos durante a pesquisa, bem como a dignidade e ética do grupo pesquisado, “considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa [...], considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 [...] e considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais” (BRASIL, 2016, p. 4).

Na Mediação de Leitura foi utilizada a história em quadrinhos Castanha do Pará e, como tal, esta fase possibilitou conexões entre o pesquisador e os adolescentes em conflito com a Lei, na premissa de estabelecer um convívio de reciprocidade e confiança mútua entre o sujeito (adolescente), o mediador (pesquisador) e a leitura da obra, além dos próprios vínculos que a obra em questão gerou. A análise que os adolescentes fizeram a partir da leitura gerou empatia e semelhanças com sua realidade, sobretudo, possibilitou boa identificação entre eles.

Durante as etapas de trabalho, ocorreram várias discussões e reflexões dos adolescentes quanto ao material apresentado e isto contribuiu para fornecer a real impressão dos diálogos, subjetividades e nuances dos sujeitos pesquisados. As medidas socioeducativas foram, algumas vezes, observadas pelos adolescentes como um tipo de punição e, devido a este fato, a pesquisa apresentou-se de forma discreta para não criar rejeições por parte deles. Para tanto, uma abordagem mais palatável foi adotada, que “objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa assentada nos princípios dos direitos humanos” (COSTA, PENSO, SUDBRACK, JACOBINA, 2011, p. 381).

A realização da etapa da Narrativa Autobiográfica caracterizou-se na forma de expressões artísticas dos adolescentes que, por meio da leitura da obra em quadrinhos, puderam elaborar desenhos, textos e/ou oralização na tentativa de ressignificar suas leituras de mundo e na observância de algum tipo de trauma, estigma, angústia, aspiração ou alguma perspectiva de mudança a partir do que foi lido e interpretado. Portanto, o tipo de produção que se realizou foi visto com total liberdade criativa e emocional como formas de manifestação do conhecimento introjetado.

As narrativas sequenciais tendem a oferecer “condições para provocar o espírito crítico, a imaginação e o pensar próprio” (SANTOS; SANTOS NETO, 2010, p. 53), garantindo outros meios de conscientização e geração de sentidos ou, ainda, abrir os olhos destes sujeitos. Vale ressaltar, ainda, que “sem uma narrativa a vida não tem sentido. Sem um sentido a aprendizagem [...] não tem significado. Sem um significado não superamos a necessidade de gerar sentido para a vida” (SALIBA, 2009, p. 62-63).

4.4 ETAPAS DO TRABALHO

A pesquisa foi dividida em quatro etapas que asseguraram seu bom desenvolvimento e todas ocorreram ao mesmo tempo, não havendo necessidade de reunir várias vezes com os menores, pois a maioria participou de maneira pró-ativa e gerando um bom desempenho.

Seguem as etapas: 1. Entrevista com os adolescentes e seus relatos sobre vivências familiar, cultural e social; 2. Mediação de leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará; 3. Discussões e reflexões com os adolescentes sobre a história em quadrinhos Castanha do Pará e suas relações identitárias e ressignificativas; 4. Narrativa autobiográfica, ou seja, desenvolvimento de trabalhos dos próprios adolescentes – desenhos, escrita, oralização – a partir da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará.

4.4.1 Etapa 1: Entrevista com os adolescentes

Nesta etapa, foram realizadas entrevistas com os adolescentes em conflito com a Lei em medida socioeducativa para colher informações sobre suas vidas, rotinas e relações sociais e culturais. Um questionário foi desenvolvido para averiguar seus relatos, a fim de estabelecer correlações entre os problemas sociais, familiares e culturais que afetam o interesse pela leitura e seu desenvolvimento sociocultural.

Os participantes não tiveram seus nomes identificados a fim de resguardar a privacidade e seguir com as normas do Comitê de Ética para garantir o anonimato dos adolescentes bem como suas informações pessoais – foram utilizados nomes fictícios durante as entrevistas com o pesquisador.

Nesta etapa, foi utilizado um método denominado história de vida, adotado durante as entrevistas para averiguar as particularidades de cada adolescente, que puderam narrar sua história e contexto social. De acordo com Silva *et al.* (2007), este método denota engajamento e participação colaborativa entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, numa relação de

cumplicidade que oportuniza várias amostras de ressignificação e impactos sociais a partir da contação de suas vivências. Como explicado pelos autores:

O objetivo do método da história de vida é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte. Isto nos mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais (SILVA *et al.*, 2007, p. 31).

Para Minayo (2001), a trajetória de vida apresenta duas possibilidades de aquisição de informações: a trajetória de vida completa, que contempla a totalidade da experiência vivida por um indivíduo e a trajetória de vida tópica, centrada apenas em determinado momento ou etapa da experiência. Para a pesquisa, fez-se uso do segundo tipo de método na busca por compreensão da realidade social destes menores e suas rotinas. Como a autora afirma:

Tal corrente não se preocupa em quantificar, mas sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições, como resultado da ação humana objetivada (MINAYO, 2011, p. 24).

Goldenberg (2000) define essa aproximação como abordagem biográfica, um método de pesquisa utilizado por ele e que surgiu com a Escola de Chicago na busca por articulações entre a história individual e coletiva dos sujeitos pesquisados. Segundo a autora:

A pesquisa da Escola de Chicago tem a marca do desejo de produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos que enfrentava a cidade de Chicago. Grande parte de seus estudos refere-se aos problemas da imigração e da integração dos imigrantes à sociedade americana, delinquência, criminalidade, desemprego, pobreza, minorias e relações raciais (GOLDENBERG, 2000, p. 27).

Tal característica foi ao encontro das rotinas dos menores em conflito com a Lei, pois eles também enfrentam diariamente diversos conflitos de ordem identitária, social, política e familiar que convergem em fugas do lar, rebeldia, delinquência juvenil e criminalidade. Os estudos de Goldenberg (2000) novamente reforçam este pensamento:

Pesquisas sobre [...] os conflitos raciais entre brancos e negros, sobre criminalidade, desvio e delinquência juvenil, tornaram a sociologia de Chicago famosa em todo o mundo. Frederic Thrasher publicou, em 1923, sua tese de doutorado sobre as gangues de Chicago. John Landesco publicou, em 1929, uma obra com uma vasta pesquisa sobre a criminalidade de Chicago, a partir de histórias de vida de gângsteres. Uma das obras mais famosas da Escola de Chicago, *The Jack-Roller: A delinquent boy's own story*, publicada em 1930, é baseada na história devida de um

jovem delinquente de dezesseis anos, Stanley, que Clifford Shaw acompanhou durante seis anos, dentro e fora da prisão (GOLDENBERG, 2000, p. 29).

As pesquisas de Minayo (2011) e Goldenberg (2000) apresentaram similaridades quanto ao contexto social e estilo de vida que os menores em conflito com a Lei vivenciam em seu dia a dia, tais como desigualdades sociais, problemas em decorrência de lares desestruturados, educação precária e falta de emprego, entre vários motivos que influenciam negativamente suas vidas e afetam suas construções de sentido, pertencimento e desenvolvimento sociocultural.

Os relatos dos menores durante as entrevistas contribuíram para uma produção repleta de parâmetros e informações importantes que serviram para construção de pontes entre as dimensões individual e coletiva destes atores sociais. Ao falarem de si e do contexto em que vivem, os menores trabalharam a subjetividade, sentidos e valores muito próximos daquele visto nas histórias em quadrinhos Castanha do Pará, ressignificando suas próprias vivências através deste artefato cultural.

4.4.2 Etapa 2: Mediação de leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará

Esta etapa consistiu na realização da leitura dos quadrinhos para observação e coleta de informações sobre as vivências dos menores em conflito com a Lei em correlação com a história em quadrinhos Castanha do Pará e, assim, visualizar processos de identificação, ressignificação e prática de leitura destes sujeitos. Houve acompanhamento de leitura junto aos adolescentes, pois alguns apresentaram dificuldades em ler os textos presentes na obra e não possuíam escolaridade suficiente para realizar as leituras sozinhos.

O intuito desta etapa consistiu em oportunizar o contato dos adolescentes com o artefato cultural pesquisado – os quadrinhos – e que o mesmo pudesse contribuir para despertar a criticidade nos menores. Através da leitura mediada foram fornecidos elementos próximos do dia a dia dos adolescentes, visto que o personagem principal da história possuía características similares aos menores em conflito com a Lei como, por exemplo, estigmatização, preconceito, situações de risco, pobreza e problemas familiares.

Castanha (personagem central da obra) é um adolescente com características semelhantes aos menores que cumpriam as medidas socioeducativas e, devido ao fato, acreditou-se na possibilidade de ressignificações e impactos sociais juntos aos menores e oportunizando novas formas de pensamento e desenvolvimento sociocultural.

4.4.3 Etapa 3: Discussões e reflexões acerca da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará

Estas discussões foram realizadas com os adolescentes em conflito com a Lei como forma de refletir as situações vividas pelo personagem Castanha em consonância com a realidade destes menores. As questões que foram levantadas durante esta etapa foram:

- O que a leitura do quadrinho trouxe de positivo para você?
- O que a leitura do quadrinho trouxe de negativo para você?
- Essa leitura influenciou de alguma forma?
- Despertou algum interesse?
- Ela te fez pensar em alguma coisa parecida com suas próprias vidas? Alguma lembrança do passado?
- Você se identifica com o personagem Castanha?
- Existe algo nele que se parece com você?
- Já participou de alguma situação semelhante à dele?
- Algum feito realizado pelo Castanha é semelhante ou próximo a você?
- Você se identifica com esta história em quadrinhos?
- Alguma coisa da história em quadrinhos mexeu com você?
- Despertou algum sentimento? Deseja falar sobre isso?

Nesta fase, os adolescentes externaram suas opiniões e experiências, relatando momentos particulares que se aproximaram das temáticas presentes na história em quadrinhos Castanha do Pará – alguns perceberam possibilidades de mudança através das metáforas que a leitura ofereceu e relataram que a educação garante novas formas de pensamento.

4.4.4 Etapa 4: Narrativa autobiográfica

Na última etapa da pesquisa, foram trabalhadas formas de expressão artísticas e oralizações a partir da leitura da história em quadrinhos que viessem a contribuir para que as sensações e experiências dos menores fossem sentidas na forma de desenhos, textos e/ou falas, no intuito de estabelecer conexões com o que foi narrado na obra, despertando novas formas de ressignificação das suas relações com o mundo. A pesquisa foi realizada de forma voluntária e os adolescentes se expressaram de maneiras distintas, sendo possível perceber como a narrativa foi sentida por eles e como tais situações afetam negativamente seu dia a dia.

5 RELATOS E CONSIDERAÇÕES: A RELAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A LEITURA

“Iniciar uma jornada [...] onde residem efetivamente as dificuldades, para torná-las claras [...] e penetrar no domínio da experiência e da assimilação”
(CAMPBELL, 1997, p. 12)

Estudos apontam que as histórias em quadrinhos tornam-se totalmente relevantes para o cenário social vigente devido à variedade de assuntos abordados por este meio de comunicação. Dentro do escopo ficcional em que os quadrinhos se situam, as vertentes exploradas em suas páginas são capazes de gerar identificação com o público, proximidade, geração de sentidos e ressignificação – o leitor enxerga a si mesmo através das lentes de personagens, cenários e situações que dialogam com seu próprio mundo.

O conceito de leitura como prática de ressignificação é um processo que oferece a construção e desenvolvimento do pensamento humanizado, em que as interações com textos literários aliados à imagética das histórias em quadrinhos possibilitam novas formas de intercâmbio com o mundo sociocultural na produção de sentidos. Tal conceito decorre da visão de que os indivíduos que interagem com determinados objetos da comunicação flertam com a realidade ou, ainda trabalham de maneira análoga ou metafórica, despertando no leitor uma leitura de mundo crítica e autônoma para questões socioculturais relevantes.

Durante a pesquisa, cinco adolescentes em conflito com a Lei foram convidados a participar das etapas desse trabalho e nessas modalidades foram questionados a respeito de assuntos relacionados à família, educação, lazer, trabalho e sociedade. Mas, principalmente, se havia motivações suficientes para perceber a leitura como um prazer bem como uma maneira de se construir o conhecimento através da aproximação com os quadrinhos.

Vale frisar que as quatro etapas de trabalho ocorreram ao mesmo tempo, sendo elas: entrevistas, mediação de leitura (inclusive, com aqueles que possuíam dificuldades para ler), discussões reflexões sobre a história em quadrinhos Castanha do Pará e suas relações de identidade e ressignificação e, por fim, a narrativa autobiográfica em que os menores expressaram suas opiniões, angústias e sentimentos através de desenhos, escrita e/ou oralização – ou seja, suas próprias falas.

Por questões éticas, os adolescentes não tiveram seus nomes divulgados como forma de garantir a segurança e o sigilo das informações, pois todos eram menores de 18 anos de idade. No entanto, nomes fictícios foram utilizados para deixá-los mais confortáveis e

protegidos, fazendo com que Galego, Kiko, Fumaça, Loirinho e Dunga participassem das etapas de forma segura.

5.1 VISITA AO CREAS

Durante a visita, o pesquisador foi recebido pelo Coordenador-Geral e assistentes sociais da instituição CREAS Noroeste – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Infelizmente, nenhum adolescente em conflito com a Lei compareceu para atendimento neste dia, sendo inclusive, visto pelos funcionários do local como corriqueiro ou comum, pois os menores não cumprem rigorosamente os mandados de Justiça e costumam frequentar nas primeiras semanas para, logo em seguida, criarem desculpas para não comparecer ao local.

Segundo relato das assistentes sociais, os menores sentem-se desmotivados a comparecer nas reuniões em grupo, alegando falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus e desinteresse nas instruções e acompanhamentos – às vezes, há necessidade em buscar os adolescentes em suas residências para que as participações nas medidas socioeducativas sejam cumpridas de forma efetiva.

Figura 1 - Fachada da entrada do CREAS



Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

Segundo os assistentes sociais, os adolescentes que chegam ao CREAS apresentam uma carga de problemas pessoais (família desestruturada, violência, abuso sexual, delitos, falta de perspectivas, desânimo, depressão, educação de baixa qualidade, analfabetismo etc.). Segundo relato, “existe uma grande insensibilidade da parte do Estado, que não oferece subsídios suficientes para atender as demandas dos CREAS e nem se atentam às necessidades dos menores em conflito com a Lei”.

Foi uma crítica deveras curiosa, afinal, segundo os princípios do CONANDA os adolescentes devem receber um tipo de tratamento respeitoso e que os levem em consideração como sujeitos detentores de direitos mesmo que em cumprimento de medida socioeducativa. Como diz o texto, à sociedade cabe “zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, [...] fiscalizando e [...] reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico” (BRASIL, 2006, p. 25).

Outro alerta feito pelos profissionais que atendem os adolescentes em conflito com a Lei no CREAS é a respeito da forma brutal como a polícia age em relação a eles. Conforme relato, “a polícia sempre trabalha com truculência e bate nos meninos até moer os coitados” – ou seja, além dos problemas sociais já mencionados, ainda existe um tipo de violência gerada pela força policial que apreende o menor que comete determinado delito, leva-o para a delegacia para registro de ocorrência e lá mesmo submete-o a altos níveis de agressões morais e físicas. Logo após, são levados até o Instituto Médico Legal (IML) para exames de corpo de delito e ali são coagidos a prestarem falsos depoimentos sob ameaça de morte, não relatando os reais motivos que causaram as lesões.

Conforme Foucault (2013b) diz, “o inimigo vencido” e “o indivíduo submetido a uma coerção imediata”, tais aspectos refletem as interferências negativas que os menores sofrem, fazendo com que não se sintam amparados nem mesmo por aqueles que deveriam garantir o bem-estar dos menores. Ao que parece, a força policial contribui para o aumento das barreiras sociais e o desgaste emocional destes adolescentes.

Figura 2 - Vista interna do CREAS – Recepção

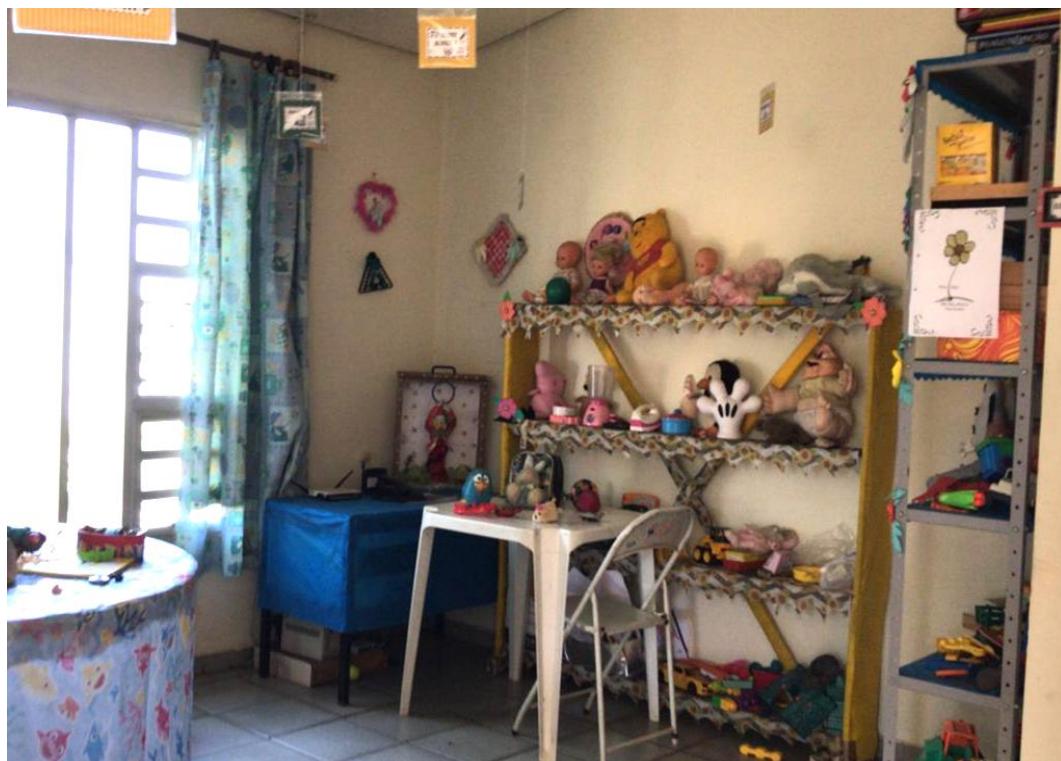


Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

Quanto ao cumprimento da lei, os adolescentes são levados a julgamento e recebem medidas socioeducativas para serem cumpridas em locais que os recebam para serviços comunitários – empresas e igrejas, por exemplo – a fim de fazer com que tenham a oportunidade de repensar seus atos. Os adolescentes são sempre acompanhados por assistentes sociais que buscam maneiras de reinseri-los na sociedade e reintegrá-los às suas respectivas comunidades, sempre que possível.

Em meio às medidas, são oferecidos cursos profissionalizantes em parceria com empresas terceirizadas em caráter especial, pois nem sempre o Estado garante recursos financeiros que atendam a demandas deste tipo. No entanto, os menores são por vezes estigmatizados devido suas histórias pregressas e não são bem aceitos nos locais onde desejam estudar ou trabalhar – outro grave problema detectado, afinal, as instituições deveriam ser inclusivas e não o contrário.

Figura 3 - Vista interna do CREAS – Brinquedoteca



Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

Como dito anteriormente, nem sempre os adolescentes cumprem corretamente as medidas socioeducativas. Começam a participar das medidas, mas logo desaparecem, pois não veem estímulos suficientes que os façam participar das reuniões. “Alguns têm sonhos, mas como isso é possível diante de tantos obstáculos?”, indagou uma das assistentes sociais ao citar um menor que tinha o desejo de ser engenheiro.

Figura 4 - Vista interna do CREAS – Espaço para acompanhamento



Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

Percebe-se, diante deste cenário, que são poucas as chances de mudança diante dos muros que são criados pela sociedade e as esferas públicas que deveriam, em tese, garantir melhores condições para o crescimento e desenvolvimento social das famílias, sobretudo, dos menores. Se por um lado, a proteção integral garantida através das diretrizes do ECA e SINASE falam a respeito de direitos tais como trabalho e educação, em contrapartida, as mesmas tornam-se diferentes na prática e não ultrapassam a letra da lei.

5.2 RELATOS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

No decorrer da pesquisa, cinco menores em conflito com a Lei foram convidados a participar das etapas de trabalho, sendo que três adolescentes – Galego, Kiko e Fumaça – participaram durante um encontro mensal no CREAS denominado “Interagir”, com profissionais da área de Psicologia, Direito e Assistência Social ministrando palestras, reuniões, acompanhando as evoluções dos menores e o desempenho das medidas socioeducativas, além de verificar as relações dos menores com a família, escola e amizades. Os outros dois adolescentes – Loirinho e Dunga – participaram da pesquisa posteriormente, em meio à pandemia global da Covid-19, pois já estavam cumprindo as medidas

socioeducativas antes do governo federal recomendar o distanciamento social. Mesmo assim, reuniram-se no CREAS para participar das etapas de pesquisa, bem como tiveram atenção e assistência de forma individualizada.

Os menores, em geral, são caracterizados como representantes de uma classe social desfavorável, desvalorizada e sobrecarregada de problemas de ordem social, política, econômica e cultural, experimentando vários tipos de abusos, violência e desestrutura em suas bases familiares. É válido tecer um comentário, de que as transgressões praticadas pelos adolescentes são realizadas também por menores da classe média – como será ser visto na pesquisa – em que adolescentes com níveis de educação e poder aquisitivo mais favoráveis do que outros buscam por constantes aventuras e adrenalina, desafiando as autoridades constituídas na família e na ordem pública, no sentido de chamar a atenção e desafiá-los.

Geralmente, os adolescentes possuem vivências em comum relacionadas a furtos, delitos, envolvimento com o tráfico e consumo de drogas, além de rixas entre gangues por disputas de pontos de venda. Para os assistentes sociais, “existe uma grande insensibilidade da parte do Estado, que não oferece subsídios suficientes para atender as demandas do CREAS e nem se atentam às necessidades dos menores em conflito com a Lei” – este relato deve-se ao fato de que alguns indivíduos possuem baixa qualidade de ensino e perspectiva de vida, analfabetismo, depressão, desânimo, vícios e fuga da realidade.

No dia do evento “Interagir”, o local foi preparado para recepcionar os três adolescentes iniciais da pesquisa, Galego, Kiko e Fumaça (nomes fictícios, pois não houve exposição dos dados reais dos mesmos) com idade de 17 anos cada, sendo apresentados ao projeto de pesquisa intitulado “O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural entre menores em conflito com a Lei e os quadrinhos Castanha do Pará, de Gidalti Jr.” As entrevistas com Loirinho e Dunga vieram depois, em encontros com apresentação da pesquisa, buscando estabelecer um clima descontraído e livre de formalidades, de modo a ganhar a confiança e respeito deles, algo primordial para o bom andamento do trabalho.

O pesquisador explicou seu interesse nas discussões e falas dos menores quanto a temas relacionados à cultura e as possibilidades de crescimento e desenvolvimento sociocultural através dos meios de comunicação. Neste caso, as histórias em quadrinhos foram escolhidas enquanto artefato cultural utilizado para o desenvolvimento da investigação. Apresentaram-se as quatro etapas da pesquisa, a citar: entrevista com os adolescentes, mediação de leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará, discussões e reflexões pertinentes à leitura do quadrinho em questão e a narrativa autobiográfica.

No início, houve certa resistência por parte dos adolescentes devido ao fato deles não conhecerem o pesquisador e até mesmo acharem que fosse um policial disfarçado, segundo um deles. Geralmente, quem faz o acompanhamento dos menores em conflito com a Lei, aplicação e desenvolvimento das medidas socioeducativas são os profissionais do CREAS e por isso a presença do pesquisador tornou-se, a princípio, um elemento estranho e desagradável. Porém, com todos os esclarecimentos, os adolescentes ficaram mais tranquilos e o nível de comunicação foi se estabelecendo de maneira satisfatória.

Viu-se, em geral, que os menores estão bem sintonizados com os aspectos culturais modernos, pois música, tecnologia e redes sociais fazem parte do seu dia a dia. Mencionaram gostar de ouvir *rap*, estilo musical que evidencia experiências de pobreza, violência e drogas, presentes na “realidade dos pobres da periferia”, segundo eles. Citaram seus artistas preferidos: Família 33, Facção Central, Família Pobre Loko e Mano Brown que, segundo os adolescentes, transmitem uma mensagem de sobrevivência e superação.

Estes cantores também estão presentes em videoclipes publicados no *Youtube* e participam ativamente das redes sociais como, por exemplo, *Facebook* e *Instagram*, para disseminação de suas ideias. Em contrapartida, percebe-se certa incoerência nas falas dos adolescentes, pois citaram os alertas que esses cantores fazem sobre os riscos de se viver perigosamente, mas, ao mesmo tempo, os próprios menores insistem em caminhar pela corda bamba, arriscando suas vidas em meio à violência, drogas, crimes e mortes.

Gostam de se vestir bem – tênis, tatuagens, brincos, argolas, *piercings* e grossas correntes de metal fazem parte de suas vestes numa demonstração de poder e aceitação por parte dos grupos a que estão associados. Um deles narra suas aventuras em que “montado na máquina” (moto) costuma realizar furtos de bolsas, mochilas e afins, relata também perseguições da polícia, em que disse ter sofrido violência por parte dos soldados.

Sair por aí desafiando as autoridades, encarando policiais agressivos, problemas relacionados com rejeição, sentimentos de inferioridade, pobreza, educação precária, associação com pessoas com vários níveis de criminalidade e “curtindo o som da periferia que fala dos moleques de rua” fazem com que se sintam bem. Se tudo é uma fuga da realidade, é impreciso dizer, porém, faz-se necessário que todas as esferas da sociedade comecem a enxergar os adolescentes com um olhar mais humano, visando assistência e não estigmatização. É dever da família, comunidade e Poder Público encontrar maneiras de defender o direito à vida, saúde e educação, sobretudo, o desenvolvimento destes menores para livrá-los de uma vida miserável.

Durante a pesquisa, foram levadas algumas revistas em quadrinhos e livros para mostrar aos adolescentes e questioná-los sobre o que achavam do papel da leitura como parte do desenvolvimento pessoal de cada um. Alguns menores afirmaram que a leitura é importante para dar sentido à vida das pessoas e que o “conhecimento é algo que ninguém pode roubar de você”. Por outro lado, alguns demonstram preguiça de estudar, fazendo com que a leitura não seja parte integrante de seu dia a dia, dizendo que a única coisa que gostam de ler são as mensagens de *Whatsapp* para interagir com seus “parceiros de negócios” (os *brothers*, segundo um deles) e só querem curtir a vida e os “bagulhos”.

São visões distintas quanto à relevância e prática da leitura que confirmam o fato de que, mesmo compartilhando situações adversas em comum, cada um dos adolescentes contempla a ação da leitura de maneira particular. Todos possuem o desejo em melhorar de vida através da educação e trabalho, portanto, existe possibilidade de tornar esta pesquisação um método estratégico posterior que utilize as histórias em quadrinhos como um recurso paradidático que desperte nos adolescentes o desejo por mudança de perspectivas.

5.2.1 Relato 1: Galego

As entrevistas iniciaram com Galego, devido seu interesse pela leitura ser maior em relação aos outros adolescentes em conflito com a Lei, sendo que suas falas apresentam maior aceitação pelas práticas literárias ao citar obras em quadrinhos, mangás e livros de ficção científica que diz ler constantemente. Durante a conversa, relatou que mora com um colega, pois não suporta viver com a mãe – discutem bastante, segundo ele – mas demonstrou certo respeito e apreço por ela. Sentimentos de inferioridade, rejeição, rebeldia, fuga de casa e envolvimentos com drogas fazem parte de suas descrições.

Repetiu a 7^a série porque esteve “enturmado com uns caras barra-pesada”, segundo relato, e parou de estudar. Até o momento, trabalha numa serralheria, mas já teve acesso a outras instituições de ensino e profissionalizante como um convento e o Programa Educação e Trabalho (PET) Jovem Aprendiz, da Fundação CDL Pró-Criança.

Seus temas favoritos em leitura são religião e psique humana, o que faz com que tenha interesse em cursar Psicologia na universidade, para tentar entender os fenômenos emocionais e mentais que cercam as pessoas. Sempre que pode, procura por temáticas relacionadas a estas áreas, pois, segundo ele, “aprender coisas novas é fundamental no crescimento, para saber se relacionar na sociedade e sem estudos você não é nada”.

Seu contato com a leitura surgiu a partir dos livros de ficção que sua mãe lê, pois ela gosta de temas que envolvem teorias da conspiração encontrados em obras ficcionais, como as do autor best-seller Dan Brown. Foram citados alguns livros do autor que ele leu como, por exemplo, “O código da Vinci” (2000) e “Inferno” (2013), ambos com temáticas políticas e religiosas, cercadas de conspirações mundiais e que já foram adaptadas para o cinema. Para Galego, “a leitura é capaz de levar as pessoas a outros mundos cheios de aventura e questionamentos, isto faz a gente ficar antenado”.

Galego menciona vários mangás que já leu, como por exemplo: *Sword Art Online* (2009), *Fullmetal Alchemist* (2001), *Death Note* (2003), *Tokyo Ghoul* (2011), *Naruto* (1997) e *One Piece* (1997), dentre outros encontrados nas versões impressa e digital – disse que pesquisa em sites que traduzem as obras originais em japonês via scan⁶. Para ele, o que há de comum nestas histórias é o fato de haver personagens com os quais ele se identifica e que são estigmatizados pela sociedade, a quem não se dá nada por eles e são vistos como problemáticos, vivendo algumas situações semelhantes ao que ele experimenta em seu dia a dia, como o preconceito e desvalorização. Também lê histórias em quadrinhos de super-heróis, tais como Homem-Aranha, Vingadores, Batman e Super-Homem, pois gosta dos valores morais que estes personagens despertam.

Durante a entrevista, haviam vários quadrinhos e livros na mesa e um deles, *Jogador nº 01*⁷ (2011), se encontrava ali e foi levado para ser entregue a outro adolescente⁸ que não fazia parte da pesquisa, mas que havia sido prometido pelo pesquisador como presente. Galego informou que havia assistido ao filme homônimo e que tinha curiosidade em ler o

⁶ São documentos copiados para computadores, *tablets* ou aplicativos através de programas de captura de imagens e que facilitam o acesso do leitor a gêneros literários que, provavelmente, não teria por algumas razões, dentre elas: falta de recursos financeiros ou por não haver tradução da obra para o idioma local. São obras traduzidas por fãs de livros, histórias em quadrinhos e mangás que desejam ter acesso a materiais que não são encontrados por aqui. Estes sujeitos buscam as obras na internet, traduzem a partir do original e, posteriormente, liberam de graça para outras pessoas, também fãs desse tipo de material literário.

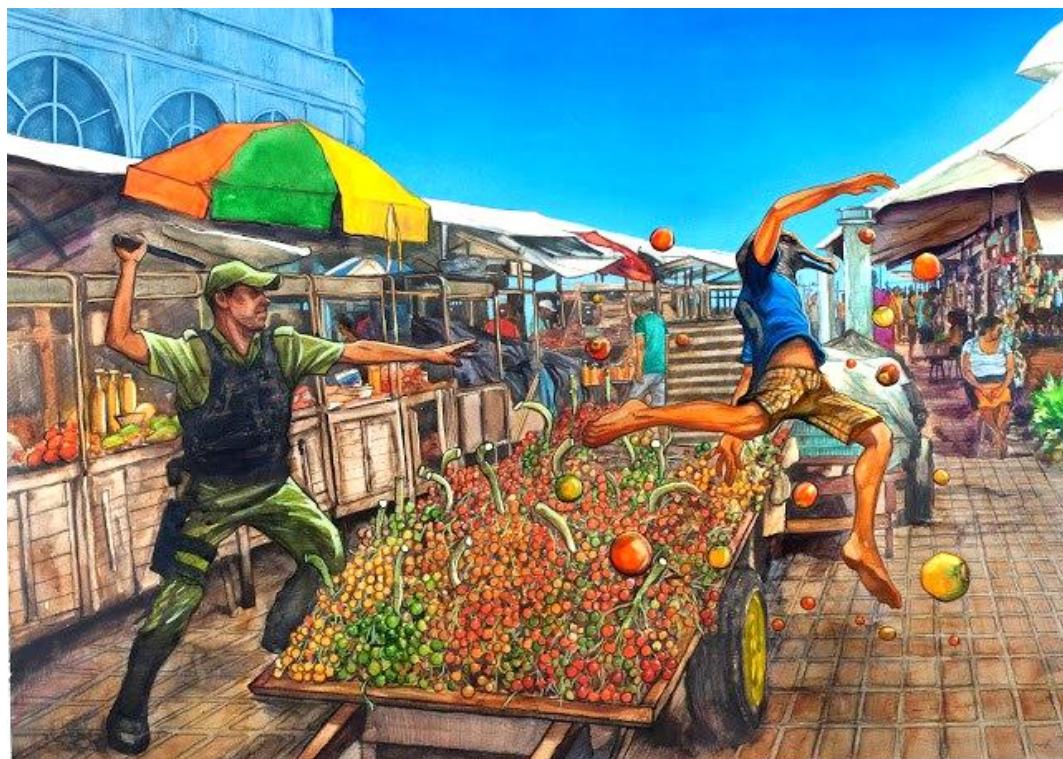
⁷ Segundo a sinopse do livro, num futuro não muito distante as pessoas abrem mão da realidade para viver em uma plataforma de jogos eletrônicos chamada OASIS. Neste universo online, o criador do programa deixa algumas pistas escondidas em filmes, séries e músicas de uma época diferente do mundo atual, a década de 80, e quem encontrá-las, herdará toda a sua fortuna. O protagonista, Wade Watts, passa o tempo fugindo da vida real e pobreza, aventurando-se em OASIS, na busca por sucesso e fama.

⁸ O livro *Jogador nº 01* (2011) foi levado ao CREAS Noroeste para ser dado de presente a outro menor que não estava incluído na pesquisa, pois estava sendo acompanhado por psicólogos em outra medida social denominada PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). Ele foi vítima de abuso e seu irmão morto por envolvimento com policiais. O menor demonstra interesse sobre a leitura, relatando suas experiências com as práticas literárias e que é incentivado pela mãe que, constantemente, compra livros para ele. Já havia lido obras como *Harry Potter* (2001) e *Diário de um banana* (2007) e estava interessado em ler outras obras. Foram oferecidos alguns livros e histórias em quadrinhos ao menor, que aceitou prontamente. Isto demonstra a existência de vários níveis de interesse pela leitura e que muitos destes adolescentes, apesar da condição financeira e social de pobreza, possuem interesses similares a outros com poder aquisitivo mais elevado.

livro, tomando-o emprestado e prometendo devolver depois – o que, de fato, se confirmou, fazendo com que tal atitude fosse percebida como honesta, pois geralmente, os menores são relacionados a furtos de objetos.

Posteriormente, Galego realizou a leitura do quadrinho Castanha do Pará enquanto o pesquisador dava atenção aos outros adolescentes. Disse que a obra era interessante por se parecer com algumas situações já vividas por ele e que as ilustrações demonstravam isso de maneira clara como, por exemplo, quando a personagem Castanha apanha do padrasto, evidenciando violência familiar e o contato com outros menores jogando futebol. Também, quando a história apresentou Castanha sendo perseguido por um policial e a isto Galego se identificou quando foi abordado, certa vez, por um “gambé⁹” e sofrido violência do mesmo. Para o menor em conflito com a Lei, “isto não é vida, tenho que dar um jeito de mudar”.

Figura 5 - Castanha perseguido por um policial



Fonte: Capa do quadrinhos Castanha do Pará, Gidalti Jr. (2018).

Durante a leitura, quando o personagem vem a óbito, Galego fica impressionado devido à forma como isto acontece dentro da narrativa, apresentada de forma lúdica. O adolescente relata que esta parte possui “sentido poético, pois o cara parece que tinha

⁹ Gíria ou termo pejorativo empregado para caracterizar os policiais militares.

morrido, mas virou um pássaro e foi pro céu”. A tudo o que foi relatado até o momento, percebeu-se neste adolescente uma forte percepção e reflexões daquilo que os quadrinhos Castanha do Pará apresentou em sua narrativa sequencial.

Na etapa da narrativa autobiográfica, a princípio, Galego não quis participar alegando que não gostava de desenhar e também não queria escrever, porém, havia a possibilidade de oralização. Desta forma, o adolescente participou de maneira satisfatória, apresentando bons resultados que contribuíram para a pesquisa. Disse que viu esperança na leitura com relação à maneira como vive, pois afirmou: “vou caçar um jeito de mudar de vida” e “vou sair dessas influências negativas que me fizeram trilhar este caminho”.

Ainda nesta etapa, disse que “a sociedade é o grande mal, as pessoas são prejudiciais, fazem julgamentos antes de conhecer a realidade dos outros”, disse que sofre vários tipos de preconceitos e *bullying* “por ser pobre, cheio de tatuagens e da periferia”. Galego disse que a população cria preconceitos sem antes buscar entender os motivos que levam os adolescentes a andar por caminhos tão obscuros e tampouco oferecem subsídios, recursos ou oportunidades para que possam melhorar suas condições de vida.

5.2.2 Relato 2: Kiko

Um dos entrevistados que mais se mostrou introspectivo foi Kiko, no seu canto com poucas palavras, apenas observando as falas dos seus colegas. De família pobre e necessitada, cometeu alguns delitos porque “precisava comer”, segundo relato. Naquele momento, disse que trabalhava, mas não especificou onde ou qual tipo de serviço realizava.

Relata que sua infância foi tranquila e comum, porém, na medida em que crescia viu que tinha se virar sozinho, sem ajuda dos familiares, “tive que caçar trabalho e fazer alguma coisa para colocar comida dentro de casa”, segundo suas palavras. Filho de pais separados, possui outros irmãos e irmãs, mas os conflitos com estes membros familiares eram constantes, inferindo em sentimentos de inferioridade, rejeição e rebeldia, uso de drogas e fuga de casa.

Seus pais não finalizaram o Ensino Fundamental – o pai não terminou os estudos e a mãe só chegou até a 7^a série – e o adolescente não conseguiu explicar o motivo que os fizeram desistir. Kiko cursa o 1º ano do Ensino Fundamental, mas com pouco ou nenhuma perspectiva de futuro, pois alega que só quer “terminar logo esse troço e me livrar disso”. Possui histórico de brigas com colegas de sala, professores e repetência de ano.

Segundo Kiko, o pai é dono de posto de combustível e a mãe, dona de casa. Ela não gosta de ler e, portanto, não tem disposição para a prática de leitura e muito menos incentiva

Kiko a experimentar as páginas de um livro. Já viu o pai lendo jornais, porém, ele mesmo não sente vontade de ler, alega que tem “preguiça de ficar sentado e parado segurando um livro”. E diz mais, segundo ele: “uma barriga que ronca é mais forte do que os livros da escola.” Em seu dia a dia, assiste a filmes de ação, aventura e “porrada”, vídeos do Youtube em que vê os videoclipes de cantores de rap, os mesmos citados anteriormente por Galego (Família 33, Facção Central, Família Pobre Loko) e acredita que as mensagens deles ensinam a “não viver de modo errado”.

A mediação da leitura e as discussões em torno da história em quadrinhos Castanha do Pará foram um pouco difíceis para Kiko, devido ao fato dele não ler bem. Mesmo assim, as imagens contidas nos quadrinhos o ajudaram a perceber melhor sua própria realidade, chamando sua atenção para algumas experiências que a personagem Castanha vivencia dentro da trama e que remetiam diretamente ao menor, gerando identificação.

Kiko não estava disposto a realizar a quarta etapa do trabalho (narrativa autobiográfica) alegando que não sabia desenhar e escrevia mal, entretanto, foi convencido a não desistir e expressar suas opiniões por meio da oralização – umas das opções que estava no escopo da quarta etapa. Assim, suas falas relataram situações similares entre ele e a personagem principal da obra apontando, por exemplo, o momento em que Castanha é perseguido por um policial.

Figura 6 – Policial persegue Castanha pelas ruas de Belém-PA



Fonte: Gidalti Jr. (2018, p. 50).

Relatou ter sofrido agressões da polícia num episódio em que invadiram sua casa e bateram tanto nele quanto em sua mãe, que tentou defendê-lo. Apanhou bastante por estar escondendo drogas em sua casa e disse que “os caras estavam prontos pra me matar”. A polícia queria assustá-lo, segundo o menor, dizendo que eles “queriam mesmo era me passar um medo, um rastro de onça, pra eu não me envolver de novo com o crime”. Após a conclusão das etapas, Kiko se dirigiu para o evento “Interagir” onde participaria de palestras e demais atividades que o CREAS Noroeste estava desenvolvendo naquele momento.

5.2.3 Relato 3: Fumaça

Terceiro adolescente a ser entrevistado, Fumaça é o mais falante dentre todos e gosta de se exibir, contando vantagens de como foi seu envolvimento no mundo do crime e das drogas. Cheio de tatuagens (inclusive, tinha a fórmula química da maconha, o THC ou *tetra-hidrocarbonol* tatuada em sua perna), argolas e colares de metal no pescoço, bastante inquieto e desbocado, o adolescente está sempre se gabando de suas aventuras. Para ele, “estudar é uma perda de tempo e que não serve pra nada”, pois o impede de passar tempo curtindo a vida. Ainda assim, cursa o 1º ano do Ensino Médio e até o momento em que se deu esta entrevista, disse que não tinha tanta esperança do que viria a seguir.

Mora com os pais e três irmãos – dois deles, concursados e servidores públicos. Seus pais não terminaram os estudos, a mãe é dona de uma loja de roupas e o pai é dono de uma loja de materiais ferragista. Fumaça, inclusive, disse que ajuda o pai na loja como vendedor e que se arrisca na contabilidade da empresa. Chama a atenção de sua condição econômica, pois não parece tão desfavorável em comparação aos outros adolescentes entrevistados.

Possui histórico familiar de desentendimentos com o pai e os irmãos que não aceitam seu comportamento, porém, a mãe sempre intervém colocando “panos frios” para apaziguar a situação e encobrir as atitudes do filho, segundo relatou a assistente social que acompanha o caso. Existem muitos episódios de brigas com o pai, pois o mesmo tenta corrigir o filho a partir de uma educação rígida e a mãe “passa a mão na cabeça” do filho, empoderando o adolescente a se sentir livre para fazer o que bem entender.

Segundo suas palavras, “gosto mesmo é de passar meu trés oitão no cara do cidadão e ver ele silenciado” e mencionou ter fugido várias vezes da polícia. Num desses encontros, “os gambés me perseguiram de viatura e moto e me cercaram, me derrubaram no chão e começaram a descer o cacete em mim”, segundo sua fala. Conta essas situações como quem está se gabando das ousadias e contando vantagem dos atos.

No que diz respeito às práticas de leitura, o adolescente disse que a família possui bons hábitos de leitura e que leem constantemente, o pai se dedica nas horas de lazer à leitura de livros de História adquiridos em sites de venda *online* e gosta de assistir documentários como, por exemplo, *Discovery Channel* e *History Channel* – citou algumas temáticas como civilizações, construções, engenharia e veículos modificados. Percebeu-se um bom nível de letramento do pai de Fumaça, em que a prática de leitura é constante e trouxe algum tipo de conhecimento.

Mesmo dizendo que leitura e educação são perdas de tempo, Fumaça disse algo que surpreendeu a todos durante as discussões e reflexões acerca da história em quadrinhos *Castanha do Pará*. Disse que “queria fazer o curso de Engenharia Mecatrônica” e que gosta de assistir vídeos sobre construções e carros “tunados” – veículos modificados, dos quais são retirados os aspectos originais, seria o mesmo que *tuning*, palavra original em inglês. Mencionou, por fim, que já assistiu a documentários sobre construção de casas e veículos personalizados – provavelmente, influências inconscientes que adquiriu do pai, que assiste a programas deste tipo.

Infelizmente, o menor fugiu da reunião e não participou de todas as etapas do trabalho e tampouco do evento “Interagir”, realizado pelo CREAS Noroeste. Fumaça já havia cobrado do pesquisador o horário de término da pesquisa, pois estava cansado de ficar ali parado e tinha “umas coisas pessoais pra resolver, umas paradas aí”, segundo relato. Até incitou os outros adolescentes a cobrarem pelo término da pesquisa, mas não houve reciprocidade dos demais, que preferiram ficar até o final.

Fumaça literalmente desapareceu sem que ninguém notasse, nem mesmo o Coordenador-Geral, que ficou surpreso com a fuga do adolescente. Afinal, o mesmo ainda teria que falar com os assistentes sociais. Vale notar que todos os adolescentes foram informados de que a participação da pesquisa era voluntária e que cada um poderia, a qualquer momento, desistir do mesmo caso sentisse vontade – não era necessário fugir do encontro, conforme aconteceu.

5.2.4 Relato 4: Loirinho

Quarto menor em conflito com a Lei entrevistado pelo pesquisador, Loirinho é um adolescente que está cumprindo medida socioeducativa devido sua participação em furtos, delitos e brigas, além de estar envolvido em crime de homicídio para, segundo ele, “defender a honra de uma amiga que estava sendo importunada por um rapaz.” Segundo relato, o

adolescente interveio para ajudar a colega que estava sendo molestada por outra pessoa e viu-se envolvido numa briga da qual teve que se defender – Loirinho alegou legítima defesa, mas até o momento estava cumprindo medida socioeducativa, como dispõe o Artigo 121 da lei nº 8.069 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Garoto de boa fala e prolixo, mora com a mãe e os irmãos mais novos e não possui notícias do pai há bastante tempo, pois não tem boas relações com o mesmo. Disse que o pai é advogado criminal e reside no Rio de Janeiro e a mãe é formada em Enfermagem, mas não exerce a profissão, pois segundo o menor, “ela não quer saber de trabalhar, só quer curtir sombra, água fresca e ser sustentada, ela quer alguém pra pagar as contas dela.”

Mesmo com um histórico desajustado, que incorre ainda em questões de rebeldia e conflitos com a mãe e demais membros da família – “de vez em quando, rola umas tretas com a gente” – uso de drogas e fuga do lar, percebeu-se no adolescente grande interesse por artes e cultura em geral. Desde criança, segundo ele, foi forçado a aprender caligrafia e estudar bastante – “diziam que era para eu ser uma pessoa melhor na vida”, segundo relata. Disse que vale a pena estudar, “porque é a única coisa que a gente tem pra vida toda, o conhecimento, e ninguém toma isso da gente.”

Loirinho está no 3º ano do Ensino Médio e deseja fazer o curso de Artes Cênicas na universidade – além disso, fez cursos de teatro, violão, percussão e gosta de escrever poesias. Até a chegada da Covid-19 no país, participou de vários eventos culturais como saraus e batalhas de rimas, recebendo prêmios em dinheiro pelo desempenho, “mas por ser menor de idade ainda não posso pegar a grana” e “estou esperando completar 18 anos pra pegar esse dinheiro.”

Gosta de ouvir rap, hip-hop e disse que era feliz participando das batalhas de rimas, em que os cantores usavam sua criatividade nas composições que eram improvisadas durante a disputa. Citou alguns cantores deste estilo musical que retrata a dura realidade das periferias, preconceito, racismo e discursos de empoderamento feminino encontradas em vozes como Kmila CDD, Mc Soffia, Froid, Anna Brisa e Envy. Segundo relatou, “a música é poesia e possui uma carga de mensagens que podem ajudar no desenvolvimento do caráter das pessoas”.

Dentre os meios de comunicação e cultura, está conectado às redes sociais (*Facebook, Instagram, Tik Tok, Youtube*) como forma de entretenimento e contatos com a “galera das rimas”, gosta do game *Free Fire* (simulador de tiros, ação e violência). Curte filmes e séries de televisão, citando alguns como *Arrow* (Warner) e *Gotham* (Warner), mas são, principalmente, do gênero terror que mais lhe chama atenção. Como é o caso de O Mundo

Sombrio de Sabrina (*Netflix*), sobre uma adolescente que, segundo ele, “vive questionamentos pessoais e pressão de uma família de bruxas satanistas” – tema inquietante para a metáfora de uma adolescente em profusão de sentimentos, hormônios e aceitação da sociedade. Além disso, disse que gostava de ler obras de ficção e quadrinhos, citando obras da Disney, Turma da Mônica, Peter Pan, *Harry Potter* e Pantera Negra.

Foi mencionada a existência, nos quadrinhos, de uma versão do personagem Homem-Aranha negro que, além de lutar contra o crime, precisava lidar com problemas sociais como tolerância, estigmatização e preconceitos por parte da sociedade que segregava o personagem devido sua cor de sua pele, sendo este um belo exemplo de identificação com o leitor e exercício de superação. Mesmo sem conhecer o personagem, Loirinho ficou interessado na leitura desta história devido à representatividade dos negros no cenário político e social.

Inclusive, tal argumento serviu como gancho para a apresentação da história em quadrinhos Castanha do Pará, outro personagem segregado e visto como estranho. Houve a realização da leitura com a participação da assistente social que o acompanhava. Devido sua facilidade na leitura e compreensão de textos, o adolescente obteve um tempo sozinho para absorver as ideias transmitidas pela narrativa sequencial e, posteriormente, relatou algumas situações que o personagem Castanha vivencia na obra e que são semelhantes ao que ele enfrenta em seu dia a dia.

Logo na primeira imagem, em que o personagem apanha do padrasto, o adolescente sente repulsa e comenta que se fosse com ele teria cortado a garganta do homem. Durante a leitura, Loirinho afirma que “se fosse comigo, nunca aceitaria alguém encostar a mão em mim, eu matava na hora.” O fato da leitura inferir de maneira tão contundente no menor demonstra claro fator de identificação, fazendo com que ele se projetasse nesta cena como um reflexo pessoal.

Figura 7 - Castanha apanha do padrasto



Fonte: Gidalti Jr. (2018, p. 9).

Loirinho também acha estranho e pejorativo o aspecto antropomórfico de Castanha, bem como de outros personagens secundários, caracterizados na forma de animais e que, segundo ele, apenas os adolescentes foram retratados com tal aparência. Relata que não gosta

dessa “brincadeira de mau gosto, mas, geralmente, os menores são vistos como algo ruim mesmo, do mal, só que as coisas não são bem assim, as pessoas generalizam muito”. Segundo ele, “a sociedade deve estar tão acostumada a ver a gente como uma coisa ruim, que deve ser normal ver um trombadinha com cara de urubu ou porco. A gente não é monstro, tem cara pior por aí e tá solto”.

Figura 8 – Personagens antropomórficos



Fonte: Gidalti Jr. (2018, p. 33)

No final da história, Loirinho destaca o fato de Castanha “voar para o céu” que, segundo ele, “é como se o cara resolvesse se assumir como bicho e voar para o céu pra ver se encontra alguma coisa melhor, porque aqui tá foda”. Nos quadrinhos, a personagem se envolve numa briga e, enquanto foge ao atravessar a rua, se depara com um ônibus – o autor da obra, Gidalti Jr., retrata esse momento com sensibilidade ao apresentar Castanha se transformando em urubu e alcançando vôo para o céu.

Figura 9 - Castanha, ônibus e a transformação



Fonte: Gidalti Jr. (2018, p. 75).

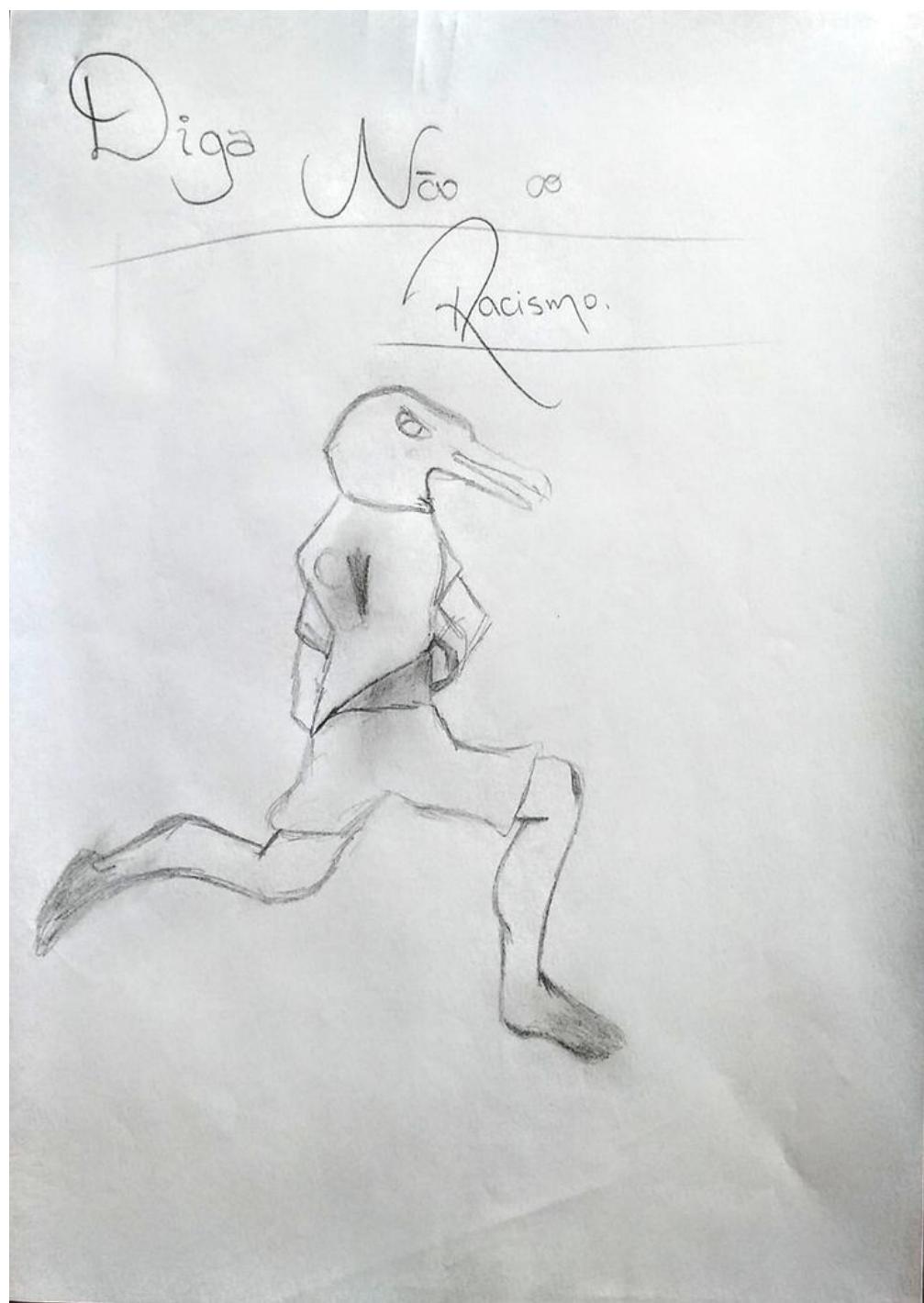
A história não mostra o adolescente sendo atropelado, porém, deixa um final em aberto para o leitor imaginar o final da personagem. Mais adiante, nos próximos quadros da narrativa sequencial, a avó de Castanha aguarda da janela de sua casa, pelo retorno do neto.

Ele voltará ou não? É a esperança de um final feliz ou a subjetividade melancólica de uma idosa? Cabe ao leitor decifrar os textos e imagens, sendo que Loirinho faz tal interpretação de forma satisfatória, pois para ele, “o personagem vazou daqui e deve estar vivendo num lugar melhor”.

Na etapa de desenvolvimento da narrativa autobiográfica, Loirinho fez um desenho do personagem Castanha com a seguinte frase “Não ao racismo” e escreveu um texto. Nele, disse que “o racismo não é legal, e trazendo isso para o mundo real, em questão da sociedade LGBTQ que sofre racismo, homofobia e durante o percorrer da sua caminhada são obrigados a aceitar desaforos todos os dias. O que nos obriga a fazer coisas erradas, ruins etc. Tornando a gente pessoas diferentes, assim como o Castanha com cabeça de urubu etc. que é como a sociedade nos enxerga!”.

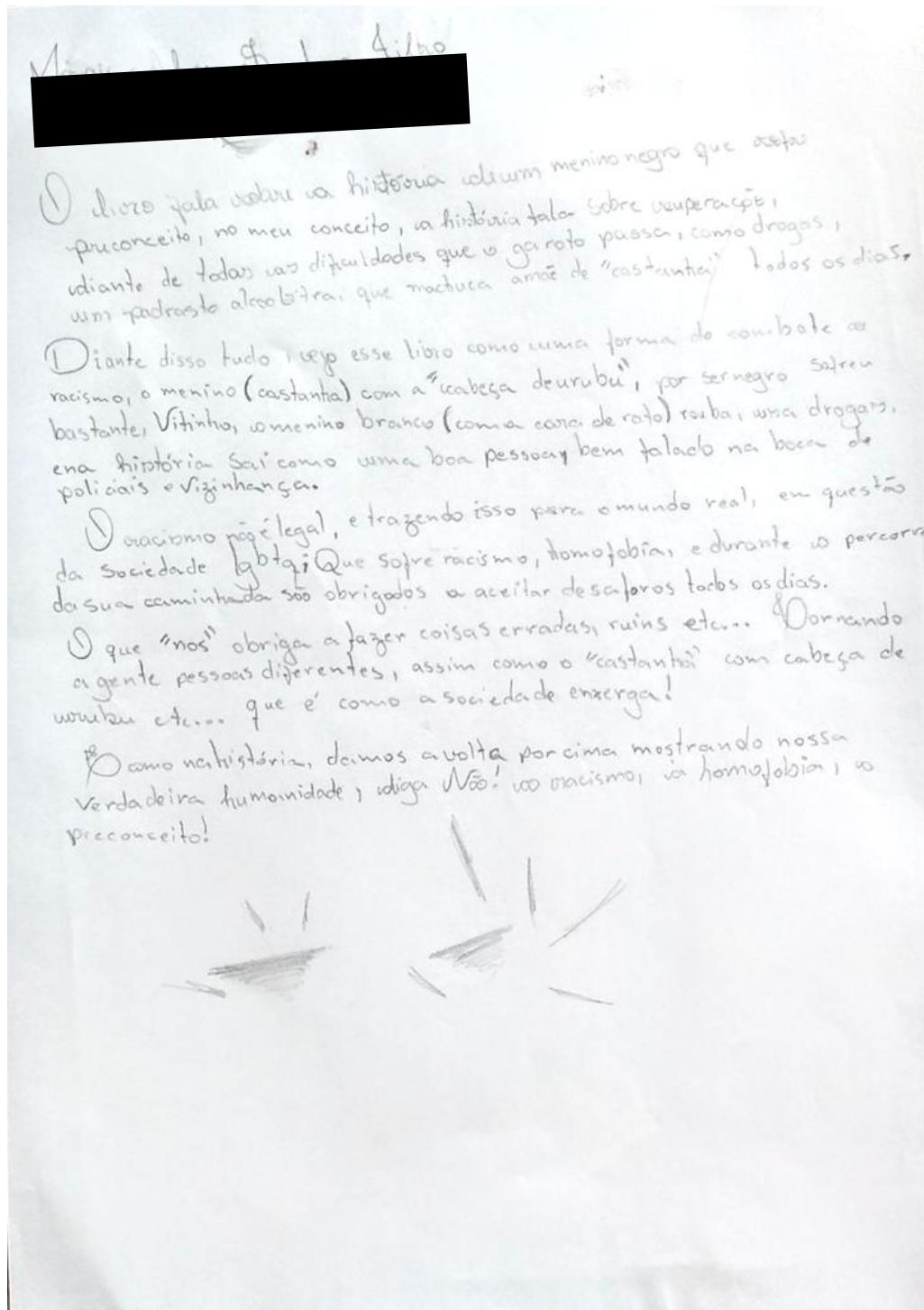
Isso denota as mais profundas desigualdades sociais construídas ao longo da História e que deixam marcas, feridas e terríveis sentimentos com relação à humanidade, ao invés de se criar pontes que unem pensamentos e opiniões sadias, muralhas são levantadas no intuito de separar os povos, impedindo a construção de uma sociedade mais humanizada. O discurso de Lorinho apresenta forte sensibilidade com relação ao mundo que o cerca, afinal, ele mesmo – um adolescente de pele morena, cabelos tingidos de loiro e com traços afeminados – sofre preconceitos, estigmatizações e violência constantes ao ponto de desejar para a sociedade os mesmos males a que é submetido.

Figura 10 - Desenho do Loirinho



Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

Figura 11 - Texto do Loirinho



Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

A pesquisa com Loirinho retratou forte estigmatização e preconceitos que os adolescentes enfrentam no dia a dia, sendo categorizados como bons ou maus mediante um fraco discurso do tipo preto no branco, gosto ou não gosto, por parte de cidadãos que impõe juízos de valor sem analisar as conjunturas sociopolíticas, econômicas e culturais do país. Com empatia, talvez, pudessem ser criadas condições para uma mudança de comportamento

da sociedade para, assim, “darmos a volta por cima mostrando nossa verdadeira humanidade”, segundo as palavras do adolescente.

5.2.5 Relato 5: Dunga

Dunga é um adolescente introspectivo, com leve grau de distração e que, devido a dificuldades de concentração, foi retirado da escola na 7^a série e parando com os estudos. Porém, afirmou que possui interesses acadêmicos, conforme questionado durante a entrevista, mas não disse quais seriam. Reside com os pais e outros irmãos – segundo relato, o pai trabalha como taxista e a mãe é dona de casa. Demonstra ter bons relacionamentos com os pais e é um adolescente pacífico sem histórico pregresso de delitos.

Em vários momentos, Dunga fica de cabeça baixa olhando de canto para o outro adolescente que estava presente na reunião – não se sabe se era por vergonha, constrangimento por estar naquele local ou medo de revelar algo que pudesse depor contra ele. Porém, percebe-se certa animosidade entre os menores, sendo que a assistente social alertou sobre a possibilidade deles se conhecerem fora do CREAS e pertencerem a gangues que disputam pontos de tráfico ou possuírem alguma rixa – foi necessário marcar outro encontro com Dunga, dessa vez, sem a presença do outro adolescente.

Dunga foi pego pela polícia junto a outro colega com um cigarro de maconha no bolso durante uma blitz, ambos foram levados pelos policiais à delegacia para prestar depoimento, sendo que lá sofreu agressão e foi coagido a não dizer nada a respeito. Foi questionado como aconteceu tal fato e disse que a polícia o prendeu num momento de azar que, segundo ele, “foi uma roubada”.

Ele relata poucas coisas durante as etapas de trabalho, sendo necessário uma conversa com a assistente social que o acompanha para descobrir algo mais e o que ela menciona é que “Dunga pode ser considerado um adolescente sem voz”. A família comenta pouco, mas o adolescente parece ter algum tipo de distúrbio psicológico que acarreta em surtos dos quais necessita ser tratado com remédios que causam sonolência, deixando-o aéreo.

Dunga participou da mediação de leitura, lendo a história em quadrinhos Castanha do Pará com a mãe dele, que esteve presente neste dia, além da assistente social que o acompanhou em todo momento desta etapa do trabalho, no intuito de ajudar o menor na compreensão da obra – é importante salientar que a mãe do garoto também leu a história e isto foi importante para a possibilidade de aprofundamentos na situação de Dunga e, assim, surgir novas contribuições para a pesquisa.

O menor em conflito com a Lei se sentiu seguro, mas houve dificuldades na leitura e compreensão do texto, a assistente social leu para ele e explicou o contexto da história em quadrinhos. Na etapa da narrativa autobiográfica, em que os adolescentes expressam seu entendimento da história por meio de desenhos, escrita ou oralização, Dunga elabora um pequeno texto e reproduz o desenho do personagem Castanha.

Segundo ele, “ente(n)di que o menino-urubu saiu de casa por causa de brigas dos seus pais, aí ele come(s)ou a morar na rua e come(s)ou a ro(u)ba e vivendo de migalhas ao seu redor”. Isto, de fato, ocorre na narrativa sequencial em que o personagem principal apanha do padrasto ao tentar defender a mãe que também sofre outro tipo de violência, neste caso, violência feminina.

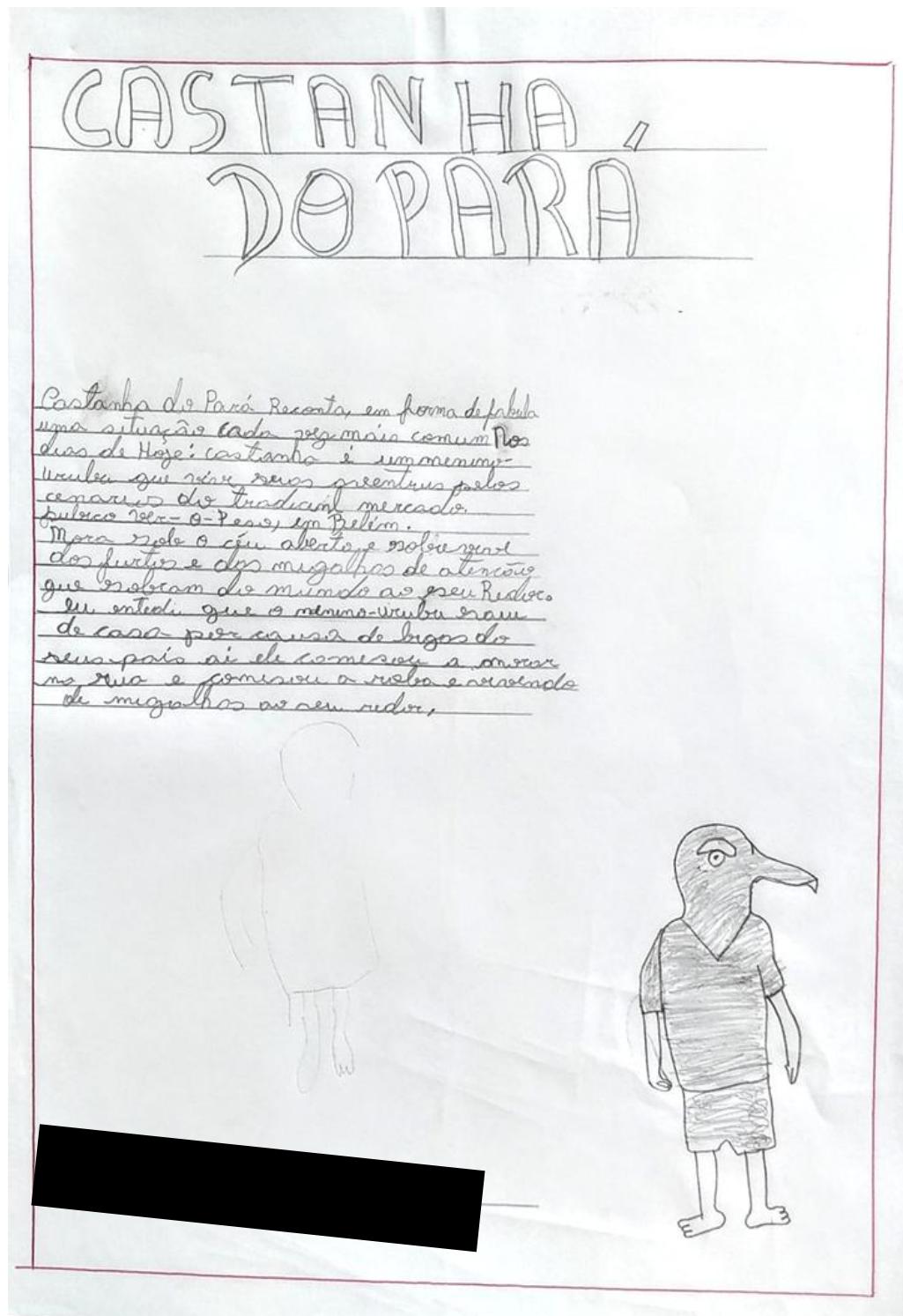
Na história, o padrasto opõe Castanha dizendo: “Tu és um merda! Isso, sim! Um bosta de merdinha! Realmente, tu não és meu filho. Não tenho filho merda que nem tu. Seu merda.” A história em quadrinhos apresenta fortes imagens de violência que apontam para determinadas influências sociais que permeiam as camadas mais pobres e desfavoráveis do país, onde a falta de emprego, educação, saúde e cultura, entre outros fatores, são utilizadas como justificativas para que se faça da violência um padrão estrutural – extravasar as durezas da vida por meio da violência para, assim, aliviar as cargas.

Figura 12 - Castanha sofre nas mãos do padrasto



Fonte: Gidalti Jr. (2018, p. 9).

Figura 13 - Desenho e texto do Dunga



Fonte: Arquivo CREAS Região Noroeste (2020).

A pesquisa com o adolescente observa que houve pouco aproveitamento, porém, sua visível fragilidade acarretou em obstáculos para o bom desempenho das atividades. Segundo relatou a assistente social, Dunga necessita de acompanhamento não apenas para o cumprimento da medida socioeducativa, mas, também um atendimento especializado que

busque entender suas necessidades e, de preferência, sem a presença dos pais para o adolescente ter voz ativa e expressar as angústias que lhe causam este aprisionamento pessoal.

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ADOLESCENTES

Foram apresentadas as considerações acerca dos menores em conflito com a Lei e as práticas de leitura em suas rotinas, além de abordar as circunstâncias que comprometem a participação efetiva destes indivíduos na sociedade. Algo que pôde ser conferido nos adolescentes foi sua identificação com a obra Castanha do Pará e as situações vividas pela personagem principal da obra, despertando a geração de sentidos e realidade através de uma obra ficcional – várias discussões e reflexões foram fundamentais para a pesquisa.

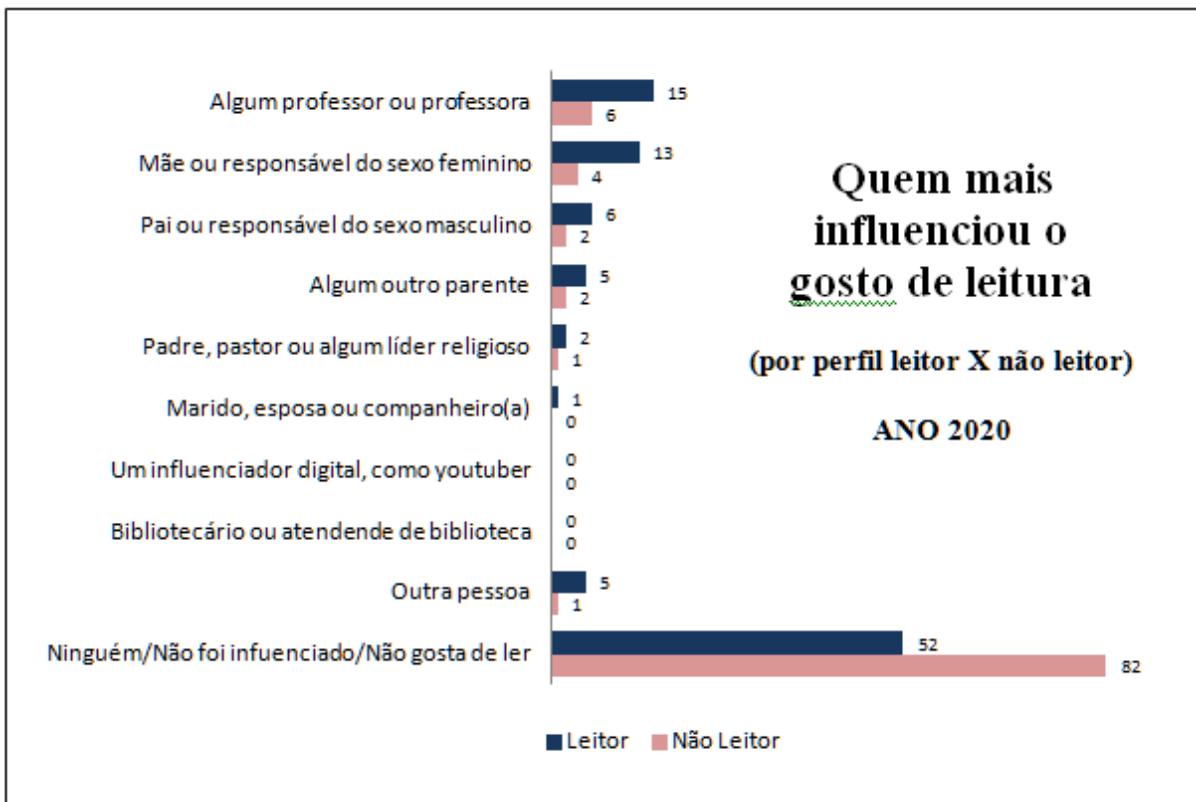
5.3.1 Considerações sobre Galego

Observou-se no adolescente que, mesmo afirmando não haver bons relacionamentos com sua mãe, ainda possuía certo grau de influência dela a ponto de fazê-lo se interessar por este tipo de leitura. Ou seja, mesmo que o menor não tivesse muito apreço por sua genitora, ainda assim havia um nível de familiaridade e influência praticado nesta relação mãe e filho.

Um fator importante que foi acrescentado e corroborou o parágrafo acima foi a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL) e que, em sua 5^a edição (2020), contou com a parceria do Itaú Cultural (IC) para avaliar o comportamento do leitor brasileiro. Neste estudo, os retratos de mais de oito mil entrevistados contribuíram para o aprofundamento sobre o perfil do leitor de literatura, observando a influência dos familiares na formação leitora como um dos principais aspectos de penetração e acesso a livros e outros gêneros.

Na pesquisa “Retratos”, a seguinte questão foi levantada: quem mais influenciou o gosto de leitura? Uma das respostas encontradas é que a mãe ou responsável do sexo feminino configura como aquela que mais possui um caráter influenciador dentre os demais membros da família. Os interesses de Galego pelas práticas literárias ocorreram ou foram despertados graças à interação que obteve com textos e imagens oriundos dos livros lidos pela sua mãe enquanto influenciadora e durante o tempo em que estavam juntos sob o mesmo teto.

Quadro 2 - Instituto Pró-Livro – Pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”



Fonte: IPL (2020).

O acesso à leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará pelo menor se efetivou graças à compreensão de dados e informações que se tornaram análogas à realidade do adolescente. Pode-se inferir que Galego obteve forte influência leitora de sua mãe, que contribuiu para absorção das metáforas narrativas de textos e imagens relativos ao seu próprio cotidiano. A isto, Caldin (2012) escreve:

Resumindo a posição iseriana acerca do efeito do texto literário: se tal texto produz efeito, significa que libera um acontecimento e que precisa ser assimilado; enquanto o texto se origina da reação do autor ao mundo e do processo de seleção que este utiliza para retirar do mundo certos acontecimentos e apresentá-los ao leitor, é este último quem criará o efeito estético ao valer-se da interpretação; assim a perspectiva do autor e a experiência do leitor conferem à leitura um caráter de comunicação, de interação entre texto e leitor, de intercorporeidade, intersubjetividade, de transcendentalidade, enfim (CALDIN, 2012, p. 6).

Iser (1999, p. 12-13) defende tal interação entre o texto e o leitor, pois, esta “se caracteriza pelo fato de estarmos diretamente envolvidos e, ao mesmo tempo, de sermos transcendidos por aquilo que nos envolvemos”. O autor preocupa-se com o efeito que determinada obra exerce sobre o leitor, característica notada no ser humano em “ficcionalizar

sua existência”, recorrendo a leituras que possuem por antemão conhecimento quanto ao seu teor e ficcionalidade, pois é capaz de “[...] dizer ou de revelar algo sobre si mesmo” (*Ibid.*, p. 65-66).

Isto se encaixou nos termos da narrativa sequencial ou quadrinhos, que oferece possibilidades de aproximação de vários conhecimentos através da relação texto-imagem e leitor. Galego, portanto, foi capaz de imergir em outros mundos e realidades análogas ao mundo real, pois este tipo produto cultural não oferece apenas entretenimento casual, mas, sobretudo, informação que fez com ele tivesse a oportunidade de ressignificar seu papel no mundo.

As metáforas e verossimilhanças entre as histórias em quadrinhos e o mundo real possibilitaram produzir vários sentidos e reflexões acerca de fatos já ocorridos, criando novas formas de conhecimento e informação no adolescente. Afinal, a capacidade de reflexão é algo determinante para o desenvolvimento do leitor como indivíduo inserido numa sociedade que está em constante mudança e tal processo pode ser facilitado por meio da leitura, inclusive, de quadrinhos.

O adolescente possuía uma bagagem cultural relevante e demonstrou interesse em entender a si mesmo, apreciando a leitura como forma de confrontar suas angústias pessoais. Nisto, as narrativas sequenciais podem agregar valores e conceitos através da reprodução de mensagens e outros elementos constituintes da sociedade, demonstrando possibilidades de influência sobre os indivíduos e inferir quanto à reelaboração de pensamentos e ressignificação de valores. Ramos (2019) observa:

No que se refere às histórias em quadrinhos, é possível apropriá-las ao conceito cultural, uma vez que como meio de comunicação de massa, elas também podem ser consideradas como produtos, artefatos ou bens culturais que se formam no coletivo e através da experiência humana, capaz de agregar valor e significado a própria cultura (RAMOS, 2019, p. 73).

Outro ponto interessante observado foi que o adolescente mencionou, na entrevista, a respeito dos paralelos existentes em filmes e que isto, às vezes, pode também ser visto nas histórias em quadrinhos. Citou o filme Lucy (2014), sobre uma mulher que aceita transportar drogas dentro do seu estômago e acaba absorvendo-as em seu organismo, com efeito colateral inesperado: a personagem ganha poderes sobre-humanos e a capacidade de adquirir conhecimento instantâneo, seu cérebro é turbinado devido ao efeito das drogas e aceleram seu potencial cognitivo. A película, inclusive, ganhou uma versão em quadrinhos que explicava o

processo de aquisição de poderes, aumento da capacidade cerebral e cognição à medida que absorvia os psicoativos em seu organismo.

É interessante notar o paralelismo que o adolescente conseguiu traçar entre uma obra de ficção e sua própria realidade com o mundo das drogas, ao afirmar a existência de certas substâncias que, encontradas em algumas drogas, ajudam a melhorar a atividade intelectual e são capazes de aumentar o foco, atenção e raciocínio – claro que, no caso de Galego, os efeitos foram negativos e não relacionados a elevados níveis de inteligência. Sobre a ficcionalidade agindo no dia a dia dos sujeitos, Gasque e Ramos (2012) afirmam que:

As realidades representadas nas histórias em quadrinhos são de natureza ficcional, porém baseadas em eventos e em modos de pensar e agir reflexos de determinados períodos históricos. Além disso, os roteiristas precisam adequar as suas experiências e acontecimentos para compartilhá-las com os leitores, criando assim uma atmosfera em que ambos são estimulados não apenas pelo contexto, mas também pela predileção, identificação e reflexão quanto às situações em que seus personagens são inseridos (GASQUE; RAMOS, 2012, p. 3).

Na leitura de Castanha do Pará, é provável que Galego tenha percebido uma possibilidade de fuga da vida real para o mundo imaginário e, como bônus, encontrou paralelos entre os cenários apresentados na história em quadrinhos e a sua própria vida acrescida de estigmatizações, preconceitos, pobreza e busca por melhores condições sociais.

Para Ramos (2016):

Neste sentido, conceitos de apropriação e/ou troca de informações e conhecimentos através da compreensão e da interpretação da cultura, como foram apresentadas por Clifford Geertz defendem, entre outros aspectos, a valorização da figura do leitor consciente, ou seja, aquele que é capaz de exibir, através da leitura empreendida, características de apropriação, ressignificação e inserção do conhecimento lido em sua vivência cotidiana (RAMOS, 2016, p. 386).

É fato que a leitura proporciona várias formas de conhecimento e que, para além do mero espetáculo e entretenimento, ocasionam um despertar para novas descobertas, habilidades, sentidos e ressignificações que levam os indivíduos a repensarem seus papéis na sociedade. Dumont (2007) afirma que:

A apropriação do texto implica a produção de sentido, onde se imprime a singularidade da leitura, baseada na experiência individual. Leitura é, antes de tudo, construção de significados. O desenvolvimento do ato de ler é extremamente complexo e não depende apenas de saber decifrar símbolos. Deve se considerar o motivo que leva o leitor ao texto, o contexto e a diversidade de sentidos que se dá às palavras, tanto pelo autor como pelo leitor (DUMONT, 2007, p. 29).

Ao relatar suas experiências pessoais e demonstrar habilidades de apropriação dos textos e imagens das histórias em quadrinhos, Galego demonstrou ser um adolescente interessado no desenvolvimento crítico e social em áreas que, às vezes, são quase nulas aos demais devido às condições sociais em que vivem como, por exemplo: problemas financeiros, familiares, preconceitos e abusos, entre outros. Foi o momento do menor rever seu papel, protagonizar um novo momento de mudanças para criar, assim, sua própria história de vida e busca por melhores condições. Também, um momento de reflexão para a sociedade perceber estes adolescentes por novas lentes, para além de argumentos simplistas e preconceituosos que não contribuem para o desenvolvimento social.

5.3.2 Considerações sobre Kiko

A realidade deste adolescente é própria de uma classe que vive à margem da sociedade e em condição de pobreza, a quem o Poder Público não consegue dar assistência de qualidade. Um estudo da Fundação Abrinq¹⁰ revelado em matéria jornalística do Jornal Nacional, em 2018, revelou que 17 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos vivem em situação familiar de pobreza no país. Segundo a matéria, “quase 1,6 milhão de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola. Em 2016, 500 mil meninas entre 10 e 19 anos tiveram filhos. E o que também é muito grave: 2,5 milhões de crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos trabalham” (ESTUDO, 2018). Levando em consideração o recorte desta pesquisa, que envolveu menores em conflito com a Lei na cidade de Goiânia, percebeu-se que as camadas periféricas são as que mais sofrem pelo descaso da sociedade e Poder Público.

A respeito disso, Abreu (2001) afirma:

Se queremos uma sociedade democrática e justa, inclusive do ponto de vista cultural, é fundamental que se alfabetize a população, que existam escolas e bibliotecas públicas de qualidade. É preciso que haja emprego e salários decentes. É preciso que não haja fome e que as doenças sejam tratadas. Um desempregado, um faminto, não pode se interessar pela ‘viagem’ proporcionada pelos livros, pelo conhecimento de si e do mundo proporcionado pela alta literatura. É preciso que as pessoas tenham condições materiais para ser leitores (ABREU, 2001, p. 156-157).

¹⁰ Abrinq significa Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos e representa uma entidade de classe que tem como foco principal a representação dos fabricantes de brinquedos. Sobretudo, a Fundação Abrinq é uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo mobilizar a sociedade para questões relacionadas à defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes, tanto por meio de ações, programas e projetos, como por meio do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas de garantia à infância e adolescência. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/>

São questões como estas que concorrem com a Educação, Letramento e as práticas de leitura, pois a necessidade primeira de um indivíduo é ter um trabalho assalariado, colocar comida dentro de casa, pagar as contas e isto torna-se prioridade na maioria dos lares brasileiros.

As práticas de leitura poderiam ser vislumbradas com maior efetividade caso determinadas demandas fossem atendidas pelos poderes – educação, trabalho e lazer, dentre outros contribuindo para que os indivíduos conseguissem participar efetivamente da sociedade e ser parte dela, não ficando à sua margem.

Para além dessas necessidades, o gosto na escolha dos bens culturais (como é o caso das histórias em quadrinhos) se dá a partir das identificações com seu público. Dumont (2006) afirma que isto não depende apenas da decifração de códigos e símbolos, pois o que está em andamento são fatores que fazem com que cada indivíduo obtenha gosto pela prática literária a partir de três fatores, sendo eles: motivação, contexto e sentido. Segundo a autora:

A área leitura caracteriza-se, principalmente, pelo respeito à subjetividade do leitor, que dá sentido próprio às informações recebidas, seu contexto e sua motivação, fatores estes que interagem de forma muito dinâmica. A realidade, o cotidiano e o contexto do sujeito leitor são de vital importância, pois são eles que balizam a aquisição de bagagem didático-informacional valiosa para as pessoas. E a motivação perpassa essas variáveis, próprias do sujeito e seu ambiente (DUMONT, 2006, p. 4).

As histórias em quadrinhos atuam como objeto interacional da comunicação que se ocupam em aproximar de determinados fatos e informações presentes no mundo real, oferecendo reflexões sobre eventos ocorridos na sociedade de maneira lúdica e didática, contribuindo nas produções de sentido daqueles que tem contato com este tipo de objeto da mídia. Dumont e Pinheiro afirmam (2015) que:

Falar sobre a função da leitura e o uso que os sujeitos fazem dela nas ações do seu dia-a-dia, nos leva a compreendê-la como um fenômeno eminentemente social, e a perceber a multiplicidade de facetas que a cerca e os diferentes olhares que foram traçados no decorrer de sua história e, com eles, formas diferentes de pensar a seu respeito, principalmente no que diz respeito tanto à importância que lhe é conferida na vida do ser humano, quanto pelos papéis que assume em espaços e em tempos determinados (DUMONT; PINHEIRO, 2015, p. 1497).

Tais experiências estão intrinsecamente ligadas à subjetividade e inferiu, nestes adolescentes, uma articulação entre o real e o imaginário, com facetas que possibilitaram a construção, desenvolvimento e ressignificação da realidade diária – seus conflitos interiores,

relações familiares, envolvimento em situações de risco – para o convite em repensar seu papel através do ato de ler.

Presenciou-se uma correlação entre obras de caráter metafórico e seu poder de reflexão, levando os sujeitos a várias interpretações pessoais e ressignificações de suas atitudes. “É possível que o imaginário desperte nos indivíduos [...] um estado de libertação da mente onde a cultura constitui-se no epicentro desta transformação de pensamento” (NEVES; SANTOS, 2019, p. 121). Isto demonstrou que os eventos narrados na história em quadrinhos Castanha do Pará podem até fazer parte do universo ficcional, entretanto, são frutos de situações análogas ao mundo real com referências e experiências similares ao que estes menores enfrentaram (e, ainda, enfrentam). Sobre tais relações entre o real e o ficcional.

Sodré (1988) diz que:

[...] o que importa mesmo são os conteúdos fabulativos (e, portanto, a intriga com sua estrutura clássica de princípio-tensão, clímax, desfecho e catarse), destinados a mobilizar a consciência do leitor, exasperando a sua sensibilidade (SODRÉ, 1988, p. 16).

Sendo assim, todo e qualquer produto midiático é um artefato de comunicação e cultura que flerta com a realidade e até mesmo infere nas possibilidades interpretativas de cada um, possibilitando reflexões significativas através de trocas de experiências entre os sujeitos, viabilizando a identificação e descoberta de seu lugar humanizado no mundo, visualizando a si próprio e o outro nas relações de busca e geração de sentido em suas vidas (NEVES; SANTOS, 2019, p. 125).

Até mesmo o suporte destas obras, tendo como base um formato que agrupa várias histórias grampeadas ou seladas em encadernados tipo capa cartão ou capa dura dizem respeito ao tipo de obra que se está lendo. Assim, “[...] cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações” (CHARTIER, 2003, p. 44-45). Em outras palavras, o autor diz:

Objeto impresso que não contém unicamente o texto no sentido semântico, mas que tem uma materialidade, um formato, imagens, uma capa, uma distribuição, elementos que importam muito no processo de construção de sentido (CHARTIER, 2001, p. 31).

Para Chartier (2003, p. 46) suporte, texto e imagens estão intimamente entrelaçados na construção correta de sentidos, pois “[...] as significações, histórica e socialmente diferenciadas de um texto, qualquer que seja não podem ser separadas das modalidades

materiais que o dão a ler a seus leitores”. Os suportes midiáticos são veículos para os quais se materializam e difundem todo e qualquer tipo de informação, de modo a fazer com que os leitores se divirtam e sejam capazes de introjetar conhecimentos (ou, ao menos, se aproximar disso) na garantia de uma geração de sentidos mais clara.

Mesmo diante de vários pressupostos que atestam o valor significativo das práticas literárias, observou-se em Kiko desmotivação com relação a esses aprendizados e busca por crescimento e desenvolvimento social. Afinal, como poderia um adolescente ou jovem pensar na prática de leitura, cursar uma universidade e buscar qualificação profissional se, antes de tudo, precisa resolver algo mais premente em sua vida, como saciar a própria fome?

Eis uma questão relevante a ser discutida e requer ações significativas de todas as esferas do país. O ECA observa atentamente que as necessidades dos adolescentes e crianças devem ser assistidas pela sociedade, esferas públicas e demais instituições no sentido de garantir melhores condições sociais, porém, infelizmente, tais iniciativas não ultrapassam o papel.

Para Dumont e Pinheiro (2015):

Falar sobre leitura na vida de crianças e jovens em situação de risco, a partir de condições, a priori, menos favoráveis, inseridos em um processo onde o acesso ao livro ainda é desigual, visto ser uma prerrogativa de poucos, requer que os imaginemos leitores contextualizados dentro de um mundo sígnico, no qual passamos a vê-los como emissores e receptores de informação que falam, ouvem e leem o mundo e para os quais todas as formas de linguagem estão abertas (DUMONT; PINHEIRO, 2015, p. 1497).

Uma leitura de mundo voltada para a realidade dos menores e mais próximas de seu cotidiano no intuito de buscar soluções que gerem interesse na construção e desenvolvimento sociocultural, ocasionando discussões em salas de aula, escolas, universidades, bem como nos ambientes sociais onde estes jovens se encontram, com empatia por parte da sociedade e os poderes públicos se comprometendo a ouvir as reivindicações dos jovens com relação a tópicos como educação, saúde, trabalho, tolerância e respeito pela vida, dentre outros.

5.3.3 Considerações sobre Fumaça

Sobre o adolescente, existiam fatores que interferiram na boa relação da família e isto tornou-se ponto criterioso devido ao fato de que tal interferência prejudicava sua educação. Seus relatos de desentendimentos com os pais retrataram um momento da vida em que os

jovens desejam sair das sombras dos pais e ter livre-arbítrio em suas decisões. Sobre esta etapa da vida, Pratta e Santos (2007) afirmam:

A adolescência favorece as condições necessárias para a emergência de uma série de problemas e conflitos dentro do contexto familiar, sendo que muitos estudos enfatizam que há um aumento das brigas e disputas entre pais e filhos durante os anos da adolescência (Wagner, Falcke, Silveira & Mosmann, 2002), uma vez que a necessidade de negociação constante, inerente a esta etapa, aumenta o potencial de conflitos entre as gerações (Marturano & cols., 2004). A literatura ressalta ainda que o aumento desses conflitos geralmente está acompanhado de uma diminuição na proximidade do convívio, principalmente em relação ao tempo que adolescentes e pais passam juntos (Steinberg & Morris, 2001). Contudo, um conflito bem negociado pode levar a um crescimento para os filhos e para os pais (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 253).

Problemas como rebeldia, rejeição, fuga do lar e uso de drogas estão na rotina deste menor em conflito com a Lei, muito devido à influência de amigos, a quem encontrou aceitação. Essa valoração e empoderamento, advinda do meio em que está inserido e da aceitação por parte dos colegas, são observadas por Pratta e Santos (2007) da seguinte forma:

As inadequações de comportamento e até mesmo a exposição a riscos desnecessários podem surgir em função da própria curiosidade, extremamente presente nessa etapa evolutiva, e de outros fatores cognitivos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais que podem exercer um papel importante na determinação de comportamentos de risco nesse período do desenvolvimento. No caso específico do consumo de substâncias psicoativas, regulamentadas ou ilícitas, apesar de sempre ter existido, só se tornou um fator preocupante para os pais na atualidade, pois o consumo de drogas aumentou significativamente entre os adolescentes nos últimos anos (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 254).

Com relação às práticas de leitura, percebeu-se que a despeito da fala do adolescente ao relatar seu desprezo pelas práticas literárias, foi dito que sua família possui bons hábitos e que ler é uma constante em sua casa, principalmente, pelo pai do adolescente. Este dado entrou em consonância com Dumont (2002) quanto à formação do sujeito-leitor a partir do gosto na escolha da leitura – o pai do adolescente concentrava-se em leituras sobre História e Engenharia. Segundo a autora:

A leitura de romances tipo folhetinesco é a das mais representativas [...] Jacob Penteado declarou ter sido através da leitura de folhetins em serões o despertar para a militância política; o mesmo sucedeu a Zélia Gattai, que os lia em voz alta, nos serões promovidos por sua mãe; e ainda, Sr. Marino, italiano, dono de um sebo em São Paulo, que enquanto analfabeto, primeiro ouviu as histórias de folhetins, depois aprendeu a ler soletrando Os três mosqueteiros; estudou história da Revolução Francesa em um romance e diz que foi com Dumas, Sue e outros que aprendeu a ‘lutar contra a injustiça social’ (DUMONT, 2002, p. 3).

É um fato recorrente de que membros familiares tornam-se influenciadores quanto ao contato e gosto pelas práticas literárias e, assim como aconteceu com o adolescente Galego que obteve influência por parte da mãe, no caso de Fumaça, foi influenciado pelo pai e até pelos irmãos mais velhos (servidores públicos concursados) que fazem da leitura um hábito cotidiano em suas vidas – novamente, a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” (IPL, 2020) demonstrou o valor que a família incute nas crianças e adolescentes através da leitura.

Apesar de Fumaça haver demonstrado desinteresse em seu crescimento pessoal, foi manifestada sua vontade em fazer o curso de Engenharia Mecatrônica, devido sua fala. Provavelmente, por influência do pai, que gostava de ler e assistir programas com temáticas da qual o adolescente mencionou, Fumaça pode ter se sentido impelido a dar tal resposta. Percebeu-se que as influências geradas pela relação cotidiana com seus familiares despertaram em Fumaça vontades que, até então, o próprio não havia percebido.

A despeito de um relacionamento conturbado com o pai, o adolescente aparentemente o viu como influência no momento de escolher os objetos da mídia com os quais interagir. Existem sinais que demonstraram que o adolescente possui aspectos que corroboram que quanto mais inseridos num cenário de produção de sentidos, seja na família ou escola, é possível aos sujeitos enxergar novas formas de crescimento e desenvolvimento sociocultural, bastando desejo ou força de vontade em querer mudanças no seu estado de vida.

Orientação, segurança e afeto por parte da família e demais esferas sociais, genuinamente interessadas, podem possibilitar a oportunidade de melhores condições para que esta fase de transição entre a criança e adulto venha a desembocar em habilidades que instiguem estes menores a sair dos lugares estanques em que se encontram e consigam vislumbrar novos horizontes à frente.

5.3.4 Considerações sobre Loirinho

O contato do adolescente com a história em quadrinhos se deu de forma satisfatória e o menor se identificou diante da realidade social à qual o personagem Castanha estava inserido. Conforme Eco (1994, p. 22) cita Iser (1978, p. 278) “o leitor faz efetivamente o texto revelar sua multiplicidade potencial de associações. Tais associações são produto do trabalho da mente do leitor sobre o material bruto do texto, embora não seja o texto em si”. A leitura faz com que o leitor se aproxime da história e sirva-se de novas oportunidades para repensar seu papel enquanto indivíduo. O autor aponta:

Temos que admitir que, para nos impressionar, nos perturbar, nos assustar ou nos comover até com o mais impossível dos mundos, contamos com nosso conhecimento do mundo real. Em outras palavras, precisamos adotar o mundo real como pano de fundo (ECO, 1994, p. 89).

A fruição na leitura de textos e imagens, sobretudo, aquelas presentes nas histórias em quadrinhos que trabalham com o imaginário popular, quando entrelaçadas a fatos reais podem estabelecer fortes conexões com o leitor devido a tais obras narrativas possuírem similaridades com o cotidiano dos menores em conflito com a Lei. Tais histórias contribuem para produção de sentidos e ressignificações necessárias para aproximação do sujeito leitor com determinado tipo de leitura.

Sobre a antropomorfização presente na obra, urubus, porcos, cães, gatos, ratos e macacos – ou seja, animais – foram caracterizados com atributos humanos, observados por Galego como pejorativos e feios de se ver ou aproximar, possuindo uma valorização negativa e representativa do mal. Antropomorfizar, ou seja, utilizar animais para representação de características físicas e de pensamentos humanos é tão antiga que torna-se até mesmo difícil estabelecer datas.

Tal sugestão é vista há cerca de 40.000 anos atrás “na arte Paleolítica representando a conversão da representação totêmica – de humanos em animais – ao seu inverso” (MITHEN, 1996 apud HOROWITZ; BEKOFF, 2007). Enquanto que, no passado remoto, humanos se representavam por meio de animais, após a arte paleolítica, aconteceu de animais serem categorizados de acordo com características humanas e sendo, assim, denominado o termo antropomorfismo.

Os meios de comunicação buscaram na antropomorfização um recurso narrativo para compor histórias – Disney e suas representações de ratos bonzinhos, patos nervosos, cães atrapalhados e papagaios malandros, *Looney Tunes* e seus porcos que gaguejam, coelhos espertalhões, coiotes azarados e patos invejosos, além de seres fantásticos como ogros, minotauros, centauros, medusas, fadas e sereias com características que reforçam as mais variadas características humanas.

Alguns destes eram motivos de piadas, graças às características pontuais inseridas por seus criadores, porém, atualmente suas representações podem ser vistas de forma mais sofisticada e ligada aos seus respectivos *habitats* – o urubu, por exemplo, é um animal cada vez mais comum e visto nas cidades metropolitanas. Inclusive, na busca por mais realismo e sensibilidade, as histórias em quadrinhos destacam traços de personalidade através de paletas de cores condizentes a cada personagem – cores alegres para representar bons sujeitos (o

mocinho, por exemplo), enquanto que personagens como Castanha possuem uma paleta de cores escura, sombria e suja para caracterizar um animal repugnante como sendo um mau sujeito ou vilão.

Entretanto, deve-se ficar evidente que nem tudo pode ser categorizado como preto e branco, pois os indivíduos presentes na sociedade apresentam níveis de complexidades que devem ser examinadas com cautela. O fato é que a estigmatização, preconceitos de raça, cor e/ou gênero e estereotipização salientam a pobreza de camadas sociais desfavoráveis e que se encontram à margem da sociedade, sofrendo duros golpes que reforçam estas caracterizações negativas.

5.3.5 Considerações sobre Dunga

“Ele quase nunca fala e quando conversa sempre olha para o pai antes de responder, o pai se intromete e passa na frente para responder as perguntas do menino”. Esta fala da assistente social apresentou, no início da pesquisa, a suspeita de que o menor pudesse sofrer algum tipo de pressão ou violência psicológica no contexto familiar. Porém, pouco foi descoberto devido ao fato de que o adolescente começou a cumprir a medida socioeducativa há pouco tempo.

O pai sempre esteve presente nas reuniões, mas não dava espaço para o adolescente exprimir seus sentimentos e opiniões. Segundo a assistente social, “o pai quando fala pelo filho sempre menciona os nomes de outros adolescentes envolvidos com drogas e crimes, dizendo que sabe o destino final desses meninos e por isso vive alertando o Dunga nas reuniões, oprimindo ele com umas falas pesadas”.

Sobre a possibilidade de opressão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência familiar:

Como sendo ‘o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação’ (OMS, 2002, p. 5).

Tais manifestações de poder e barbárie persistem, ainda hoje, devido a condutas sociais que são mantidas por usos e costumes que se naturalizaram e, como tal, devem ser estudados dentro do seu contexto social. Ou seja, na própria sociedade que a gera, perpetua e

dela se alimenta através da História, política, economia e cultura, traduzidas em relações micro e macrossociais (MINAYO, 2006).

No tocante a atos de violência e opressão praticados por familiares e a corporação policial, todos os adolescentes – bem como Dunga – elencaram tal prática como sendo comum e rotineira, mesmo que houvesse dispositivos legais que tratam da garantia à proteção dos menores, como no caso do Estatuto da Criança e Adolescente que afirma que nenhuma criança ou adolescente “será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Dunga era visto pelas assistentes sociais como um “adolescente sem voz”, pois quase não conversava, apresentava pouquíssimas opiniões em relação ao material levado para a pesquisa, era inseguro, receoso e introspectivo. Caso houvesse possibilidade de aproximação das rotinas do adolescente e seus familiares *in loco*, para além desta pesquisa, poder-se-ia adentrar em necessidades de ordem sociocultural, profissional e de desenvolvimento pessoal para efetivar melhorias em sua qualidade de vida.

5.3.6 Considerações sobre os quadrinhos na produção de sentidos e ressignificações

As reuniões de leitura, bem como todas as etapas de trabalho realizadas com os menores em conflito com a Lei, utilizando a história em quadrinhos *Castanha do Pará* tornaram possíveis as conexões entre suas vivências pessoais com o imaginário representado na obra, pois apesar da narrativa ser de gênero ficcional apresentou fortes analogias com o mundo real. Iser (1999) afirma que a leitura oferece processos identitários e desenvolvimento do sujeito leitor que transcende a consciência, sendo que:

A relação entre o texto e o leitor se caracteriza pelo fato de estarmos diretamente envolvidos e, ao mesmo tempo, de sermos transcendidos por aquilo que nos envolvemos. O leitor se move constantemente no texto, presenciando-o somente em fases; dados do texto estão presentes em cada uma delas, mas ao mesmo tempo parecem ser inadequados. Pois os dados textuais são sempre mais do que o leitor é capaz de presenciar neles no momento da leitura. Em consequência, o objeto do texto não é idêntico a nenhum de seus modos de realização no fluxo temporal da leitura, razão pela qual sua totalidade necessita de sínteses para poder se concretizar. Graças a essas sínteses, o texto se traduz para a consciência do leitor, de modo que o dado textual comece a constituir-se como correlato da consciência mediante a sucessão das sínteses (ISER, 1999, p. 12-13).

Assim, a análise da leitura dos adolescentes e suas relações com as práticas literárias, sobretudo, do quadrinho pesquisado e enquanto artefato cultural que fornece elementos

próximos à realidade social, possibilitou boa identificação entre os menores. Ainda, a figura do mediador/pesquisador foi importante para a realização das etapas, pois conduziu os leitores a uma leitura de mundo com possibilidades de identificação, ressignificações a partir do contexto narrado e geração de sentidos através de textos e imagens. Schnitman e Little (1999, p. 20), a respeito do papel do condutor da leitura, afirma que este deve estar “atento aos novos eventos, às variações, aos momentos críticos [...] que oferecem opções aos elementos capazes de articular criativos processos” de construção do pensamento, conduzindo o sujeito leitor a momentos de autorreflexão.

A leitura de mundo, conceito elaborado por Paulo Freire, filósofo e educador brasileiro, está intrinsecamente ligado à necessidade de recuperar a humanidade e dignidade dos sujeitos que, oprimidos das mais variadas formas, acabam perdendo a oportunidade de uma educação satisfatória. O autor faz um entrelaçamento da leitura de mundo e o ato de ler como pano de fundo para discussões socioculturais, afirmando que “o ato de ler o mundo implica uma leitura dentro e fora de mim. Implica na relação que eu tenho com esse mundo” (FREIRE, 1981).

O autor possibilita apontamentos para uma relação leitor e leitura contextualizada em que a vivência real e cotidiana dos menores, aliada ao imaginário representativo das histórias em quadrinhos, possibilita a problematização das conjunturas econômico-sociais dos indivíduos. Para o autor, o ato de ler gera reflexões sobre a existência, possibilitando o desenvolvimento crítico que conduz a grandes transformações sociais. Ele observa que a Educação:

[...] não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres 'vazios' a quem o mundo 'encha' de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada [...], compartimentada, mas nos homens como 'corpos conscientes' e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1982, p. 77).

Portanto, ler é uma atividade da qual os sujeitos inseridos na sociedade podem criar espaços críticos para reflexões e que não estão limitados apenas a campos teóricos, mas que determinadas leituras, textos e imagens são capazes de promover a geração de sentidos que faz com que homens e mulheres tornem-se livres da coerção mundana. Ler, para Freire (1992, p. 76) é algo levado a sério, pois “é aprender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde e determinado. [...] Implica que o(a) leitor(a) se adentre na intimidade do texto para aprender sua mais profunda significação”.

Porém, quem pode dizer que determinadas leituras são boas e outras categorizadas como fracas, ruins, ilegítimas ou não-canonicalizadas? Abreu (2001, p. 140) atribui aos viajantes europeus do século XIX a difusão de mitos elitistas de que o país possuía uma cultura pobre e precária, que “o povo, aqui, simplesmente vegeta, numa apatia inconsciente”, faltando “as condições de gosto, instrução, meios, saudável direção de espírito”. Embora não especificassem exatamente quais tipos de leitura seriam capazes de trazer o conhecimento e iluminação ao povo, os viajantes instituíram a ideia de que apenas determinadas leituras e objetos são únicos e legítimos para apreensão da alta cultura, fazendo com que o gosto fosse padronizado segundo o pensamento europeu.

Para Abreu (2001):

Uma concepção elitista de cultura torna invisíveis as práticas de leitura comuns. A delimitação implícita de um certo conjunto de textos e de determinados modos de ler como válidos e o desprezo aos demais estão na base dos discursos que proclaimam a inexistência ou precariedade da leitura no Brasil. [...] Sob esse ponto de vista, grande parte dos brasileiros não tem efetivamente condições sociais de ser leitores. A desqualificação dos objetos implica a desqualificação das pessoas que os tomam para ler [...] Prisioneiros da ideia de que uma certa leitura de certos objetos é a única legítima, mantemos nossa ignorância sobre práticas de leitura efetivamente realizadas (ABREU, 2001, p. 154).

Segundo a autora, seria considerado leitor apenas quem tivesse acesso aos livros certos, aqueles positivados pela escola, universidades ou por possuírem certa tradição literária. Todos os demais seriam taxados como não-livros e os que acessam tais leituras classificados como não-leitores. E são exatamente estes que consomem histórias em quadrinhos, livros de ficção, filmes, séries de televisão e demais objetos da mídia como novas formas de descobertas, crescimento pessoal e lazer (entretenimento).

São leitores de HQ's dos Vingadores, Homem-Aranha, *X-Men*, *Batman*, *Superman*, Liga da Justiça e *Sandman*; os que leem mangás do *Naruto* e livros best-sellers, tais como *Game of Thrones*, Senhor dos Anéis, Crônicas de Nárnia, O conto da aia, Farenheit 451, 1984, Revolução dos Bichos – uma grande quantidade de obras que, mesmo não sendo canonizadas, oferecem ao leitor novas formas de acesso à leitura e perspectivas que promovem a geração de sentidos. Chartier (1998) afirma que:

O problema não é tanto o de considerar como não leituras estas leituras selvagens que se ligam a objetos escritos de fraca legitimidade cultural, mas é o de tentar apoiar-se sobre essas práticas incontroladas e disseminadas para conduzir esses leitores, pela escola mas também sem dúvida por múltiplas outras vias, a encontrar outras leituras. É preciso utilizar aquilo que a norma escolar rejeita como um suporte para dar acesso à leitura na sua plenitude, isto é, ao encontro de textos mais densos e

capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e de pensar (CHARTIER, 1998, p. 104).

É de reconhecimento geral que a prática de leitura é um meio agradável e simples de aprendizado, porém, quando se está refém dos ditames daqueles que alegam que determinadas obras são frutos da baixa cultura e ilegítimas, seria o mesmo que curvar-se ao sistema num sinal de aceitação e não mais ser um cidadão livre, autônomo para tomar suas decisões – inclusive, de consumir os objetos da mídia e cultura por conta própria. Chartier (1998) exemplifica:

Jamerey Duval¹¹ relaciona seu acesso à escrita ao encontro, nas bibliotecas das aldeias, das fábulas de Esopo e dos livros da Bibliothèque Bleue. Nesse caso, não se trata de leituras ilícitas ou desaprovadas, mas de leituras que ele conquista valendo-se das imagens para decifrar os textos (*Ibid.*, p. 105).

Aliado à força imagética das histórias em quadrinhos – cenários, visualidades e personagens – o leitor descobre durante o processo de leitura tanto um prazeroso momento de entretenimento quanto possibilidades de crescimento e desenvolvimento crítico que contribuem para a apropriação de conhecimento. Há de se pensar, portanto, que certas leituras são capazes de possibilitar um processo de leitura imersiva para ressignificação de sentidos.

Mesmo não sendo um tipo de leitura canonizada, ainda assim, valida uma busca por novas formas de saber e compreender a si mesmo enquanto sujeito social. Afinal, por muitas vezes, já fora demonstrado que textos demasiadamente burocráticos e eruditos não dialogam de maneira suficiente com o leitor e acabam por afastá-lo de uma imersão cultural, simbólica e significativa.

As considerações acima provaram que a relação entre o leitor e as práticas de leitura, sobretudo, de menores em conflito com a Lei, fornecem possibilidades de “desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções; estar harmonizada com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades e [...] sugerir soluções para os problemas que a perturbam” (BETTELHEIM, 1980, p. 13).

¹¹ Jamerey Duval foi um pastor ignorante e iletrado que progressivamente conquistou a cultura escrita para tornar-se um dos personagens eminentes da República das Letras das Luzes. Este autodidatismo estava relacionado à conquista da cultura a partir do analfabetismo e iletrismo, um modelo colocado em evidência por Jean Goulemot e Jean Hébrand a partir das memórias de Duval.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação fomentou discussões para a efetiva proteção integral da criança e adolescente para que as representações de suas realidades se tornassem autênticas, ou seja, os adolescentes que cometeram ato infracional cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto e sendo considerados sujeitos de direitos e deveres inseridos em circunstâncias de vulnerabilidade social. Se por um lado, a proteção integral por meio das diretrizes do ECA e o SINASE presumem direitos como, por exemplo, trabalho, segurança, saúde e educação, por outro lado, infelizmente, não ultrapassam as letras da lei.

Os resultados deste trabalho apontaram para a necessidade de estabelecer maior empatia com estes sujeitos sociais, buscando maneiras eficientes de levar os menores em conflito com a Lei à ressocialização e mudança de perspectiva, enxergá-los e ampará-los através de eficientes maneiras de garantir seus direitos humanos e respeitar suas características. Maneiras proativas de conscientização podem ajudá-los a repensar seus papéis na sociedade, estimulá-los a uma mudança de comportamento através de manifestações socioculturais engajadas que gerem impactos sociais positivos.

Durante a pesquisa, a principal dificuldade foi reunir o grupo de adolescentes para participar das etapas do trabalho, pois eles nem sempre compareciam para o cumprimento das medidas socioeducativas, fazendo com que os assistentes sociais se movessem para encontrá-los. O caso de Fumaça, que não permaneceu até o final da pesquisa, é emblemático e perceptível da falta de interesse e comprometimento dos adolescentes, pois eles não se veem como parte da sociedade e se sentem menosprezados pelas pessoas, até mesmo por familiares.

Este trabalho de dissertação propôs a investigação de comportamentos e mudanças sociais ocasionadas pela interação com os meios de comunicação, sobretudo, práticas de leitura de histórias em quadrinhos como recurso sociocultural de aproximação e apropriação de conhecimento. Sobre a questão problema da pesquisa, se poderia haver relações de identificação e produção de significações a partir da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará realizada por menores em conflito com a Lei, obteve-se respostas satisfatórias devido a bons níveis de aproximação dos adolescentes com a obra.

Em geral, os adolescentes conseguiram identificar-se com a narrativa sequencial, dando sentido à suas próprias vivências através dos recursos da ficção presentes no contexto dos quadrinhos e isto rendeu discussões relevantes que contribuíram para a pesquisa. A realidade apresentada na história Castanha do Pará despertou sensações, sentimentos e houve

similaridades entre a obra ficcional e a realidade destes sujeitos, que viram a si mesmos representados nas imagens.

Durante as entrevistas, percebeu-se uma variação de maior ou menor grau de interesse na leitura da história em quadrinhos. O primeiro a ser abordado, Galego, demonstrou grande interesse pela obra em questão e apresentou uma bagagem cultural considerável devido às práticas de leitura de livros, quadrinhos e mangás, além de filmes e séries de TV – exemplos introjetados de maneira inconsciente, devido à relação que o adolescente tinha com a mãe, uma ávida leitora de obras ficcionais e que contribuiu como influenciadora do menor e sua busca por outras leituras.

Kiko demonstrou pouco interesse por ter dificuldades tanto em ler quanto escrever, afetando seu gosto com relação às práticas literárias e devido a necessidades mais urgentes relatadas pelo menor como, por exemplo, encontrar trabalho e colocar comida dentro de casa. Ele se encontrava desmotivado, desanimado e segundo o próprio, só estava ali para terminar de cumprir a medida socioeducativa e seguir em frente. Apesar da situação, o adolescente participou das reuniões e leu o quadrinho, que contribuiu para que enxergasse nas histórias vividas pelo personagem Castanha similaridades com algumas experiências vividas por ele.

Fumaça também não possuía interesse por leitura e estudos em geral, acreditando que é perda de tempo e irrelevante para seu dia a dia, pois sua mais-valia se encontrava em curtir a vida ao máximo entre delitos e aventuras. A contradição nas falas do adolescente ocorreu, no entanto, no fato de encontrar referências literárias e intelectuais no próprio pai – leitor assíduo de obras com temáticas sobre construções e veículos – e alegou ter o desejo de realizar cursos justamente nas áreas em que o patriarca estava envolvido.

Em Loirinho, a cultura estava presente desde criança e o mesmo já se via inserido em programas culturais, como saraus, batalhas de rimas e escrita de poesias. A leitura da história em quadrinhos *Castanha do Pará* gerou sentimentos que fizeram ele se sentir desprezado pela sociedade a ponto de dizer que as pessoas o viam como um animal que tinha de ser preso ou abatido. Seus relatos de preconceito e estigmatizações demonstraram níveis de rejeição elevados, porém, o adolescente ainda enxergava esperança das pessoas mudarem seus pensamentos desde que houvesse empatia.

Dunga, um adolescente introspectivo, sofria com a rigidez e opressão dos pais, não havia nele autonomia suficiente para expor suas próprias opiniões e não conseguiu se expressar de forma eficaz quanto a seus sentimentos com relação à história *Castanha do Pará*. Possuía certa dificuldade de leitura e compreensão dos textos, porém, com as imagens

presentes na obra conseguiu identificar algumas situações similares ao seu dia a dia como, por exemplo, opressão familiar.

Quanto à hipótese de que algumas leituras, quando associadas à realidade destes sujeitos, se tornam elementos de reflexões e construção de identidades, projeção e entendimento do eu e dos conflitos vividos também foram encontrados. Interagindo com imagens e textos da história em quadrinhos Castanha do Pará, os menores se identificaram com as situações vividas pela personagem principal – Castanha – sendo crucial para aproximação deste gênero literário da ficção, pois forneceu subsídios para interpretação de mundos através da contextualização e subjetividade.

O objetivo geral da pesquisa, a investigação da possível relação identitária e de produção de ressignificações a partir da leitura da história em quadrinhos Castanha do Pará foi alcançado. Os menores conseguiram estabelecer relações pessoais com o personagem principal da obra, gerando sentidos em cada momento narrado pelos quadrinhos e que contribuíram para aproximar o leitor da experiência de leitura.

Os objetivos específicos: compreender como se estabelecia a capacidade e presença da leitura destes adolescentes; identificar nos adolescentes, a partir da leitura, a promoção da reflexão social como possibilidade de ressocialização; investigar o possível processo de identificação entre a leitura da história em quadrinhos e a realidade social dos menores; identificar significações produzidas a partir da leitura de Castanha do Pará, foram alcançados e, assim, seguem as conclusões:

- Com relação a compreender como se estabelecia a capacidade e presença da leitura dos adolescentes, observou-se que tais práticas foram estabelecidas de acordo com os exemplos fornecidos pelos familiares, que serviram como modelos para atrair o interesse pela leitura. A curiosidade foi outro aspecto apontado em pelo menos alguns dos adolescentes entrevistados, sendo que a prática da leitura pode ser observada como positiva para alguns e negativa para outros, fazendo com que estes indivíduos levassem em conta seu interesse ou disposição para leitura;
- Sobre identificar nos adolescentes, a partir da leitura, a promoção da reflexão social como possibilidade de ressocialização, foram observados nos menores a capacidade de reflexão sobre o conteúdo que a história em quadrinhos apresenta e as correlações com suas vivências pessoais;
- Sobre a investigação, por meio da pesquisa-ação, das possibilidades de identificação através da leitura da história em quadrinhos e sua correlação com a realidade social dos menores, foram observadas ressignificações nos menores

sobre seu papel na sociedade e situações vividas por forte estigmatização e preconceitos em seu dia a dia;

- Sobre a leitura que visava ressignificação de valores e comportamentos, impactos sociais e inferências, estas puderam ser conferidas nos menores a partir da interação com os quadrinhos e que geraram identificação com a obra, pois o personagem Castanha vivenciava situações semelhantes às rotinas dos menores em conflito com a Lei. Algumas cenas dos quadrinhos remeteram diretamente a situações vividas pelos menores e, assim, produziram fortes ressignificações e gerações de sentidos.

Por fim, acredita-se que este trabalho não esgota o tema pesquisado e soma-se, ainda, a outras possibilidades de análises e estudos através de oficinas, *workshops*, palestras, artigos científicos e grupos de estudos que utilizem as histórias em quadrinhos como recurso para a construção e o desenvolvimento sociocultural do pensamento humanizado. As narrativas sequenciais são uma ferramenta muito hábil que leva os leitores a perceberem as várias nuances e locais às quais estão inseridos e contribuem para a ressignificação de comportamentos outrora estanques.

Tem-se em mente a ideia de elaborar um projeto, em parceria com o CREAS, que visa atender este público no intuito de contribuir para uma mudança em suas condições de vida, buscando ressignificar seus papéis na sociedade e despertar novos sentidos através dos recursos oriundos da literatura, incitando a busca por crescimento pessoal através das práticas literárias. Sobretudo, empreender movimentos que visem ajudar ao próximo e perceber os adolescentes (bem como todas as faixas etárias, por que não?) como indivíduos que necessitam de atenção e zelo para atravessar situações adversas com autonomia e resiliência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, M. (org.) **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras : ALB, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do ‘conhecer’ e do ‘agir’. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BETTLLHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Dispõe sobre a Convenção dos Direitos da Criança. Brasília, DF: Presidência da República, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8242.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em 10 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais 1^a a 4^a séries**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 17 de set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 10 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p. Disponível em: <http://www.conselhodacriancal.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura segundo Wolfgang Iser. **Revista DataGramZero**, v. 13, n. 5, out. 2012

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. 10. ed. São Paulo: Cultrix : Pensamento, 1997. Disponível em: <https://projetophronesis.files.wordpress.com/2009/08/joseph-campbell-o-heroi-de-mil-faces-rev.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**: cultura escrita entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER Roger; ANAYA, Carlos Aguirre; ROSIQUE, Jesus Anaya; GOLDIN, Daniel; SABORIT, Antonio. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CODESPOTI, Sérgio. Fredric Wertham manipulou dados do livro Sedução do Inocente. **Universo HQ**. Petrópolis, RJ, 20 fev. 2013. Disponível em: <http://universohq.com/noticias/fredric-wertham-manipulou-dados-do-livro-seducao-do-inocente/>. Acesso em: 19 out. 2019.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; JACOBINA, Olga Maria Pimentel. Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicol. estud.** Maringá, v.16, n. 3, p. 379-387, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300005. Acesso em: 10 nov. 2019.

CURY, Munir; PAULA, Paulo Afonso Garrido de; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado**. 3. ed., rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Consulta**: SINASE - CREAS - execução de medidas. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2014. Criança e Adolescente. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-1698.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

DIMENSTEIN, Gilberto. Por que o Brasil é uma fábrica de marginais. Folha de São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2612199914.htm>>. Acesso em 02 dez. 2019.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Reflexões sobre o gosto na escolha da leitura de lazer: desfazendo preconceitos. **Ciber Legenda**, Rio de Janeiro, v. 4, 2002. Disponível: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36831>

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Contexto, leitura e subjetividade. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 43-47, jun. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862001000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2019.

DUMONT, Ligia Maria Moreira. Leitura e cognição: possíveis entrelaçamentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1272?show=full>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DUMONT, Lígia Maria; SANTO, Patrícia Espírito. Leitura feminina: motivação, contexto e conhecimento. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 28-37, mar. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180658212007000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2020.

DUMONT, Ligia Maria Moreira; PINHEIRO, Edna Gomes. Leitura com crianças e adolescentes em situação de risco: incursões teórico-metodológicas da etnometodologia na Ciência da Informação. **Questões em Rede**, [S. l.], p. 1496-1513, 2015. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/2664/LEITURA%20COM%20CRIAN%C3%87AS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**: princípios e práticas do lendário cartunista. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ESTUDO mostra retrato preocupante da realidade de crianças e jovens. G1, São Paulo, 23 abril 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/04/estudo-mostra-retrato-preocupante-da-realidade-de-criancas-e-jovens.html>. Acesso em: 21 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. In: FREIRE, Paulo. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1981. p. 9-14. Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramalhete. 41. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. As histórias em quadrinhos: instrumento de informação e de incentivo à leitura. **Revista Data Gramma Zero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 9, 2012. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v8372>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIDALTI JR. **Castanha do Pará**. São Paulo: SESI, 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOROWITZ, Alexandra; BEKOFF, Marc. Naturalizing anthropomorphism: behavioral prompts to our humanizing of animals. In: Anthrozoös. V.20, n.1, p. 23-35, 2007.

IPL. Instituto Pró-Livro. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: IPL, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

JUNG, Carl G. **Homem e seus símbolos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006

MCCLLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 2005.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007. Acesso em: 20 jun. 2020.

NEVES, André Roberto Custódio; SANTOS, Andréa Pereira. Farenheit 451: relações entre o leitor de histórias em quadrinhos com cenários distópicos. **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 18, n. 2, p. 118-129, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/15444>. Acesso em: 15 set. 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **The world health report**. Genebra, Suíça: OMS, 2002. 230 p. Disponível em: https://www.who.int/whr/2002/en/whr02_en.pdf?ua=1

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

PETIT, Michèle. **A arte de ler**: ou como resistir a adversidade. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Ed. 34, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Revista Psicologia em estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, maio/ago. 2007.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

RAMOS, Rubme Borges Teixeira. O leitor de histórias em quadrinhos de super-heróis: reflexões com base nos estudos culturais. **Revista Temporis[ação]**, Goiânia, v. 16, n. 2, 2016. Dossiê histórias em quadrinhos.

RAMOS, Rubem Borges Teixeira. Stan Lee e Homem-Aranha: compreendendo as teias de significado entre autor e criação, a luz dos estudos culturais. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 42, p. 67-77, 2019. Dossiê Humanidade, tempo e transcendência: O legado cultural de Stan Lee (1922-2018). Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/5882/pdf>. Acesso em: out. 2020.

REBLIN, Yuri Andreas. **Super-heróis, cultura e sociedade**: aproximações multidisciplinares sobre o mundo dos quadrinhos. São Paulo: Idéias & Letras, 2011.

RESENDE, Anita C. Azevedo. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

SALIBA, Elias Thomé. Na guinada subjetiva, a memória tem futuro? In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 62-63.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1991.

SANTOS, Andréa Pereira dos Santos. **Juventude da UFG**: trajetórias socioespaciais e práticas de leitura. 2014. 194f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-

Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SANTOS, Roberto Elísio dos; SANTOS NETO, Elydio dos. Narrativas gráficas como expressões do ser humano. **Revista Trama Interdisciplinar**, ano 1, v. 2, 2010.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade. Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, v. 1, n. 1, 2007.

SODRÉ, M. **Best-seller**: a literatura de mercado. Rio de Janeiro: Ática, 1988.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2.ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TILLEY, Carol L. Seducing the innocent: Fredric Wertham and the falsifications that helped condemn comics. **Information and Culture**: a Journal of History, Austin, v. 47, n. 4, p. 397-413, 2012. Disponível em:

http://muse.jhu.edu/journals/libraries_and_culture/v047/47.4.tilley.html. Acesso em: 8 fev. 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2019.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. [S. l.]: UNICEF, 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-direitos-da-crianca.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: UNICEF, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: 20 anos do Estatuto. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. **Quadrinhos na educação**: da rejeição à prática. São Paulo: Contexto, 2009.

VOLPI, Mário. **Sem Liberdade, sem direitos**: a privação de liberdade na percepção do adolescente em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

WERTHAM, Frederic. **Seduction of the innocents**. New York: Rineheart & Company, 1954.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

AOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS PELOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Eu, **ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES**, inscrito no CPF 826.708.461-49, funcionário público (técnico em audiovisual), SIAPE nº 1854166, pela Universidade Federal de Goiás – UFG, residente e domiciliado na Rua Fuad Rassi, apto. 402, bloco 03, Bairro Goiá, nesta capital, responsável principal pela pesquisa de Mestrado, o qual pertence ao curso do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCom, na linha de Pesquisa Mídia e Cultura, da Faculdade de Informação e Comunicação – FIC/UFG.

Venho pelo presente, requerer a autorização para realização de pesquisa de campo com seu filho em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no CREAS Noroeste, para o trabalho de pesquisa sob o título: **“O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a lei e os quadrinhos CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR”**. Informo que o senhor (a) tem direito ao resarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, se houver, e ainda, a pleitear indenização em caso de danos previstos em Lei.

O objetivo da pesquisa é investigar a prática de leitura e a relação de reciprocidade com a história em quadrinhos *Castanha do Pará*, de Gidalti Jr., como catalisador de reflexões para produção de narrativas autobiográficas, diante da responsabilização pelo ato infracional em consonância com as representações sociais, que fornecem julgamentos de estigmas e exclusões sociais de adolescentes em conflito com a Lei.

Posto isso, serão utilizados os seguintes instrumentos: a) Caderno de Campo: para registro das observações e reflexões do pesquisador; b) Entrevista com o coordenador do CREAS e assinatura do Termo de Compromisso Ético, c) Entrevistas com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto (serão selecionadas 05 adolescentes, de ambos os性os, entre a faixa etária de 14 a 17 anos); d) Reunião com os responsáveis legais pelos adolescentes, para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a participação dos filhos na Pesquisa; e) Sessões para leitura com os adolescentes; f) Produção de escrita autobiográfica para análise posterior; g) Observação da rotina dos adolescentes no Creas; h) Questionário estruturado para os adolescentes para investigação da rotina familiar; i) Formulários para o registro das observações e entrevistas realizadas; j) Análise das produções autobiográficas dos adolescentes a partir das categorias propostas, à

luz dos pressupostos da leitura da obra em quadrinhos *Castanha do Pará*, de Gidalti Jr.

Esclarecemos que a participação dos adolescentes é totalmente voluntária, podendo, a qualquer momento, ser solicitada a recusa ou desistência de participação destes, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo a estes adolescentes. Também, as informações dos adolescentes serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade destes adolescentes.

Explanamos ainda, que os adolescentes não pagarão ou serão remunerados pela participação. Os benefícios esperados são: compreensão de como se estabelece a capacidade de leitura destes adolescentes por meio das implicações contextuais e sociais à qual estão inseridos; identificação nos adolescentes, a partir da leitura e escrita, a promoção da reflexão social como possibilidade de ressocialização; identificar a possibilidade de motivação na leitura de histórias em quadrinhos, procurando esboçar possíveis empregos teóricos e práticos do que é veiculado neste meio de comunicação, aplicado ao contexto de vida destes sujeitos.

Quanto aos riscos, supõe não haver nenhuma modalidade deste nível, haja vista que os adolescentes em conflito com a Lei estarão sob observação durante o processo de pesquisa.

Informamos que esta pesquisa atende e respeita os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo eles: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Informamos que os todos os responsáveis pelos adolescentes deverão assinar um **Termo de consentimento livre e esclarecido/TCLE**. Ainda, os adolescentes deverão assinar um **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** que é o documento elaborado em linguagem acessível para os menores de 18 anos ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuênciia em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais. **Todos os documentos serão** emitidos por esse pesquisador no ato da anuênciia da pesquisa.

Garantimos que será atendido o Artigo 18 do ECA: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

Agradecemos a disponibilidade e atenção.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu _____, responsável pelo adolescente _____ concordo em participar do estudo intitulado “**O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a lei e os quadrinhos CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **André Roberto Custódio Neves** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ____ de_____ de_____.

Assinatura por extenso

Assinatura por extenso do (a) pesquisador (a) responsável

**APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) AOS
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **“O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a lei e os quadrinhos CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR”.**

Meu nome é ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES, inscrito no CPF 826.708.461-49, funcionário público (técnico em audiovisual), SIAPE nº 1854166, pela Universidade Federal de Goiás – UFG, residente e domiciliado na Rua Fuad Rassi, apto. 402, bloco 03, Bairro Goiá, nesta capital, responsável principal pela pesquisa de Mestrado, o qual pertence ao curso do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCom, na linha de Pesquisa Mídia e Cultura, da Faculdade de Informação e Comunicação – FIC/UFG.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável.

Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador responsável, via e-mail brasuka10@gmail.com ou através de contato telefônico para o número (62) 98503-7882.

Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

Você participará comigo em rodas de conversa, vamos fazer uma leitura de uma história em quadrinhos juntos, que tem o nome de: *Castanha do Pará*.

Logo após essa leitura, vamos juntos falar sobre o que entendemos do quadrinho. Você em momento nenhum vai ser obrigado a falar alguma coisa, só se realmente quiser participar. Quero ouvir as histórias que vocês têm para contar, e com isso vamos tentar juntos encontrar alguma semelhança com a história dos quadrinhos que nós lemos.

Afirmo que seu nome, sua idade, da sua família, não será divulgado nessa pesquisa ou em qualquer outro lugar, ninguém vai saber que você participou, e tudo que você disser será guardado no sigilo absoluto.

Não vamos tirar fotos, gravar áudios e vídeos. Vamos apenas ter um momento para ler um livro e conversar sobre ele, está garantido o sigilo, que assegure a privacidade e o anonimato.

Como as perguntas serão sobre essa pesquisa, podem acontecer desconfortos emocionais ou constrangimentos, neste caso você poderá não responder a qualquer pergunta que lhe trouxer desconforto ou angústia.

Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, se houver, e ainda, a pleitear indenização em caso de danos previstos em Lei.

Você não precisa pagar nada para participar dessa pesquisa. E nem receberá nenhum tipo de pagamento. Faremos tudo de modo voluntário. Espero contar com sua ajuda.

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu, _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a lei e os quadrinhos CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR**”. Informo ter menos de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário.

Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelo pesquisador(a) responsável ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, 10 de junho de 2018.

Assinatura por extenso do (a) participante

Assinatura por extenso do (a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE C – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Eu, **ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES**, inscrito no CPF 826.708.461-49, funcionário público (técnico em audiovisual), SIAPE nº 1854166, pela Universidade Federal de Goiás – UFG, residente e domiciliado na Rua Fuad Rassi, apto. 402, bloco 03, Bairro Goiá, nesta capital, responsável principal pela pesquisa de Mestrado, o qual pertence ao curso do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCom, na linha de Pesquisa Mídia e Cultura, da Faculdade de Informação e Comunicação – FIC/UFG.

O objetivo da pesquisa é investigar a prática de leitura e a relação de reciprocidade com a história em quadrinhos *Castanha do Pará*, de Gidalti Jr., como catalisador de reflexões para produção de narrativas autobiográficas, diante da responsabilização pelo ato infracional em consonância com as representações sociais, que fornecem julgamentos de estigmas e exclusões sociais de adolescentes em conflito com a Lei.

Posto isso, serão utilizados os seguintes instrumentos: a) Assinatura do Termo de Compromisso Ético; b) Entrevista com o coordenador do CREAS; c) Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos pais ou responsáveis, autorizando a participação dos adolescentes na pesquisa; d) Assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assinado pelos adolescentes; e) Entrevistas semiestruturadas com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto (foram selecionadas 05 adolescentes do sexo masculino, entre a faixa etária de 14 a 17 anos); f) Questionário para os adolescentes para investigação da suas rotinas; g) Caderno de Campo para registro das observações e reflexões do pesquisador; h) Mediação de leitura com os adolescentes; i) Produção autobiográfica (desenho, escrita ou oralização) realizada pelos adolescentes a partir da leitura da história em quadrinhos *Castanha do Pará*; j) Análise das produções autobiográficas destes adolescentes.

Esclarecemos que a participação dos adolescentes é totalmente voluntária, podendo, a qualquer momento, ser solicitada a recusa ou desistência de participação destes, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo a estes adolescentes. Também, as informações dos adolescentes serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade destes adolescentes.

Explanamos ainda, que os adolescentes não pagarão ou serão remunerados pela participação. Os benefícios esperados são: compreensão de como se estabelece a capacidade de leitura destes adolescentes por meio das implicações contextuais e sociais à qual estão inseridos; identificação nos adolescentes, a partir da leitura e escrita, a promoção da reflexão

social como possibilidade de ressocialização; identificar a possibilidade de motivação na leitura de histórias em quadrinhos, procurando esboçar possíveis empregos teóricos e práticos do que é veiculado neste meio de comunicação, aplicado ao contexto de vida destes sujeitos.

Quanto aos riscos, supõe não haver nenhuma modalidade deste nível, haja vista que os adolescentes em conflito com a Lei estarão sob observação durante o processo de pesquisa.

Informamos que esta pesquisa atende e respeita os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990, sendo eles: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Informamos que os todos os responsáveis pelos adolescentes deverão assinar um **Termo de consentimento livre e esclarecido/TCLE**. Ainda, os adolescentes deverão assinar um **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido/TALE** que é o documento elaborado em linguagem acessível para os menores de 18 anos ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuênciia em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais. **Todos os documentos serão** emitidos por esse pesquisador no ato da anuênciia dapesquisa.

Garantimos que será atendido o Artigo 18 do ECA: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do (a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM COORDENADOR DO CREAS NORORESTE

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data do Nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: () F () M

Naturalidade: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP _____

Telefone(s) para Contato: _____

Escolaridade: _____

Ocupação: _____

Local de Trabalho: _____

II – QUESTIONÁRIO

01. Como é o processo de trabalho no CREAS?
02. Quais normativas que utiliza para fundamentar sua atuação no CREAS?
03. Quais serviços são ofertados aos adolescentes em conflito com a lei pelo CREAS?
04. Quais as principais exigências que o CREAS demanda ao serviço social?
05. Quais os serviços e ações a serem ofertados pela equipe de profissionais do CREAS
06. Quais as possibilidades e desafios?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ADOLESCENTES

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do adolescente: _____

Nome fictício: _____

Data do Nascimento: _____ Idade: _____ Sexo: () F () M

Naturalidade: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone(s) para Contato: _____

Escolaridade: _____

Nome da escola que estuda: _____

II – DADOS FAMILIARES

Mãe: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Pai: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

Irmãos:

Nome: _____ Idade: _____ Ocupação: _____

Nome: _____ Idade: _____ Ocupação: _____

Nome: _____ Idade: _____ Ocupação: _____

Quem mais mora na casa?

Nome: _____

Idade: _____ Grau de parentesco: _____ Ocupação: _____

Outros: _____

Histórico Escolar

- () Dificuldades escolares
- () História de repetência
- () Relações interpessoais
- () Brigas com colegas ou professores
- () Interesses acadêmicos
- () Atividades extracurriculares (esportes, música etc.)

Histórico Ocupacional

- () Não trabalha
- () Trabalha

Caso o adolescente trabalhe, obter informações sobre o seu trabalho:

Histórico familiar

- () Boas relações com os pais ou responsáveis
- () Conflitos com os pais ou responsáveis
- () Boas relações os demais membros da família
- () Conflitos com os demais membros da família
- () Boas relações os irmãos
- () Conflitos com os irmãos

Problemas específicos na adolescência

- () Fuga de casa
- () Uso de drogas
- () Sentimentos de inferioridade
- () Rebeldia
- () Rejeição

III – QUESTIONÁRIO

01. Pode nos falar um pouco sobre sua infância? Como foi?
02. Como é o seu dia a dia? O que gosta de fazer?
03. Trabalha ou já trabalhou em algum lugar? O que fazia?

04. O que seus pais ou responsáveis fazem no dia a dia?
05. Qual sua relação com eles?
06. Eles trabalham?
07. Você obteve acesso à escola ou outra instituição (CMEI's, escolas particulares etc.)?
08. Obteve outro tipo de educação em sua vida?
09. Você tem interesses intelectuais ou culturais?
10. Tem acesso a algum tipo de material cultural (música, televisão, celular, livros, internet etc.)?
11. Gosta de ler? Tem alguma coisa que possa citar?
12. Gosta de assistir filmes? Quais tipos de filmes (comédia, ação, aventura etc.)?
13. Gosta de internet? O que mais gosta de visualizar ou assistir (Youtube, redes sociais, músicas, clipes etc.)?
14. Quais são suas referências entre artistas, cantores etc.?
15. O que eles ensinam? Quais são suas mensagens?
16. Você obteve algum contato com materiais culturais antes de ler a história em quadrinhos
Castanha do Pará?
17. Você acha que estudar, aprender coisas novas e que te fazem crescer valem a pena?
18. Gostaria de fazer isso? O que, por exemplo? (Cite alguma área).
19. Alguma coisa que te frustra? O que te entristece?
20. Gostaria de mudar sua situação? Como poderia fazer?

ANEXO A – PARECER CONSUSTANCIADO N° 3.753.266



PARECER CONSUSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SUJEITO E A LEITURA: UMA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL ATRAVÉS DAS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI E OS QUADRINHOS CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR

Pesquisador: ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 25388919.0.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.753.266

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa, intitulada O SUJEITO E A LEITURA: UMA ABORDAGEM SOCIOCULTURAL ATRAVÉS DAS NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE MENORES EM CONFLITO COM A LEI E OS QUADRINHOS CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR, visa compreender como a comunicação e a sua interação social com os meios midiáticos, atuam no processo de construção e transformação de adolescentes em conflito com a Lei. Partindo desta premissa, este trabalho investiga as representações sociais - julgamentos, estigmas e exclusões por parte da sociedade – para identificar como as práticas de leitura e seus recursos atuam como potencial transformador destes menores. Para responder a este objetivo, será desenvolvida pesquisa bibliográfica e qualitativa, entrevistas com estes menores quanto ao contexto em que vivem e sua relação com a leitura, analisando a peculiaridade cultural dos meios de comunicação como agregador de valores e gerador de sentidos. Nisto, o projeto utilizará, como recurso midiático, a obra narrativa em quadrinhos intitulada Castanha do Pará, do autor Gidalti Jr., por ser um meio que está inherentemente contextualizado com a realidade dos adolescentes em questão. A análise dos processos referentes ao homem e sua interação com os produtos de massa pelo viés sociológico podem ser observados sob a ótica da interação que se estabelece entre os sujeitos e os meios – neste caso, a leitura e sua capacidade transformadora da cultura e comportamentos sociais.

Endereço:	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2		
Bairro:	Campus Samambaia, UFG	CEP:	74.690-970
UF:	GO	Município:	GOIANIA
Telefone:	(62)3521-1215	Fax:	(62)3521-1163
		E-mail:	cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.753.266

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a prática de leitura e a relação de reciprocidade com a história em quadrinhos Castanha do Pará, de Gidalti Jr., como catalisador de reflexões para produção de narrativas autobiográficas, diante da responsabilização pelo ato infracional em consonância com as representações sociais, que fornecem julgamentos de estigmas e exclusões sociais de adolescentes em conflito com a Lei.

Objetivo Secundário:

- Compreender como se estabelece a capacidade de leitura destes adolescentes por meio das implicações contextuais e sociais à qual estão inseridos;
- Identificar nos adolescentes, a partir da leitura e a escrita, a promoção da reflexão social como possibilidade de ressocialização;
- Identificar a possibilidade de motivação na leitura de quadrinhos, procurando esboçar possíveis empregos teóricos e práticos do que é veiculado nos quadrinhos no contexto e cotidiano de vida dos participantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa não são previsíveis

Benefícios:

- Compreensão da leitura como catalisador de reflexões para produção de narrativas autobiográficas por meio do contato com as histórias em quadrinhos;
- Adquirir conhecimento pela realização da leitura, acreditando que possa gerar novas formas de relações sociais e autodescobertas no relacionamento consigo e com os outros ao seu redor;
- Explorar a leitura e escrita como recurso em que as narrativas autobiográficas funcionem como instrumento de comunicação, sendo fundamental e relevante para que os adolescentes possam reelaborar suas inquietações e expressar seu universo subjetivo por meio da escrita autobiográfica e suas metáforas.

O pesquisador não elenca os possíveis riscos da pesquisa, apenas que eles são imprevisíveis. Seria bom deixar salientado que a condição em que estão submetidos os participantes menores de 18 anos pode gerar profundos desconfortos, até certa agressividade, sendo necessário que o pesquisador tenha alguma previsibilidade do que fazer em situações de conflito, ainda que de opiniões exacerbadas.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2	
Bairro: Campus Samambaia, UFG	CEP: 74.690-970
UF: GO	Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215	Fax: (62)3521-1163
E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com	



Continuação do Parecer: 3.753.266

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem delineada, com objetivos e resultados definidos. O pesquisador declara no TCLE que nenhum dado será armazenado. A pesquisa terá como base a conversa em grupo com os participantes do CREAS da região Noroeste (Centro de referência especializado de Assistência Social), a fim de que eles possam narrar suas experiências pessoais a partir do estímulo da leitura dos quadrinhos de CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta a Folha de Rosto devidamente assinada, as Informações Básicas com todos os campos preenchidos, destacando a participação de 5 adolescentes do CREAS da região Noroeste (Centro de referência especializado de Assistência Social), o TCLE para os responsáveis legais, TALE para os cinco menores de 18 anos e a autorização do Juiz de Direito Dante Bartoccini do Juizado da Infância e Juventude ainda não assinada. No cronograma prevê-se o primeiro semestre de 2020 para a coleta de dados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado ad referendum à coordenadoria, sob a condição de apresentar:

1-termo de anuência emitido pelo juiz responsável pelo Creas-Noroeste;

2-termo de anuência emitido pelo Coordenador do Creas-Noroeste;

3-carta em que o pesquisador se compromete não promover nas reuniões grupais relatos pessoais dos adolescentes, a fim de que eles tenham resguardada sua vida pessoal.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consustanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para março de 2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_1445234.pdf	08/11/2019 17:02:08		Aceito

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2

Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970

UF: GO **Município:** GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.753.266

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECRE.docx	08/11/2019 17:01:38	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
Outros	Juiz.docx	08/11/2019 17:00:34	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
Outros	COLETA.docx	08/11/2019 16:59:33	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEAD.docx	08/11/2019 16:58:25	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	08/11/2019 16:57:52	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	02/11/2019 10:26:27	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromisso.pdf	02/11/2019 10:26:11	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	02/11/2019 10:20:33	ANDRE ROBERTO CUSTODIO NEVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 09 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Geisa Mozzer
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PPGCom – Programa de Pós-Graduação em Comunicação



TERMO DE COMPROMISSO

Eu, **ANDRÉ ROBERTO CUSTÓDIO NEVES**, inscrito no CPF 826.708.461-49, funcionário público (técnico em audiovisual), SIAPE nº 1854166, pela Universidade Federal de Goiás – UFG, residente e domiciliado na Rua Fund. Rassi, apto. 402, bloco 03, Bairro Goiânia, nesta capital, declaro que cumprirei os requisitos da Resolução CNS nº 466/12/04 da Resolução CNS nº 510/16, bem com suas complementares, como pesquisador (a) responsável do projeto intitulado: “**O sujeito e a leitura: uma abordagem sociocultural através das narrativas autobiográficas de menores em conflito com a lei e os quadrinhos CASTANHA DO PARÁ, DE GIDALTI JR.**”

Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela conduta científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Goiânia, 31 de Outubro de 2019.

<i>Nome do(a) Pesquisador(a)</i>	<i>Assinatura Manuscrita ou Digital</i>
1. André Roberto Custódio Neves	[Redacted]
2. Andréa Pereira dos Santos	[Redacted]